

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 8 DE JANEIRO DE 2026

NÚMERO 22.937 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

O petróleo dita os rumos da crise

Estados Unidos interceptam mais dois petroleiros ligados à Venezuela, no Caribe e no Atlântico Norte. Uma das embarcações levava bandeira russa. Kremlin denuncia violação do direito marítimo. Trump se reúne com executivos para debater “oportunidades” e diz que Caracas somente comprará produtos fabricados nos EUA com o dinheiro da commodity.

US European Command/AFP



Bruna Gaston/CB/D.A Press



“Trump não tem limites”

Ex-reitor da UnB, José Geraldo de Sousa Júnior analisou, no *CB.Poder*, as últimas ações do presidente dos Estados Unidos.

- EUA anunciam “plano” de três etapas para Venezuela: sem prazo ou detalhes
- Estados Unidos descartam entregar Caracas à opositora María Corina

PÁGINA 2

Defesa da democracia

Nas ruas e nos palácios, o repúdio ao 8 de Janeiro

Ed Alves/CB/D.A Press



Ed Alves/CB/D.A Press



“Brasília foi atacada”

Organizador de manifestação hoje, o presidente do PT-DF, Guilherme Sigmarina, reforçou, no *Podcast do Correio*, a relevância do ato. “Não se trata de celebrar, mas de lembrar, para que nunca mais aconteça”.

PÁGINAS 5 E 6

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Os efeitos das chuvas

Enquanto a Barragem do Descoberto, que abastece 50% da população do DF, transborda, e se transforma num cartão-postal, a situação na Cidade de Goiás, onde Cora Coralina viveu, é preocupante, devido às cheias do Rio Vermelho.

PÁGINA 15

Reprodução/CBMGO



TCU nega reversão para o caso Master

Presidente da Corte de Contas afirma que papel do Tribunal é técnico e se restringe a fornecer subsídios ao STF, que dará a palavra final na possível suspensão da liquidação do banco. Expectativa é que Jhonatan de Jesus suspenda decisão de inspecionar o BC.

PÁGINA 9

A cultura cerratense

Patrimônio Cultural Imaterial do DF, o grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro transforma a cultura popular em prática comunitária.

PÁGINA 17



Bolsonaro

Novos exames

Resultado descarta lesão intracraniana. No STF, Moraes barra pedido de investigação pelo CFM.

PÁGINA 7

Futebol

Goleador do DF

Brasiliense Igor Thiago vira o brasileiro com mais gols em uma edição da Premier League.

PÁGINA 20

Direito & Justiça

Suspense para Arruda

PGR defende suspensão de trechos da lei com novos prazos para a Ficha Limpa, na questão das inelegibilidades. A decisão atinge a análise do caso do ex-governador José Roberto Arruda, que se lançou pré-candidato ao GDF.

Entrevista

Advogado João Carlos Souto analisa a política internacional após a crise EUA x Venezuela.

Coluna Data Vênia

Após 30 anos do caso, inquérito sobre ET de Varginha está disponível para consulta no portal do STM.





Venezuela em transe



Perseguição EM ALTO-MAR

Forças especiais dos Estados Unidos invadem petroleiro de bandeira russa no Atlântico Norte. Um segundo navio é abordado perto da costa venezuelana. Casa Branca anuncia que pretende comandar a comercialização do petróleo de Caracas de forma “indefinida”

» RODRIGO CRAVEIRO

Depois da captura de Nicolás Maduro, no último sábado, os Estados Unidos intensificaram a pressão sobre o regime chavista e abriram caminho para o controle do petróleo venezuelano. Dois petroleiros ligados a negócios com Caracas e sancionados por Washington foram abordados em alto-mar. Um deles, que levava a bandeira da Rússia, chegou a ser invadido por forças especiais dos Estados Unidos no Atlântico Norte, na costa da Islândia.

A interceptação foi o desfecho de duas semanas de perseguição e acirrou os ânimos entre Washington e Moscou. A Rússia enviou um submarino para escoltar o petroleiro Marinera, cujo nome original era MV Bella 1, aparentemente sem sucesso. A Casa Branca anunciou que a embarcação era “apátrida” e apresentava uma “bandeira falsa”. O petroleiro teria mudado de nome e de bandeira. No entanto, o Kremlin acusou os Estados Unidos de violarem o direito marítimo e alertou para a falta de “jurisdição para o uso da força”. Os EUA também conseguiram irritar a China, que comprava a maior parte do petróleo venezuelano. Pequim demonstrou irritação com o bloqueio e as operações marítimas.

“O bloqueio ao petróleo venezuelano sancionado e ilícito continua em pleno vigor — em qualquer parte do mundo”, declarou o secretário da Guerra dos EUA, Pete Hegseth. O Reino Unido confirmou que ajudou os Estados Unidos na operação de captura do Marinera (MV Bella 1). O navio estava sob sanções desde 2024 por supostos vínculos com o movimento xiita libanês Hezbollah e o Irã e seguia para a Venezuela. Enquanto fugia de embarcações militares dos EUA no Caribe, mudou de rumo e ganhou o nome Marinera.

Os Estados Unidos começaram a bloquear o petróleo venezuelano em dezembro, em um gesto visto pela Venezuela como “interferência” e “ato de pirataria”. “Os norte-americanos estão fazendo valer o controle sobre o território venezuelano. Existem sanções que impedem a exportação e a compra de petróleo da Venezuela. Os petroleiros insistiam em burlar esse tipo de restrições. O presidente Donald Trump pretende, com essas operações, mostrar que não é uma boa ideia se opor às decisões de Washington”, disse ao **Correio** José Vicente Carrasquero Aumaitre, professor de ciência política da Universidad Simón Bolívar (USB), em Caracas.

Depois de o governo Trump anunciar que comandará a comercialização da commodity de forma “indefinida”, Caracas admitiu que negocia com Washington “a venda de volumes de petróleo”. “Está em curso uma negociação com os Estados Unidos para a venda de volumes de petróleo, no âmbito das relações comerciais que existem entre ambos os países”, afirmou, em comunicado oficial, a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA). “Esse processo se desenvolve sob esquemas semelhantes aos vigentes com empresas internacionais.”

A empresa mantém acordos de extração e venda de petróleo com a

US European Command/AFP



O petroleiro MV Bella 1, de bandeira russa, após ser interceptado e invadido por soldados norte-americanos, no Atlântico Norte, perto da Islândia



O bloqueio ao petróleo venezuelano sancionado e ilícito continua em pleno vigor — em qualquer parte do mundo”

Pete Hegseth, secretário da Guerra dos EUA

Cotações em queda

As cotações do petróleo retrocederam ante os anúncios sobre o futuro da exploração das reservas de hidrocarbonetos da Venezuela. O preço do barril de tipo Brent, negociado em Londres para entrega em março, caiu 1,22%, para US\$ 59,96. O equivalente no mercado americano, o barril de tipo West Texas Intermediate (WTI), recuou 2%, para US\$ 55,99. A perspectiva de aumentar a quantidade de barris em um mercado de oferta excedente reduziu os preços.

multinacional americana Chevron. A Venezuela possui reservas de petróleo estimadas em 303 bilhões de barris — em cifras, o “ouro negro” venezuelano pode custar cerca de US\$ 18,4 trilhões (ou R\$ 99,1 trilhões).

Negócios

A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, divulgou que, amanhã, Trump se reunirá com os CEOs das companhias petroleiras americanas para debater as chances de negócios na Venezuela. “A reunião será na

Juan Barreto/AFP



sexta-feira (amanhã) e é apenas para discutir, obviamente, a imensa oportunidade que se apresenta a essas empresas petroleiras neste momento”, disse Leavitt. A Casa Branca exigiu que Delcy Rodríguez, presidente interina da Venezuela, libere o acesso completo à exploração das reservas do país. Mais cedo, Chris Wright, secretário de Energia do governo Trump, tinha dito que os EUA controlarão as vendas de petróleo venezuelano “indefinidamente”.

O presidente americano

anunciou que a Venezuela comprará somente produtos fabricados nos Estados Unidos com o dinheiro obtido da venda de petróleo supervisionada por Washington. “Acabo de ser informado de que a Venezuela vai comprar, única e exclusivamente, produtos fabricados nos Estados Unidos com o dinheiro que receber de nosso novo acordo petrolífero”, publicou Trump em sua rede Truth Social. “Essas compras incluirão, entre outras coisas, produtos agrícolas americanos e medicamentos, dispositivos médicos e equipamentos

fabricados nos EUA para melhorar a rede elétrica e as instalações energéticas da Venezuela.”

“O petróleo é, praticamente, o único motor que a Venezuela possui neste momento para seguir adiante. O fato de Caracas receber a ajuda dos EUA, em termos de investimentos e desenvolvimento em uma indústria praticamente morta, é uma notícia boa”, afirmou Aumaitre. De acordo com ele, os EUA não precisam do petróleo venezuelano. “Mas é certo dizer que o petróleo muda a geopolítica da região,

303 bilhões

Total de barris de petróleo que compõem as reservas da Venezuela — R\$ 99,1 trilhões em valor estimado.

50 milhões

Número de barris que o governo interino venezuelano pretende fornecer aos EUA.

no que diz respeito à importância do bloco energético formado com Guiana e Brasil. Ele faz com que se crie uma independência com relação a países do Golfo Pérsico”, disse o professor.

O estudioso classifica como “inteligente” a aposta dos EUA pelo petróleo e coerente com os princípios da política “America First” (“A América em primeiro lugar”). “Com isso, os preços da commodity e da energia elétrica serão mantidos mais baixos nos Estados Unidos. Isso traz um maior desenvolvimento econômico. A Venezuela não tem outra saída, que não seja negociar o petróleo com os americanos. Delcy Rodríguez entregou o poder aos EUA. Ela é uma presidente delegada por Washington para dirigir o país nos termos desejados pelos EUA”, comentou Aumaitre.

Exportação

Segundo o ex-diplomata turco Imdat Oner, cientista político da Universidade Internacional da Flórida, a intenção de Trump é supervisionar a venda do petróleo venezuelano e a administração da receita proveniente do comércio. “A ideia é que a Venezuela continue a exportar petróleo bruto para os Estados Unidos, que, por sua vez, terá controle sobre o fluxo de dinheiro. Isso faz parte da estratégia de Washington para estabilizar a economia e obter influência política”, disse à reportagem.

Oner destacou que o governo de Donald Trump começou a liberar o mercado petrolífero venezuelano, até então bloqueado por sanções econômicas. “A Casa Branca planeja fazer o mesmo com a produção futura, mantendo essas receitas sob controle dos Estados Unidos. Isso marca uma mudança muito brusca e bastante forte na posição do governo venezuelano. É um sinal claro de que existe um acordo entre o governo Trump e Delcy Rodríguez, a presidente interina da Venezuela”, avaliou Oner, que morou na Venezuela entre 2014 e 2016.

O ex-diplomata entende que a principal questão é como o establishment militar da Venezuela reagirá a essa “normalização acelerada” na relação com os Estados Unidos. “Nem todos dentro do chavismo se sentirão cómodos com acordos tão rápidos sobre o petróleo, especialmente em tão pouco tempo depois da prisão de Maduro.”

Venezuela em transe

Governo norte-americano afirma que o planejamento prevê três etapas: estabilização, recuperação e transição de poder. Embora o anúncio não revele prazos ou detalhes operacionais, secretário de Estado alega que “não é improvisação”

Plano vago para a Venezuela

» ISABELLA ALMEIDA

O governo dos Estados Unidos afirmou ontem ter um plano de três etapas para a Venezuela, que inclui determinar as decisões do país por prazo indeterminado. Segundo a Casa Branca, Washington mantém “correspondência direta” com as autoridades venezuelanas e seguirá ditando os rumos do governo interino após a captura de Nicolás Maduro. Além disso, os EUA também anunciaram esperar que a presidente interina, Delcy Rodríguez, expulse do país assessores de Cuba, Rússia, China e Irã.

“O plano não é improvisação”, declarou o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, ao apresentar a estratégia americana, composta por três fases: estabilização, recuperação e transição de poder. “O primeiro passo é a estabilização do país. Não queremos que ele desaboque em caos”, frisou. Vago, o anúncio não continha prazos ou qualquer detalhe operacional dos próximos passos.

Rubio explicou apenas que a estabilização inclui uma espécie de “quarentena” da Venezuela no mercado internacional, com a manutenção de sanções e de apreensão de petroleiros. “Eles têm óleo que está preso na Venezuela. Eles não podem movê-lo por causa da nossa quarentena e porque está sancionado. Vamos tomar entre 30 e 50 milhões de barris de óleo. Vamos vendê-los no mercado, nas taxas de mercado, não nos descontos que a Venezuela estava recebendo”, afirmou.

De acordo com o secretário, os recursos obtidos serão controlados por Washington. “Esse dinheiro será, então, tratado de uma forma que nós vamos controlar como é distribuído, de uma forma que beneficie as pessoas venezuelanas, não a corrupção, não o regime”.

A segunda fase do plano, chamada de recuperação, prevê a reabertura da economia do país às empresas estrangeiras. “O segundo passo é garantir que os americanos e outras empresas tenham acesso ao mercado venezuelano de uma forma justa”, disse Rubio. Ele acrescentou que, paralelamente, os EUA pretendem iniciar um processo de reconciliação nacional, com anistia a forças de oposição, libertação de presos políticos e reconstrução da sociedade civil.

A última etapa, segundo o secretário de Estado, será a transição de poder. “E, então, a terceira fase, é claro, será a de transição”, afirmou, mais uma vez sem qualquer informação adicional concreta. Rubio recusou-se a comentar sobre novas eleições, nomeação de um interventor ou a possibilidade de uma nova operação americana em território venezuelano, alegando que alguns pontos ainda

são sensíveis. O papel da oposição da Venezuela nesse cenário também não foi mencionado.

As declarações ocorreram após críticas de que Washington não teria um plano claro para a Venezuela depois da prisão de Nicolás Maduro, no último sábado (3/1). Desde então, o país tem sido governado interinamente por Delcy Rodríguez, um dos principais nomes do chavismo. Na terça-feira (6/1), Rodríguez afirmou que não havia “agente externo” governando o país.

Exigências

Em uma reunião secreta realizada na segunda-feira com importantes líderes do Congresso americano, Rubio listou algumas exigências que teriam sido feitas pelo governo Trump à gestão de Delcy. Segundo informações do *The New York Times*, os representantes dos EUA, que falaram sob condição de anonimato por não estarem autorizados a discutir o assunto publicamente, afirmaram que “espões” e militares de Cuba, Rússia, China e Irã seriam forçados a deixar o país, enquanto alguns diplomatas teriam permissão para permanecer na Venezuela.

Horas depois das falas de Rubio, a Casa Branca reforçou a posição de que os EUA influenciam diretamente o governo venezuelano. “Os Estados Unidos trabalham com a Venezuela, a administração Trump mantém uma correspondência direta com as autoridades interinas. Suas decisões continuarão a ser ditadas por nós”, declarou a porta-voz de Trump, Karoline Leavitt. Ela também afirmou que discutir um calendário eleitoral é “muito prematuro”.

Para Ricardo Caichiolo, professor de relações internacionais e diretor do Ibmecc Brasília, a viabilidade do plano é incerta e envolve riscos elevados, pois mesmo com avanços no enfraquecimento do núcleo do poder chavista, a governabilidade do país depende do comportamento das Forças Armadas, de lideranças regionais e do controle de grupos armados. “Além disso, a gestão externa de ativos petrolíferos já provoca questionamentos jurídicos e políticos, inclusive dentro dos EUA, o que pode prolongar a instabilidade e transformar a primeira fase prevista para estabilização em um processo mais longo do que o inicialmente previsto”.

O especialista destaca que a reação internacional frente à estratégia norte-americana tende a ser fragmentada, com, de um lado, aliados ocidentais sinalizando apoio cauteloso à transição, mas demonstrando desconforto com o uso explícito de instrumentos militares; de outro lado, Rússia e China rejeitam a iniciativa, classificando-a como violação

AFP



Rubio e Trump no sábado, horas após o ataque à Venezuela: ontem, secretário de Estado falou, sem detalhes, sobre futuro do país

Entenda o plano

Primeira fase: estabilização

Isola a Venezuela no mercado internacional, com sanções e apreensão de petroleiros ligados ao país, o óleo fica preso, em quarentena. Entre 30 e 50 milhões de barris serão comercializados pelos EUA, com os recursos obtidos pela

venda sendo administrados por Washington.

Segunda fase: recuperação

Prevê a reabertura da economia venezuelana para empresas estrangeiras. Segundo Marco Rubio, nesta etapa, os EUA pretendem incentivar um

processo de reconciliação nacional, com anistia a forças de oposição, libertação de presos políticos e reconstrução da sociedade civil.

Terceira fase: transição de poder

Trata da reorganização do poder político. Marco Rubio, contudo,

não falou sobre novas eleições, evitou comentários a respeito do papel da oposição chavista e não deu qualquer prazo para as mudanças. O secretário de Estado também não citou a possibilidade de uma nova operação em território venezuelano.

Palavra de especialista

Oposição é vital

“Do ponto de vista do direito internacional, a fase de transição é a mais sensível, pois envolve o reconhecimento de autoridades, a legitimidade do processo eleitoral e o respeito aos princípios democráticos. A ausência de um cronograma

claro reforça a necessidade de cautela, uma vez que transições conduzidas sem base jurídica sólida tendem a gerar instabilidade e contestação internacional. A participação da oposição aqui será vital. Em síntese, embora o plano seja apresentado como uma iniciativa para restaurar a estabilidade e a democracia na Venezuela, ele coloca em tensão princípios centrais do direito internacional, como soberania,

não intervenção e autodeterminação dos povos. Sua legitimidade jurídica dependerá, em grande medida, do grau de multilateralização do processo, do respeito às normas internacionais de direitos humanos e da efetiva devolução do protagonismo político ao povo venezuelano.”

Frederico Afonso, mestre em direito internacional

Arquivo pessoal



da soberania venezuelana e do direito internacional. “Na América Latina, o sentimento é misto. Enquanto governos de direita tendem a celebrar o enfraquecimento do regime, cresce na região o receio de um retorno do intervencionismo militar

direto dos EUA, agora com uma força maior que não prevê somente a contenção de potências extracontinentais, mas que também autoriza a adoção de ações unilaterais em nome da segurança, da energia e da estabilidade política hemisférica.”

No cenário político interno, a oposição venezuelana contesta a legitimidade do governo interino. A líder opositora María Corina Machado, vencedora do Nobel da Paz no ano passado, defende que Edmundo González,

candidato opositorista, deveria assumir o poder. Para a oposição ao chavismo, González foi o vencedor real das últimas eleições, e só não foi alçado ao poder no país por fraudes generalizadas patrocinadas pelo regime.

As duas vítimas dos EUA: Maduro e a oposição

» RODRIGO CRAVEIRO

Horas depois de atacar a Venezuela e depor Nicolás Maduro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, descartou entregar à ex-deputada María Corina Machado o cargo mais alto do Palácio de Miraflores. De quebra, alijou a oposição de qualquer influência nos processos decisórios. Edmundo González Urrutia, o ex-diplomata que reivindicou a vitória nas eleições presidenciais de 28 de julho de 2024, fugiu para Madri. Outras lideranças opositoras, como o ex-prefeito de Caracas Antônio Ledezma; o advogado Leopoldo López; e o presidente autodeclarado da Venezuela, Juan Guaidó; viram-se forçados ao exílio.

Para Trump, a ascensão de María Corina ao governo aumenta o risco de uma guerra civil no país sul-americano, ante a justificativa de que a opositora não contaria com amplo apoio popular. “Seria muito difícil para ela liderar o país”, declarou o republicano. “Não

inspira respeito”, avaliou. Em várias ocasiões, a ex-deputada e Edmundo González apelaram, em vão, à Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) para que se rebelasse contra o regime chavista.

Nos últimos anos, com a escalada repressiva de Maduro, a oposição venezuelana fragmentou-se. “Na Venezuela, não existe uma oposição, mas uma maioria democrática que ganhou as eleições em 2024. A maioria da população segue contra o chavismo e contra Maduro. O que existe é um deslocamento no tempo, à espera de uma situação de maior estabilidade para entrar no processo político de transição”, explicou ao **Correio** José Vicente Carrasquero Aumaitre, professor de ciência política da Universidad Simón Bolívar (USB), em Caracas. “Acredito que essa maioria democrática pode começar a se organizar para o processo de assunção ao poder.”

“Duro golpe”

A venezuelana María Isabel

FEDERICO PARRA / AFP



Ascensão de María Corina Machado foi considerada um risco

Puerta, professora de ciência política da Universidade do Colorado (EUA), admitiu ao **Correio** que a ofensiva dos EUA para derrubar Maduro foi um “duro golpe” para María Corina e para toda a oposição. “A decapitação não se limitou

a Maduro. Por ora, a aspiração de Machado de liderar uma transição democrática na Venezuela parece inviável”, comentou. Ainda segundo Puerta, Edmundo González, na condição de presidente eleito, tem a liderança política associada à de

Eu acho...

Arquivo pessoal



“Sob a perspectiva de Trump, a prioridade parece ter sido a estabilidade e o controle, mais do que uma transferência imediata de poder a uma oposição fragmentada e sem capacidade real de coerção sobre o terreno. Esse cálculo acabou por afastar a oposição do centro do processo decisório, embora ela não tenha sido formalmente excluída.”

IMDAT ONER, ex-diplomata turco que residiu em Caracas entre 2014 e 2016 e analista político da Universidade Internacional da Flórida.

María Corina. “Os outros nomes da oposição têm menos possibilidades. Além da falta de reconhecimento de Machado, há o argumento do governo Trump de que a oposição está ausente na Venezuela, uma vez que seus membros vivem no exílio.”

Por sua vez, Imdat Oner — ex-diplomata turco que residiu em Caracas entre 2014 e 2016 e analista político da Universidade Internacional da Flórida — reconhece que a oposição foi

claramente relegada ao segundo plano. “A saída de Maduro não se traduziu em uma passagem de poder para as forças democráticas. Pelo contrário, o controle permaneceu dentro do aparato do Estado e da segurança, agora encabeçado por Delcy Rodríguez. O que vemos é uma transição gerida a partir do interior do regime e não liderada por figuras opositoras que reclamam legitimidade democrática”, afirmou à reportagem.

ESTADOS UNIDOS / Vídeos mostram a vítima, uma cidadã norte-americana, manobrando um carro para evitar abordagem do ICE. Governo Trump chama ato da mulher de "terrorismo doméstico". Alegação é duramente criticada

Getty Images via AFP



Flores são colocadas no lugar em que a mulher foi morta

Getty Images via AFP



Ataque a tiros dos agentes federais gerou protesto imediato

AFP



Manifestante agredido na cabeça é atendido por paramédico

Agentes de imigração matam mulher

Uma mulher de 37 anos foi morta a tiros por um agente de imigração durante uma operação do Serviço de Imigração e Controle de Aduanas dos Estados Unidos (ICE) na cidade de Minneapolis, no estado de Minnesota, ontem. O caso ocorre em meio a mais uma operação anti-imigração ilegal ordenada pelo governo do presidente Donald Trump. A chefe do Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês), Kristi Noem, defendeu a conduta dos agentes do ICE e afirmou que a vítima, uma cidadã norte-americana, usou o carro como uma arma, no que seria um “ato de terrorismo doméstico”. A versão foi imediatamente contestada por testemunhas e chamada de mentirosa por autoridades de Minnesota.

De acordo com comunicado oficial do DHS, agentes do ICE realizavam “operações seletivas” quando foram cercados por manifestantes. Segundo essa versão, uma mulher teria transformado seu carro em “uma arma”. “Uma dessas manifestantes violentas usou seu veículo como arma, tentando atropelar os policiais com o objetivo de matá-los — um ato de terrorismo doméstico”, diz a publicação na conta oficial do departamento na rede social X.

“Um agente do ICE, temendo por sua vida, a de seus companheiros e a segurança da população, atirou em legítima defesa”, afirma a nota. A mulher foi atingida, socorrida e morreu posteriormente. Conforme o DHS, o ocorrido “é a consequência direta dos constantes ataques e da demonização de nossos agentes por políticos que defendem

cidades-santuário, os quais alimentam e incentivam agressões desenfreadas contra nossos policiais, que enfrentam um aumento de 1.300% nas agressões e de 8.000% nas ameaças de morte.” Ainda de acordo com a nota, o caso “é uma situação em constante evolução e forneceremos mais informações ao público assim que estiverem disponíveis.”

“Grande mentira”

A versão do governo federal foi duramente contestada por autoridades locais. O prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, classificou como “uma grande mentira” a alegação de que o agente agiu em legítima defesa. “Eles estão semeando o caos em nossas ruas e, neste caso, literalmente matando pessoas”, afirmou Frey em coletiva, acrescentando que se tratou de “uso imprudente do poder”. O prefeito ainda disse que a instituição deveria trazer paz para a cidade, mas provoca o contrário, e agora “uma pessoa está morta”.

“A presença de agentes federais de imigração está causando caos em nossa cidade. Exigimos que o ICE deixe a cidade imediatamente. Defendemos integralmente nossas comunidades de imigrantes e refugiados”, disse Frey em sua conta oficial no X.

O governador de Minnesota, Tim Walz, afirmou na mesma rede que equipes estaduais estão reunindo informações sobre o caso e pediu calma à população. “Eu vi o vídeo. Não acreditem nessa máquina de propaganda. O Estado garantirá uma investigação completa, justa e célere para assegurar a responsabilização e a justiça”, publicou o político, se referindo às imagens do ocorrido.

Stephen Maturen/AFP



Carro da cidadã morta por agentes do ICE. Segurança Interna alega que ela tentou atropelar oficiais; prefeito chama de “grande mentira”

“Canalha”

Após as declarações, a Casa Branca chamou o prefeito de Minneapolis de “canalha” por comentários feitos após o tiroteio, nos quais ele acusou o ICE de “causar caos e desconfiança”. As autoridades americanas afirmam ainda que cerca de dois mil agentes foram enviados a Minneapolis e arredores para realizar operações

de imigração, em parte como resposta a denúncias de fraude contra alguns residentes somalis.

Imagens que circulam nas redes sociais mostram agentes se aproximando de um veículo em movimento, que se afasta logo após os disparos. Em seguida, o carro colide com outro automóvel estacionado.

Nas proximidades do local, agentes do ICE usaram spray de pimenta e

empurraram manifestantes, revelam imagens transmitidas pela afiliada local da CBS, WCCO. “Não há a menor possibilidade de que essa pessoa mecesse ser morta, seja lá o que tenha feito”, disse uma testemunha ao repórter da emissora local.

Neste segundo mandato, Trump tem priorizado o combate à imigração ilegal e investido na expulsão de imigrantes indocumentados, além de ter endurecido as condições para

entrada nos Estados Unidos e obtenção de vistos. Ainda durante a campanha eleitoral, o magnata comprou imigrantes sem documentos a “animais”, frequentemente associando-os, sem provas, a comportamentos criminosos. O ICE, que os opositores acusam de se transformar em uma força paramilitar sob o governo Trump, tem a tarefa de deportar um número sem precedentes de imigrantes indocumentados.

TENSÃO CRESCENTE

Europa tenta saber o que fazer caso EUA tomem a Groenlândia

Países europeus estão tentando construir planos para reagir a uma eventual ocupação militar da Groenlândia pelos Estados Unidos. A França lidera as conversas nos bastidores, que já contam com a adesão da Alemanha. Ontem, os chanceleres francês, alemão e polonês se reuniram, em Paris, para discutir a tensão sobre a ilha no Ártico. Ainda não há, porém, nenhuma informação sobre a estratégia em análise para contornar a situação.

Depois de um dia em que fez questão de aventar a possibilidade de agir militarmente para tomar a ilha, território autônomo ligado à Dinamarca, a Casa Branca optou ontem por amenizar o tom. Embora não tenha recuado e descartado o uso das Forças Armadas, o governo dos EUA resolveu divulgar que sua equipe de segurança nacional avaliava “ativamente” a possibilidade de fazer uma oferta de compra do território.

A conversa dos líderes europeus sobre a Groenlândia ocorreu nos bastidores de um encontro na França em que o tema era a segurança do continente, com ênfase na guerra na Ucrânia. Com a recente ofensiva militar norte-americana na Venezuela, porém, e o aumento da pressão da Casa Branca sobre o território no Ártico, o foco da cúpula acabou virando para as ameaças de Trump à soberania groenlandesa.

Uma fonte da alta cúpula do

governo da Alemanha confirmou, à agência Reuters, que Berlim está trabalhando em conjunto com os países europeus e com a Dinamarca, especificamente, para cooperação sobre os próximos passos quanto à ilha.

O ministro da Defesa da Bélgica, Theo Francken, disse estar convencido de que, nos próximos dias, serão tomadas iniciativas, “nos bastidores ou publicamente”, para “sair dessa situação”. Já Emmanuel Macron, presidente da França, disse que é “inimaginável” que os Estados Unidos “se coloquem em uma situação de violar a soberania dinamarquesa”.

Também ontem, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, confirmou que se reunirá na semana que vem com representantes da Dinamarca para falarem sobre a questão groenlandesa. Desde terça-feira e também ontem ao longo do dia, a primeira-ministra dinamarquesa e o líder da Groenlândia cobravam publicamente uma reunião “urgente” com Rubio. Até agora, no entanto, não há confirmação da presença de representantes da ilha nesse encontro.

Integração europeia

As respostas dos países europeus às ameaças de Trump têm se intensificado à medida em que a Casa Branca aumenta seu tom de ameaça sobre uma eventual anexação da Groenlândia. Mesmo após

AFP



Avião durante visita do filho do então presidente eleito dos EUA à Groenlândia, em janeiro de 2025

Marco Rubio dizer que os EUA querem “comprar” o território, a porta-voz, Karoline Leavitt, manteve em aberto a possibilidade de uma ação militar. Segundo ela, “o uso do Exército americano é sempre uma opção à disposição do comandante-em-chefe”.

As posições de Washington têm oscilado. Ontem, por exemplo, o chanceler da França, Jean-Noël

Barrot, disse ter conversado por telefone com Rubio e ter ouvido do secretário de Estado dos EUA que não há possibilidades de invasão ou de alguma operação militarizada contra a ilha no Ártico.

Otan pressionada

Em meio às reuniões europeias para definir um plano de reação

para uma eventual ofensiva militar estadunidense, a Otan, aliança de defesa europeia integrada pelos Estados Unidos, tem se mantido distante das negociações de resposta a Trump. Embora as negociações envolvam nações integrantes da aliança, o grupo ainda não se manifestou oficialmente sobre uma possível ação conjunta contra Trump.



Queremos agir, mas queremos fazê-lo junto com nossos parceiros europeus”

Jean-Noël Barrot,
ministro das Relações Exteriores da França

Segundo a agência de notícias AFP, uma fonte da Otan afirmou que a aliança ainda não vai debater oficialmente o tema, pois isso poderia causar “divisões”. E acrescentou que os aliados tratam apenas de “ameaças militares externas, e não de problemas internos entre os países do bloco”. As regras da Otan preveem que a aliança defenda um país-membro que tiver seu território atacado.

Se a Casa Branca agredir a ilha, formalmente um espaço dinamarquês, haveria um paradoxo dentro da aliança, com seu mais poderoso membro atacando a soberania de outro. O secretário-geral da Otan, Mark Rutte, tentou colocar “panos quentes” na situação, dizendo que, para ele, é “impensável” um ataque militar norte-americano.



TRÊS ANOS DO 8/1

Poderes estremecidos no ato pela democracia

Evento para lembrar a ofensiva expõe tensão entre instituições. Sem os presidentes da Câmara e do Senado, Lula fará cerimônia no Planalto, em que pode vetar PL da Dosimetria, que beneficia os golpistas. STF também tem programação alusiva à data

» ALÍCIA BERNARDES
» FERNANDA STRICKLAND
» WAL LIMA

O Brasil chega ao terceiro aniversário dos ataques de 8 de janeiro em meio a um novo ciclo de embates políticos e institucionais. No centro da disputa está o Projeto de Lei da Dosimetria, aprovado pelo Congresso em dezembro e que altera regras de cálculo e progressão de penas para crimes contra a democracia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve vetar integralmente a proposta até segunda-feira, dentro do prazo constitucional de 15 dias úteis, mas aliados indicam que o gesto será feito hoje, na cerimônia no Palácio do Planalto alusiva à data, pelo simbolismo: o dia em que o país relembra a ofensiva de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro aos Três Poderes, a maior investida contra as instituições desde a redemocratização.

O impasse em torno da proposta acentuou o distanciamento entre Executivo e Legislativo. Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), por sinal, decidiram não participar do ato oficial promovido pelo governo nesta quinta-feira. A ausência repete o padrão dos anos anteriores e ocorre num momento em que o Congresso se vê pressionado pela iminência do veto presidencial a um texto aprovado por ampla maioria. Diferentemente do Executivo e do Judiciário, o Legislativo não programou nenhuma cerimônia própria para marcar a data.

Do lado do governo, o evento deste ano ganha um peso político adicional. Além da defesa da democracia e da rejeição a qualquer anistia aos golpistas, o Planalto incorporou ao discurso a noção de soberania nacional e de defesa da paz na América do Sul, em meio à crise envolvendo a Venezuela e os Estados Unidos. A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que o continente enfrenta ameaças “como não se via desde os tempos da Guerra Fria”. O ministro da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos, responsável pela organização do ato, reforçou que o foco central continua sendo a condenação do golpismo, mas que o contexto internacional exige uma abordagem mais ampla. A cerimônia, no Salão Nobre do Planalto, às 10h, se estenderá para a área externa, com participação de movimentos sociais e militantes.

Por sua vez, o ex-líder da oposição na Câmara Luciano Zucco (PL-RS) citou a importância da dosimetria no que chamou de combate à perseguição e à maldade que estão fazendo com Bolsonaro e de envolvidos no 8/1. Seguindo ele, se Lula vetar “assumirá a responsabilidade por manter um ambiente de perseguição e insegurança jurídica no país”.

A Corte Suprema também transformou o 8 de Janeiro em marco de memória institucional. Hoje, o STF promove uma programação aberta ao público dentro da campanha Democracia Inabalada, com exposição, exibição de documentário, debates com jornalistas que

pacífico

Justiça e democracia

Balanco dos três anos do 8 de Janeiro. Dados mostram o destino judicial dos réus até dezembro de 2025

O FUNIL DA RESPONSABILIZAÇÃO	AS SENTENÇAS
1.734 ações penais autuadas. Responsabilizados: 1.374 pessoas (810 condenadas + 564 acordos homologados) Absolvidas: 14 pessoas.	45% Acordos: réus que confessaram e pagaram multas; 31% Condenações leves: penas de até 2 anos e meio; 24% Condenações graves: crimes como golpe de Estado e abolição do Estado de Direito; *Apenas 5% do total receberam condenações superiores a 12 anos.
O PESO DA LEI (CRIMES GRAVES)	O CAMINHO DA RESSOCIALIZAÇÃO (ACORDOS E CRIMES LEVES)
395 condenados por crimes graves: Prisões de 3 anos a 17 anos e 6 meses. Crimes: golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração de patrimônio público.	564 que fizeram acordos e 415 condenados por crimes menores Serviços à comunidade: entre 150 horas (acordos) e 225 horas (condenados) Educação democrática: participação obrigatória em curso sobre Democracia e Estado de Direito. Restrições: proibição ao uso de redes sociais abertas e uso de tornozeleira eletrônica (por 1 ano para os condenados)
A CONTA DA DESTRUIÇÃO	
R\$ 30 milhões Valor fixado para indenização por danos morais coletivos (pago de forma solidária pelos condenados por crimes graves);	+ R\$ 3 milhões Valores recuperados (até o momento) aos cofres públicos por meio de multas de acordos.
MONITORAMENTO E FORAGIDOS	
Foragidos: 122 pessoas;	Extradições: 61 pedidos formais já enviados pelo STF para o exterior; Em trâmite: 346 ações penais em fase final e 98 denúncias contra financiadores.

Fonte: STF/Gabinete Alexandre de Moraes

cobriram os ataques e uma mesa-redonda com pesquisadores, juristas e especialistas em democracia.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, disse, ontem, que o episódio foi uma “uma tentativa organizada de ruptura democrática”. Em entrevista ao Valor Econômico, frisou que não se tratou de manifestação política, mas de uma das mais graves afrontas ao Estado Democrático de Direito desde a redemocratização, e que a resposta do Supremo e das demais instituições demonstrou a força do sistema constitucional.

Fachin destacou que os responsáveis foram identificados e responsabilizados dentro do devido processo legal e que o papel do STF como guardião da Constituição foi essencial para conter e reverter a ofensiva autoritária. Para o ministro, a democracia brasileira provou não ser frágil. “Defender as instituições não é um ato ideológico, é um dever cívico”, enfatizou.

Evento na praça

Já o PT organiza um ato próprio na Praça dos Três Poderes, reunindo militantes, parlamentares e dirigentes em defesa da democracia e contra qualquer tentativa de anistia.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou estar confiante de que Lula vetará hoje o PL da Dosimetria e frisou que a base tem condições de sustentar o veto no Congresso. “É uma tarefa totalmente possível, ainda mais com mais de um mês para trabalhar esse cenário”, destacou em coletiva de imprensa.

A direita também se mobiliza e promete fazer manifestações, hoje, pela abolição ou redução de penas para os golpistas.

» Dia em Defesa da Democracia

O 8 de Janeiro ganhou mais um significado em Brasília. A data passou a compor o Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal como o Dia em Defesa da Democracia. A proposta é do deputado distrital Gabriel Magno (PT). Ao Correio, ele relembrou a visita que fez às sedes dos Três Poderes após a depredação dos golpistas bolsonaristas. “Essa foi uma das sensações mais tristes que tive, não só pelo valor histórico que esses monumentos têm, pelos prédios, mas também pelas várias obras artísticas que fazem parte da história social, política e cultural do país”, disse.

Memória

Foco em Bolsonaro

O PL da Dosimetria reduz penas dos condenados pelo 8 de Janeiro e beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro. O placar da aprovação no Senado, em 17 de dezembro, foi de 48 votos a favor e 25 contrários. O ex-chefe do Poder Executivo, preso na Superintendência Regional da Polícia Federal em Brasília, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal a 27 anos e três meses de prisão e terá a pena reduzida para 20 anos. O tempo em regime fechado pode cair de seis anos e 10 meses para dois anos e quatro meses.

Condenações e inquéritos

» LUANA PATRIOLINO
» IAGO MAC CORD
» FERNANDA STRICKLAND

Pela primeira vez, os eventos marcados para lembrar o 8/1 ocorrem após a condenação dos responsáveis por articular os atentados. Além dos mandantes estarem presos, o inquérito contra os que participaram da trama avançou em busca de respostas céleres.

Na tarde de 8 de janeiro de 2023, a Praça dos Três Poderes foi invadida por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. As imagens transmitidas ao vivo mostraram a destruição das sedes do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Os extremistas vestiam verde e amarelo, clamavam por intervenção militar. Os golpistas invadiram prédios, agrediram policiais e destruíram instalações, móveis, documentos e obras de arte.

Para o professor de direito penal do Ibmec Brasília Tédney Moreira, rememorar um episódio recente da história brasileira pode educar para que fatos como esse não ocorram novamente.

“Essa prática faz parte do que se nomeia como Justiça de Transição: a preservação da memória para futuras gerações é uma medida que dificulta a recorência, principalmente se vier aliada a outras medidas de contenção dos atos golpistas”, disse.

Até dezembro do ano passado, a Primeira Turma do STF condenou 810 pessoas, sendo 395 por crimes mais graves e 415 por crimes menos severos. Houve 14 absolvições. Também foram homologados 564 acordos de não persecução penal, firmados com autores de infrações de menor

potencial ofensivo, que preveem medidas como prestação de serviços à comunidade e cursos sobre democracia. Esses acordos resultaram no ressarcimento de mais de R\$ 3 milhões aos cofres públicos, destinados à reparação dos danos materiais causados pelos ataques (veja arte).

Financiadores

Permanecem em tramitação 346 ações penais em fase final de instrução e 98 denúncias já oferecidas, em sua maioria relacionadas a financiadores dos atos, que demandaram investigações mais complexas.

Os ataques golpistas ocorreram antes de os planos do alto escalão do governo Bolsonaro serem conhecidos. Investigações da Polícia Federal que resultaram em indiciamentos apontam que o 8 de Janeiro estava ligado à trama que envolvia militares, ministros e o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, apontado como o líder da tentativa de golpe.

O professor de direito constitucional Nauê Bernardo de Azevedo, do Ibmec Brasília, avalia que, três anos depois, ainda se vê uma enorme cisão de visões a respeito do que ocorreu naquele dia. “Um evento como esse representa um ataque muito grande à boa política e, até o momento, o país enfrenta dificuldades para virar essa página, visto que a disputa de narrativas ao redor do ataque”, observa.

Recuperação

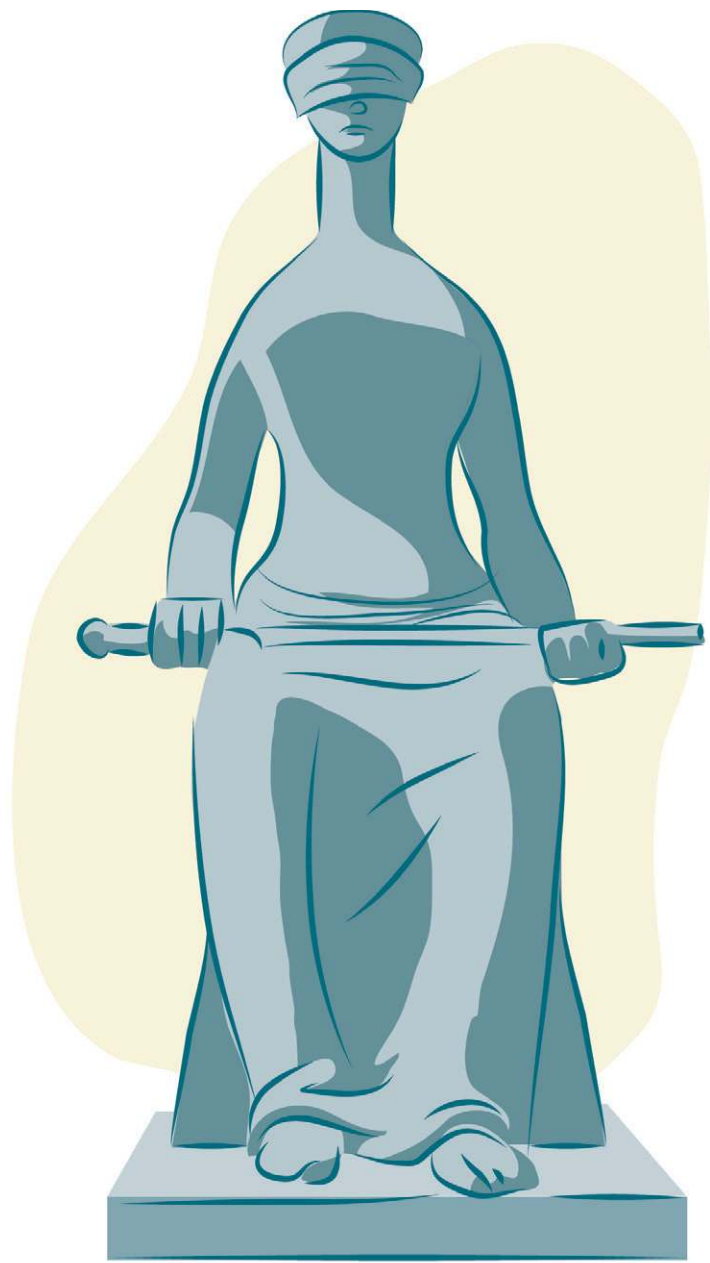
No Supremo Tribunal Federal, a depredação feita pelos golpistas atingiu de forma severa o acervo artístico e histórico: 131 bens culturais foram danificados, dos

quais 109 já passaram por restauração, enquanto nove aguardam recuperação. Outros 13 itens foram considerados inservíveis, e 17 foram furtados.

Na Câmara, o impacto recaiu de forma significativa sobre o acervo artístico e os chamados presentes protocolares recebidos por presidentes da Casa ao longo de décadas. Levantamento atualizado até 17 de dezembro de 2025 aponta que 64 itens foram afetados pelos ataques. Desse total, 55 passaram por tratamento. Obras de grande relevância, como painéis de Athos Bulcão, esculturas de Alfredo Ceschiatti, Victor Brecheret e vitrais de Marianne Peretti, foram higienizadas ou restauradas e, em alguns casos, já retornaram à exposição pública.

O documento também detalha a situação de 46 presentes protocolares, entre eles objetos oferecidos por chefes de Estado e autoridades estrangeiras. Até o fim de 2025, 40 itens tiveram o tratamento finalizado, quatro ainda aguardam restauro, um foi recuperado e um permanece desaparecido. Entre os bens ainda pendentes de recuperação estão vasos de porcelana e peças de alto valor simbólico, enquanto uma joia protocolar identificada como The Pearl consta como desaparecida.

No Senado, o processo de recomposição foi concluído em 2025. No Senado Federal, o processo de recomposição foi concluído em 2025. Segundo a Casa, foram realizadas intervenções de engenharia, restauração de obras e mobiliários, substituição de equipamentos, recuperação de estruturas, repintura de áreas afetadas e modernização de sistemas de segurança e tecnologia.



TRÊS ANOS DO 8/1

“Era a nossa cidade que estava sendo atacada”

Presidente do PT/DF, Guilherme Sigmaringa enfatiza o sentimento dos moradores da capital federal ante a ofensiva levada a cabo por extremistas bolsonaristas

» RAFAELA BOMFIM*

O presidente do PT no Distrito Federal, Guilherme Sigmaringa, afirmou que o ato organizado pelo partido sobre o 8 de Janeiro tem como foco a defesa da democracia, a preservação da memória dos ataques às sedes dos Três Poderes e o reforço do compromisso institucional para que episódios semelhantes não se repitam.

Em entrevista às jornalistas Ana Maria Campos e Mariana Niederauer, no Podcast do **Correio**, Sigmaringa ressaltou que a data possui significado central para a história recente do país e exige reflexão permanente. Ele destacou que o episódio não pode ser tratado como um fato isolado e afirmou que houve sinais prévios de instabilidade antes da invasão às instituições. “Não foi algo espontâneo, foi um processo articulado, com acontecimentos anteriores que já indicavam o risco”, disse.

O dirigente relembrou atos de violência registrados em Brasília após o resultado das eleições, incluindo tentativas de invasão a prédios públicos e ações que colocaram em risco a segurança da população. Para ele, esses episódios demonstraram que houve uma escalada que culminou no 8 de Janeiro.

Ao abordar o impacto local, Sigmaringa frisou o sentimento vivido pelos moradores do DF. “Para além da questão institucional, era a nossa cidade que estava sendo atacada”, afirmou. Ele explicou que os prédios atingidos fazem parte do cotidiano da população e simbolizam não apenas o poder político, mas a própria identidade de Brasília.

De acordo com o presidente do PT/DF, o ato previsto para hoje terá caráter suprapartidário e reunirá representantes de diferentes forças políticas comprometidas com a democracia.

Sigmaringa afirmou que todos os chefes de Poder e lideranças institucionais foram convidados para o encontro. “Essa não é uma pauta

Ed Alves/CB/DA Press



Guilherme Sigmaringa: “Não se trata de celebrar, mas de lembrar, para que nunca mais aconteça”



Essa não é uma pauta de um campo político específico, é uma agenda de quem defende a Constituição e a ordem democrática”

Guilherme Sigmaringa, presidente do PT no Distrito Federal

» Segurança reforçada na Esplanada

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) montou um esquema especial de proteção para esta quinta-feira, dia de manifestações pelos três anos do 8 de Janeiro, especialmente na área da Praça dos Três Poderes. A medida também foi tomada por outros órgãos do Sistema de Segurança Pública, para ampliar o monitoramento e o compartilhamento de informações, reduzir o tempo de resposta e potencializar ações preventivas. Na Praça dos Três Poderes, a Polícia Militar instalou estrutura de comando e controle e reforçou o efetivo de policiamento ostensivo, mantendo tropas especializadas em prontidão. Também haverá intervenções nas vias de acesso, e eventuais desvios ou bloqueios estarão condicionados à avaliação de necessidade e risco. Todos os participantes passarão por credenciamento antes de acessar o local do evento, com abordagens e revista de mochilas. O isolamento da Esplanada, sob responsabilidade da PMDF, se dará a partir de 0h desta quinta-feira e irá até o término do evento.

de um campo político específico, é uma agenda de quem defende a Constituição e a ordem democrática”, declarou.

Ele também comentou o contexto político atual, marcado por tensões entre instituições e pelo início do período pré-eleitoral. Para Sigmaringa, as disputas políticas não devem se sobrepor à defesa do regime democrático. “Sem

democracia, não existe debate político, não existe divergência legítima”, lembrou.

Na entrevista, Sigmaringa mencionou, ainda, o julgamento e a condenação dos envolvidos na tentativa de ruptura institucional e criticou iniciativas que buscam anistiar os responsáveis. Segundo ele, o ato desta quinta-feira também será um espaço para reafirmar a

posição contrária a qualquer forma de perdão coletivo. “Houve crimes graves e eles precisam ser tratados dentro da lei”, afirmou.

Ao final, o presidente do PT/DF destacou que marcar a data é uma forma de fortalecer a vigilância democrática. “Não se trata de celebrar, mas de lembrar, para que nunca mais aconteça”, concluiu.

Ofensiva “não terminou lá atrás”

» LETÍCIA CORRÊA*

Ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) e membro benemérito do Instituto dos Advogados Brasileiros, José Geraldo de Sousa Júnior afirmou que a essência dos atos antidemocráticos do 8 de Janeiro continua presente na política brasileira.

“O 8 de Janeiro não terminou lá atrás, ele continua internamente, e esses processos se tornam a agenda da política local. Basta ver as manifestações, os usos narrativos, a disputa de fake news, pedindo que sequestrem o presidente Lula, pedindo que intervenham no Brasil. Tudo isso no sentido de articular todos esses eventos para construir uma demanda que vá desaguar nas eleições que se aproximam”, argumentou, em entrevista aos jornalistas Sibebe Negromonte e Roberto Fonseca, no programa CB.Poder — parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

Na avaliação de Sousa Júnior, o episódio surgiu de uma democracia fragilizada pela disputa interna, acirrada e colonizada da política brasileira. De acordo com ele, em espaços que vivem o contexto do Brasil, “de uma elite que rouba o povo com emendas e com números orçamentários altos”, os assaltos ao poder são comuns. “O 8 de Janeiro foi mais uma tentativa de assalto ao poder.”

Segundo ele, é um golpe continuado. “Vem na sequência de 64, 68, 78, 85. Ali, ainda foi o estertor quando o colégio eleitoral pediu a mediação e tivemos toda a tensão dessa mediação pela Constituinte, pela anistia, pela memória e pela verdade. O 8 de Janeiro é o rescaldo do que se chamou de um golpe”, acrescentou.

Bruna Gaston CB/DA Press



José Geraldo: “O 8 de Janeiro foi mais uma tentativa de assalto ao poder”

Venezuela

Sousa Júnior também comentou sobre a ofensiva dos Estados Unidos na Venezuela. O ex-reitor frisou que não há limites para o presidente norte-americano, Donald Trump, e que o mundo corre risco com o republicano.

Ele disse que o ato de Trump foi “unilateral, de força prepotente”, que coloca o direito e as organizações internacionais em xeque. Além disso, ele ressaltou que, apesar de “temerária”, uma anexação da Groenlândia, ilha autônoma administrada pela Dinamarca, em um território estadunidense é possível e

representa a falta de limites do presidente americano.

“Há uma condenação geral a esse ato. Não significa uma ideologização das posições, há ressalvas, mas há uma preocupação de que não sejam só os organismos mediadores dos direitos internacionais — vamos dizer assim —, mas da política como condição civilizatória da permanência e da capacidade de os países cooperarem, construir um programa civilizatório”, afirmou. “Não há limites para uma personalidade que não parece medir consequências.”

O ex-reitor da UnB destacou, ainda, que o Brasil corre risco

“real e iminente” de possíveis intervenções dos Estados Unidos. Conforme destacou, o território brasileiro foi o primeiro país a receber tentativas de imposições norte-americanas na América Latina, com o tarifaço.

“O risco é real e iminente. O Brasil, aliás, foi o primeiro, porque a invasão aqui não foi sobre a frota, mas foi sobre o tarifaço. Foi uma maneira de estrangular economicamente o país para que ele se confinasse. É o modelo de alinhamento que está por trás do discurso prepotente. Ele disse esses dias: ‘O Hemisfério é nosso’, referindo-se ao Sul Global.”

***Estagiárias sob a supervisão de Cida Barbosa**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Kleber Sales



Com saúde debilitada, Bolsonaro preso alavanca candidatura de Flávio

O dia 6 de setembro de 2018 ainda nem havia terminado quando, da porta da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (MG), um dos filhos de Jair Bolsonaro profetizou: “Vocês acabaram de eleger o presidente!”. A frase de Flávio Bolsonaro reagia à facada sofrida pelo pai horas antes, durante ato de campanha. Àquela altura, Bolsonaro liderava as pesquisas, mas acumulava alta rejeição. Carregado por apoiadores no centro da cidade, foi atingido pelo servente de pedreiro Adelio Bispo de Oliveira. Após o golpe, levou as mãos ao peito, gemia de dor e foi deitado na entrada de uma lanchonete próxima.

O atentado alterou o curso da campanha. Enquanto Bolsonaro era submetido a cirurgia de emergência, adversários suspenderam eventos e interromperam ataques, sobretudo a campanha de Geraldo Alckmin. A orientação dos marqueteiros era clara: não se podia atacar um candidato que lutava pela vida. A empatia gerada humanizou Bolsonaro, reduziu o espaço crítico e impulsionou sua presença nas redes sociais e nos motores de busca da internet, ambiente no qual sua candidatura se estruturava. A facada não explica tudo, mas catalisou de forma decisiva sua vitória. O resto da história é conhecido.

Ontem, sete anos depois, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) chegou ao Hospital DF Star, em Brasília, às 11h25 da manhã, onde passou a receber atendimento médico e foi submetido a novos exames. Ele deixou o local por volta das 17h e voltou para a sede da Polícia Federal (PF). A ida à unidade de saúde foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após a queda sofrida na cela da PF.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro afirmou que o ex-presidente caiu e bateu a cabeça em um móvel no quarto onde está preso na Superintendência da PF. Segundo a publicação no Instagram, Bolsonaro teve uma crise durante a noite, mas só foi atendido pela manhã. “Como o quarto permanece fechado, ele só recebeu atendimento quando foram chamá-lo para minha visita”, declarou. Dias antes, Bolsonaro havia recebido alta hospitalar após cirurgia para correção de hérnia inguinal bilateral e outra intervenção para conter crises persistentes de soluço. A defesa voltou a pedir prisão domiciliar, negada pelo STF, sob o argumento de que não houve agravamento clínico e que o tratamento pode ser realizado nas dependências da PF.

O cardiologista Brasil Caiado afirmou que a hipótese de convulsão foi descartada. Segundo ele, Bolsonaro tentou caminhar, perdeu o equilíbrio e caiu. Os exames apontaram traumatismo craniano leve, sem lesões intracranianas. O médico relatou episódios de tontura, desequilíbrio e lapsos momentâneos de memória, mas considerou o quadro não preocupante, embora tenha destacado possíveis interações medicamentosas. Não há dúvidas de que Bolsonaro apresenta saúde frágil, consequência direta das sequelas da facada de 2018.

Transferência de votos

Desde a frustrada tentativa de fuga, quando violou as condições da tornozeleira eletrônica, o ex-presidente ocupa o noticiário quase diariamente, impulsionado por declarações da ex-primeira-dama e dos filhos, especialmente Carlos e Flávio. Cada ida ao hospital e retorno à Polícia Federal reforça a narrativa de vitimização. O principal beneficiário político desse processo é Flávio. Inelegível e cumprindo pena, Jair Bolsonaro lançou o filho como seu avatar eleitoral. Nas pesquisas mais recentes, Lula lidera os cenários de primeiro e segundo turnos da eleição de 2026, mas também concentra elevada rejeição, ao lado de Bolsonaro. No cenário estimulado, sem o ex-presidente, e com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), fora da disputa, Lula aparece com 41% das intenções de voto, contra 18% de Flávio, no DataFolha de 6 de dezembro. Na sequência, surgem Ratinho Junior (12%), Ronaldo Caiado (7%) e Romeu Zema (6%). Brancos e nulos somam 13%, e 3% não opinaram.

As próximas pesquisas deverão medir o impacto político das sucessivas internações do ex-presidente sobre o desempenho eleitoral de Flávio Bolsonaro. Familiares, médicos e advogados insistem na conversão da pena em prisão domiciliar, alegando o estado de saúde debilitado. Caso isso não ocorra, a vitimização pode atingir novo patamar — com efeitos políticos imprevisíveis, mas potencialmente decisivos. O fator imponderável é extremo: a possibilidade de Bolsonaro morrer na prisão, como advertem Michelle e filhos do ex-chefe do Executivo.

Involuntariamente, Moraes, responsável pela execução da pena, ou seja, a prisão em regime fechado do ex-presidente, como, aliás, manda a sentença da Primeira Tuma da Corte, está sendo um cabo eleitoral de Flávio Bolsonaro, ao alimentar o noticiário sobre a saúde do presidente, ao manter a prisão em regime fechado, a sua vitimização. Bolsonaro deve terminar de cumprir a condenação a 27 anos e três meses de prisão pela trama golpista em novembro de 2052. Somente terá direito a passar para o semiaberto em 23 de abril de 2033 e de cumprir livramento condicional a partir de 13 de março de 2037. Os prazos para progressão de regime poderão ser reduzidos em função de outros descontos previstos pela legislação, como leitura de livros e realização de cursos na prisão.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vem por aí

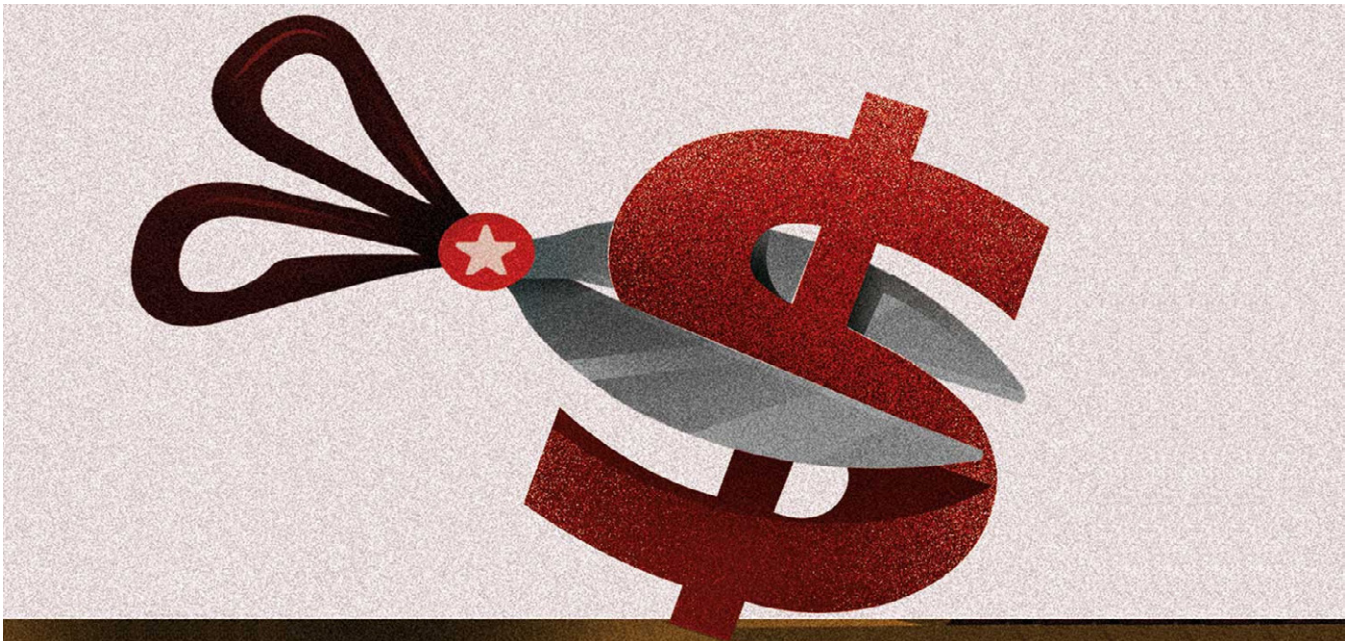
Se Lula atender o pedido de integrantes do PT e vetar, ainda hoje, o projeto que estabeleceu a dosimetria das penas aos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023, a oposição vai pressionar Davi Alcolumbre para abrir os trabalhos deste período legislativo com uma sessão do Congresso que possa derrubar esse veto. Assim, o caso vai terminar... no Supremo Tribunal Federal.

Master blindado

Ainda que tenha atingido o número de assinaturas para instalação da CPMI do Banco Master, senadores estão meio céticos em relação ao sucesso de uma possível investigação parlamentar. É que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, já colocou todo o material do Master sob sua alçada, inclusive o que já estava em poder da CPMI do INSS.

“Sem impeachment, não resolve”

O senador Izalci Lucas (PL-DF), por exemplo, acredita que o STF não permitirá acesso a qualquer documento do Banco Master. “No ano passado, quebramos o sigilo do Daniel Vrcaro na CPMI do INSS, mas não conseguimos ver os documentos”, lembra Izalci, referindo-se à documentação em papel e digital que ficou sob tutela da Presidência do Senado. “Enquanto não houver um impeachment de ministro do STF, nada será liberado”, diz o senador.



Lula mexeu num vespeiro

Ainda em recesso, deputados e senadores se mobilizam para cobrar do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, uma sessão do Congresso a fim de analisar o veto ao pagamento de restos a pagar de 2019 a 2023 inscritos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A ideia de parlamentares do Centrão é derrubar o veto. A avaliação é a de que a decisão de Lula atinge obras em andamento. Porém, o governo vetou a liberação desses recursos, algo em torno de R\$ 3 bilhões, para concluir outras obras e entregá-las à população ainda neste ano eleitoral. Vem por aí uma queda de braço entre parlamentares e Lula por obras patrocinadas pelo Executivo e outras pelo Legislativo.

» » »

Titãs/ O desconforto está grande, porque a decisão do governo pegou todo o período do governo de Jair Bolsonaro, quando Rodrigo Maia e, em seguida, Arthur Lira, presidiram a Câmara dos Deputados. No Senado, estavam no comando Davi Alcolumbre e, logo depois, Rodrigo Pacheco. Foi justamente o período em que o governo federal deixou que os deputados e senadores mandassem no Orçamento.

Fortalece o discurso

Na visão dos bolsonaristas, o pedido de averiguação do atendimento médico ao ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) endossa o argumento da família, de que há uma “vingança” contra Bolsonaro. Aliados afirmam que o CFM não saiu em defesa do ex-presidente, mas, sim, da atividade médica. Os profissionais querem se proteger, porque, se uma pessoa idosa sofre uma queda, ela tem que ir imediatamente para o hospital e não aguardar uma decisão de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eles vão insistir

A avaliação de aliados de Jair Bolsonaro é a de que a indicação da equipe médica da Polícia Federal, de que não havia necessidade de remoção do ex-presidente ao hospital após a queda, demonstra uma certa parcialidade da instituição. Para os bolsonaristas, a PF faz o que o ministro Moraes quer e, no caso da queda, a remoção ao hospital teria que ser imediata.

CURTIDAS

Eduarda Esposito/CB/D.A Press



A todo vapor/ O governo federal está investindo em entregas para este ano. Só em Valparaíso I, bairro no Entorno Sul de Brasília, são três condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida (**foto**).

Enquanto isso, no Ceará.../ A eleição por lá promete ser animada. A confusão começa com o ex-prefeito de Sobral Ivo Gomes rompendo com o governador Elmano de Freitas (PT) e tratando de se recompor com o irmão, Ciro Gomes, que voltou ao PSDB de olho numa candidatura ao governo estadual.

Bomba climática/ Não é apenas o meio ambiente que sofre com as mudanças climáticas, e já tem especialista alertando para a necessidade de preparação do Sistema Único de Saúde. Muitos preveem um ano de ondas de calor intensas e mais frequentes, o que deve levar muitos brasileiros ao sistema por mal-estar causado pelo calor. E também mais diagnósticos de câncer de pele nos próximos anos.

TOMBO NA CADEIA

Moraes barra sindicância do CFM

Ministro considerou ilegal pedido de investigação do Conselho Federal de Medicina sobre queda de Bolsonaro na cela da PF

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou nula a determinação do Conselho Federal de Medicina (CFM) de abrir uma sindicância para apurar denúncias relacionadas às condições do atendimento médico prestado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Moraes mandou a Polícia Federal (PF) ouvir o presidente do conselho, José Hiran da Silva Gallo, em até 10 dias.

O ministro determinou, ainda, que o diretor do Hospital DF Star encaminhe ao Supremo, em até 24 horas, todos os exames realizados por Bolsonaro, ontem. Ele foi ao hospital para fazer exames após sofrer uma queda em sua cela na Superintendência da PF na madrugada de terça-feira. Os médicos solicitaram uma tomografia computadorizada e uma ressonância magnética do crânio, além de um eletroencefalograma. A remoção de Bolsonaro ao hospital foi autorizada, ontem de manhã, por Moraes (**Leia ao lado**).

Mais cedo, o CFM havia divulgado que o estado de saúde do ex-presidente demanda a adoção de um “protocolo de monitoramento contínuo e imediato”, com acompanhamento médico multidisciplinar. Por isso, determinou a abertura de investigação pelo Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal para apurar denúncias relacionadas às condições do atendimento médico prestado ao ex-presidente.

No despacho, assinado no fim da tarde de ontem, Moraes enfatizou que o CFM não tem competência para fiscalizar o trabalho da PF e que a abertura de um procedimento com este fim mostra “flagrante ilegalidade e desvio de finalidade”.

“A ilegalidade e ausência de competência correicional do CFM

em relação à Polícia Federal é flagrante, demonstrando claramente o desvio de finalidade da determinação, além da total ignorância dos fatos”, afirmou o ministro.

Moraes também afirmou na decisão que não houve “qualquer omissão ou inércia da equipe médica da Polícia Federal, que atuou correta e competentemente, conforme, inclusive, corroborado pelos exames médicos realizados no custodiado na data de hoje, no Hospital DF Star, que não apontaram nenhum problema ou sequela em relação ao ocorrido na madrugada do dia anterior”.

Consciente e orientado

Bolsonaro recebeu atendimento médico na carceragem da PF, onde está detido, depois de sofrer uma queda, na madrugada de terça-feira. No mesmo dia, a corporação encaminhou ao STF um relatório médico informando que o ex-presidente estava consciente, orientado e sem indícios de déficit neurológico na manhã do acidente. O laudo foi solicitado pelo ministro Alexandre de Moraes, após a defesa pedir autorização para a realização de exames mais específicos em um hospital particular.

Com base nas informações apresentadas, Moraes avaliou que não havia necessidade de remoção imediata naquele momento. Na manhã de ontem, no entanto, o ministro autorizou a ida do ex-presidente a uma unidade hospitalar para que pudesse ser reavaliado.

Bolsonaro passou a Virada de Ano internado no Hospital DF Star, para se submeter a sua oitava cirurgia desde 2018, quando sofreu um atentado a faca durante a campanha eleitoral. A intervenção foi tratar uma hérnia inguinal. O ex-presidente também passou por três procedimentos no nervo frênico para amenizar crises recorrentes de solução. (**Com Agência Estado**)

Gustavo Moreno / STF



Ex-presidente faz novos exames médicos

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) retornou, ontem, ao Hospital DF Star, em Brasília, para a realização de exames médicos após sofrer uma queda na cela onde cumpre pena por liderar uma conspiração golpista, na Superintendência da Polícia Federal (PF). A ida ao hospital foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), depois de avaliação inicial que apontou ferimentos na cabeça.

A queda ocorreu na madrugada de terça-feira, quando Bolsonaro caiu da cama e bateu a cabeça em um móvel da cela. A PF e o médico particular do ex-presidente confirmaram o registro de ferimentos. Os

novos exames mostraram “densificação das partes moles na região frontal e temporal direita”, segundo boletim médico, com a recomendação de que sejam adotados “cuidados clínicos”.

O cardiologista Brasil Caiado, que acompanha Bolsonaro, informou que foi identificada uma “lesão em partes moles” da cabeça do ex-presidente, caracterizando um traumatismo leve. “Não há lesão intracraniana, o que é bom para ele. Trata-se de uma lesão extra, que não é preocupante”, assegurou o médico.

Na noite de terça-feira, o médico havia relatado sinais clínicos que motivaram o pedido de remoção ao hospital. “Fiz uma última

avaliação no presidente, agora, ele estava apático, uma leve queda na pálpebra esquerda, com a pressão normalizada e com sinal de tontura. Sem dor. O próximo é aguardar a liberação para a realização dos exames e imediatamente nos deslocarmos para o hospital, que está de prontidão para recebê-lo”, informou Caiado.

Parentes de Bolsonaro criticaram a condução do atendimento pela PF. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro afirmou que “está tudo errado” no tratamento dado ao ex-presidente. “A gente vê que, pela Lei de Execução Penal, realmente, (a PF) não tem agilidade para atendê-lo numa emergência”, disse ela, depois



A ilegalidade e ausência de competência correicional do CFM em relação à Polícia Federal é flagrante, demonstrando claramente o desvio de finalidade da determinação, além da total ignorância dos fatos”

Alexandre de Moraes,
ministro do STF

de visitar o marido no hospital. “Ele sofre o acidente na cela, na solitária, é um quarto fechado, e o perito só chega 40 minutos depois do horário da primeira medicação, às 8h da manhã”, completou.

O vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente, também questionou a demora na autorização para exames médicos e a negativa de prisão domiciliar. “Foi negada anteriormente a prisão domiciliar alegando que a distância da PF é pequena em relação ao hospital, mas já se passaram mais de 10h e caiu por terra a negativa de sua prisão humanitária. Proximidade não significa agilidade”, afirmou. (**DR e WL**)



SAÚDE

SUS terá hospitais com IA, 5G e telemedicina

Pacote de investimentos na rede pública de unidades inteligentes prevê aportes de R\$ 1,7 bi para a USP e R\$ 34 milhões para UTIs

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, lançaram, ontem, um programa para construir os chamados “hospitais inteligentes” do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa vai incorporar tecnologias baseadas em inteligência artificial (IA) e conexão 5G para acelerar o atendimento em urgência, emergência e em unidades de tratamento intensivo (UTIs). O primeiro hospital inteligente público será instalado em São Paulo e servirá como referência para outras instituições. O governo federal também prometeu modernizar hospitais já existentes.

O anúncio foi feito em cerimônia fechada no Palácio do Planalto, com a presença de ministros, autoridades e delegações da China e da Índia, que serão parceiras do projeto — a Rede Nacional de Hospitais e Serviços Inteligentes. De acordo com o Ministério da Saúde, os serviços inteligentes usam tecnologias como IA, big data, telemedicina e monitoramento remoto para fornecer um atendimento mais rápido, acessível e personalizado.

Em discurso, Lula defendeu que a pandemia de covid-19 fez com que a população brasileira entendesse a importância dos hospitais públicos. “O SUS era tratado de forma pejorativa. Ou seja, só se tratava de desgraça, miséria, morte no SUS”, afirmou.

Ao tratar da modernização dos hospitais, Lula citou o acidente doméstico que sofreu em outubro de 2024, e a cirurgia de emergência à qual se submeteu, pouco mais de um mês depois, para drenar uma hemorragia no crânio. “Eu estava na capital do país e disseram que eu tinha que ir para São Paulo, urgente, para fazer o tratamento. Não tinha nem o avião presidencial aqui. Eu tive que esperar, nessa emergência, três horas no hospital e, depois, viajar mais uma hora e meia de avião. Quando eu cheguei no hospital, da equipe médica, dos quatro que estavam lá, dois

Ricardo Stuckert/PR



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao anunciar a criação da rede de hospitais inteligentes do SUS: “Dilma, libere esse dinheiro logo!”

estavam chorando porque achavam que eu poderia ter entrado em coma dentro do avião”, disse o presidente. “Que a gente coloque uma coisa inteligente em Brasília porque, se isso aconteceu com o presidente, imagine com o coitado do povo”, enfatizou.

UTI inteligente

Segundo Padilha, o primeiro eixo do programa será a implantação de 14 UTIs inteligentes nas cinco Regiões do país, com investimento de R\$ 34 milhões em hospitais já existentes. O segundo eixo será a construção do primeiro hospital inteligente do SUS, o Instituto Tecnológico de Emergência do Hospital

das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), que fará atendimentos de urgência e emergência, além da atenção especializada. O hospital terá capacidade para atender 200 mil pacientes por ano na emergência, com 250 leitos, mais 350 leitos de UTI, 25 salas cirúrgicas, departamentos de neurologia e trauma, e enfermaria com 200 leitos.

A unidade contará com aporte de R\$ 1,7 bilhão do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o Banco do Brics, pagos ao longo de quatro anos. “São hospitais que se utilizam da mais alta tecnologia de informação e de inteligência artificial, da conexão dos seus equipamentos, de uma rede que se sustenta, internet que consegue garantir essa

conexão e que permite atendimentos à distância, monitoramento à distância, e uso da IA para acelerar diagnósticos”, discursou Padilha.

O terceiro eixo do programa será a modernização de hospitais de excelência do SUS, com implantação das novas tecnologias: Hospital Unifesp (SP); hospitais federais do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio); o novo Hospital Oncológico da Baixada Fluminense (RJ); o Instituto do Cérebro (RJ); e o novo Hospital do Grupo Hospitalar Conceição (RS). Essa etapa contará com aporte de R\$ 1,1 bilhão do Ministério da Saúde, mas apenas para as instituições fluminenses.

A ex-presidente da República e presidente do NBD, Dilma Rousseff, que também participou do anúncio, destacou a cooperação tecnológica com China e Índia, que vão contribuir com as ferramentas utilizadas na modernização do Instituto Tecnológico de Emergência da USP, primeiro hospital do tipo. Destacou ainda a importância do financiamento feito pelo banco internacional.

“O NBD não tinha a praxe, até então, de financiar projetos no Brasil. Não era o Brasil o país que recebia o maior número de recursos. E eu acredito, também, que não era o Brasil que tinha os projetos mais importantes dos países do Brics, emergentes e em



São hospitais que se utilizam da mais alta tecnologia de informação e de inteligência artificial, da conexão dos seus equipamentos, de uma rede que se sustenta, internet que consegue garantir essa conexão e que permite atendimentos à distância”

Alexandre Padilha,
ministro da Saúde

desenvolvimento”, disse Dilma. “Fizemos um grande esforço para mudar a qualidade dos projetos financiados no Brasil”, acrescentou. Segundo a presidente do NBD, a instituição aprovou, no ano passado, US\$ 1,5 bilhão em empréstimos para o Brasil, especialmente, ao setor de infraestrutura.

Em seu discurso, Lula também cobrou rapidez na entrega dos hospitais. Também participaram o vice-presidente Geraldo Alckmin e o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan.

“Dilma, libere esse dinheiro logo. Dario, receba logo e libere logo. Padilha, por favor, execute a obra no tempo mais rápido possível”, cobrou o presidente. Como não houve nenhum anúncio de prazos para implementação do programa, Lula perguntou qual a previsão das entregas. Segundo Padilha, as UTIs inteligentes começam a funcionar ainda neste ano, e o hospital inteligente da USP deve demorar entre três e quatro anos para ficar pronto.

SEGURANÇA PÚBLICA

Novo protocolo para reconhecimento de criminosos

» RAFAELA BOMFIM*

O governo federal oficializou, ontem, um conjunto de medidas voltadas à padronização da investigação criminal e à integração de dados utilizados na persecução penal, com a publicação, no Diário Oficial da União, de duas portarias que tratam do reconhecimento de pessoas como meio de prova e da criação de um sistema nacional de informações criminais.

Os atos normativos são a Portaria MJSP nº 1.122 e a Portaria MJSP nº 1.123, assinadas pelo ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. As normas instituem, respectivamente, o Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais, aplicável à atuação da Polícia Judiciária, e o Sistema Nacional de Informações Criminais (Sinic), destinado à reunião e organização padronizadas de registros criminais em âmbito nacional.

O Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas estabelece critérios técnicos e operacionais

para a realização do reconhecimento como meio de prova. A portaria define o procedimento como o ato formal pelo qual a vítima ou a testemunha indica o possível autor de uma infração penal, desde que observadas cautelas específicas. A medida busca uniformizar práticas, ampliar a confiabilidade da prova produzida e assegurar respeito ao devido processo legal.

As regras se aplicam às polícias Civis dos estados e do Distrito Federal, à Polícia Federal e à Força Nacional de Segurança Pública quando atuarem no exercício ou no apoio às funções de polícia judiciária. A adesão voluntária e integral ao protocolo passa a ser considerada critério técnico para a priorização do repasse de recursos federais do Fundo Nacional de Segurança Pública destinados a ações relacionadas ao reconhecimento de pessoas.

Entre os objetivos previstos estão a adequação dos procedimentos à legislação vigente e à jurisprudência dos tribunais superiores, a redução do risco de condenações indevidas e o fortalecimento da segurança

freepik



Medidas visam evitar a prisão de inocentes por erro de identificação

jurídica. O texto também aborda a cadeia de custódia da prova, com foco na preservação da informação, na transparência dos atos e no controle do procedimento, além

de prever medidas para evitar práticas discriminatórias e vieses na persecução penal.

A portaria traz, ainda, disposições específicas sobre o

reconhecimento por voz, estabelece modelos de formulários para o reconhecimento presencial de pessoas e apresenta um checklist para a avaliação da regularidade das práticas adotadas pelas autoridades responsáveis. A padronização busca garantir que o procedimento seja documentado de forma adequada e passível de verificação ao longo do processo.

Já o Sistema Nacional de Informações Criminais (Sinic) tem como finalidade reunir, organizar e disponibilizar em uma única base nacional informações criminais produzidas pelos órgãos de segurança e pelo sistema de Justiça. O sistema dará suporte à investigação, auxiliará a atuação do Judiciário e servirá como referência para a formulação e avaliação de políticas públicas de segurança.

A Portaria MJSP nº 1.123 determina que o Sinic incorpore, de forma integrada, registros de pessoas condenadas por integrar organizações ou facções criminosas, por crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, por estupro

e por crimes de racismo. Também deverão constar informações sobre pessoas que tenham restrições judiciais de acesso a arenas esportivas em razão de comprometimento da paz em eventos esportivos.

A criação da base nacional busca superar a fragmentação atual de dados entre diferentes entes e instituições, permitindo maior padronização das informações sobre indiciamentos, denúncias e condenações.

Para operadores do direito, as normas criam parâmetros objetivos para a atuação estatal. “As portarias estabelecem cautelas claras para o reconhecimento de pessoas e delimitam como as informações criminais devem ser organizadas”, explica o advogado criminalista Luiz Gustavo Cunha. Segundo ele, “o descumprimento das etapas previstas pode gerar questionamentos sobre a validade do ato, enquanto a observância das regras tende a fortalecer o controle e a transparência do procedimento”.

*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,03% São Paulo	160.538 161.975 2/15/17/1	R\$ 5,387 (+ 0,13%)	R\$ 1.621	R\$ 6,293	14,90%	14,88%	Julho/20250,26 Agosto/2025-0,11 Setembro/20250,48 Outubro/20250,09 Novembro/20250,18

CASO MASTER

TCU: só STF pode reverter liquidação

Presidente do TCU, Vital do Rêgo, afirma que a Corte atua de forma técnica e sinaliza que deverá suspender a inspeção no BC

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, afirmou que uma eventual reversão da liquidação do Banco Master não é competência da Corte de Contas, mas do Supremo Tribunal Federal (STF). “Esse processo de ‘desliquidação’ do Master não cabe ao TCU, cabe ao Supremo Tribunal Federal, porque há um processo em andamento naquela Corte”, disse, em entrevista à Reuters. Segundo o ministro, o papel do TCU é técnico e se restringe a fornecer subsídios ao STF. “O que o TCU pode oferecer, como já vem oferecendo ao Supremo, são elementos para a apuração da legalidade da operação”, afirmou.

Vital do Rêgo ressaltou ainda que não existem informações suficientes para afirmar se a liquidação do Banco Master, decretada pelo Banco Central em 18 novembro, foi precipitada. De acordo com o presidente do TCU, essa conclusão dependerá da análise dos dados coletados por técnicos do Tribunal durante uma inspeção nos documentos do BC, trabalho que deve levar cerca de 30 dias. Mais tarde, em entrevista à Globonews, sinalizou que deverá suspender a inspeção determinada pelo ministro Jhonatan de Jesus.

Na segunda-feira, o ministro Jhonatan de Jesus, relator do processo do Banco Master na Corte de Contas, determinou a abertura de uma inspeção nos documentos do Banco Central que embasaram a decisão de liquidar a instituição. Ele também sinalizou a possibilidade de adotar medidas para impedir a venda de ativos do Master ao longo do processo, com o objetivo de “preservar o valor do patrimônio e a utilidade da fiscalização externa”.

O Banco Central reagiu, afirmando que iniciativas dessa natureza não devem ser tomadas de forma individual, mas submetidas à análise e à aprovação do colegiado do Tribunal. Nesse sentido, qualquer decisão adotada de maneira isolada por um único ministro teria caráter provisório, já que precisaria ser confirmada pelos nove integrantes do TCU. O presidente da autarquia reforçou ainda que não se posiciona ao lado do relator do

Bruna Gaston CB/DA Press.



Vital do Rêgo reconhece que o papel do Tribunal é de “oferecer subsídios para o Supremo apurar a legalidade da operação”

processo, mas em defesa das atribuições institucionais da Corte.

Senador aciona PGR

Ontem, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou, uma representação à Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo a apuração da conduta do ministro Jhonatan de Jesus, ex-deputado federal de Roraima pelo Republicanos, partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Ele renunciou ao mandato, em março de 2023, para assumir o cargo no Tribunal e se tornar o mais novo ministro da Corte de Contas.

Segundo o parlamentar, o ministro teria incorrido em abuso de autoridade ao solicitar a fiscalização da atuação do Banco Central no caso da liquidação do Banco Master. Vieira disse que a exigência de que a autoridade monetária justifique o mérito da decisão de decretar a liquidação não encontra respaldo legal e sustenta que o Tribunal não tem competência para atuar como uma espécie de “instância revisora da regulação bancária”.

Alessandro Vieira sustentou que o pedido de avaliação das decisões do BC configura “interferência indevida na atividade-fim” da autarquia e afronta o princípio

constitucional da separação dos Poderes. “A exigência de que o Banco Central justifique, perante a Corte de Contas, o mérito técnico de uma intervenção bancária evidentemente não possui amparo legal. Ao contrário, há inequívoca vedação sistêmica”, afirmou Vieira na representação.

O senador argumentou ainda que a atuação do ministro do TCU pode gerar um ambiente de intimidação entre os técnicos do Banco Central, com potencial impacto sobre a fiscalização do sistema financeiro. Diante desses pontos, o parlamentar solicita que a PGR adote as providências cabíveis junto ao STF.

Além de apresentar a representação, Alessandro Vieira lidera a coleta de assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que pretende apurar uma suposta relação do ministro do STF Alexandre de Moraes com o caso — hipótese que é negada pelo magistrado.

Revisão

De acordo com a Agência Estado, o ministro Jhonatan de Jesus deve recuar na determinação de inspeção ‘in loco’ no BC, devido ao recesso na Corte de Contas, previsto para terminar no próximo dia 16. Como o BC entrou com recurso para questionar a decisão monocrática do ministro e depois de sofrer uma série de críticas, inclusive, entre os pares, de que sua atuação de maneira açodada — em pleno período de férias — está prejudicando a imagem do Tribunal como um todo. Haveria possibilidade de ele solicitar uma reunião extraordinária para decidir. Mas, certamente, a medida desagradaria ainda mais os demais integrantes do colegiado. A primeira sessão de 2026 está prevista para 21 de janeiro.

Os ministros do TCU não escondem o desconforto com as atitudes do relator do caso Master. Dizem, nos bastidores, que o colega foi “enfático demais” e “excessivamente arrojado” ao cobrar explicações do BC e, depois, pedir atuação da unidade técnica e inspeção na instituição reguladora do sistema financeiro em pleno período de recesso.

Para o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, representante do Ministério Público junto ao TCU, o Tribunal poderia inspecionar o BC mesmo antes de uma decisão colegiada. Furtado, que provocou a Corte de Contas a investigar o caso, disse que a decisão do relator já é o suficiente para a inspeção no BC.

A liquidação extrajudicial do Master foi decretada pelo BC no mesmo dia que a Polícia Federal deflagrou a Operação Compliance Zero, que deflagrou a Operação Compliance Zero, que investiga um esquema de fraudes do Master estimado em R\$ 12,2 bilhões. Enquanto isso, investidores e credores aguardam há mais de 50 dias o pagamentos do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que cobre os depósitos até R\$ 250 mil por CPF.

Ed Alves CB/DA Press



Gabriel Galípolo, presidente do BC, foi um dos alvos diretos dos ataques

A ofensiva digital, marcada pelo uso de perfis de grande alcance e pouco ligados ao debate econômico, levanta questionamentos sobre tentativas de descredibilização institucional e sobre o uso coordenado das redes sociais como instrumento de pressão política e reputacional em um dos casos mais sensíveis do sistema financeiro recente. Procurado por meio de sua assessoria, o Master não se posicionou sobre o assunto até a publicação.

Paralelamente, influenciadores alinhados à direita relataram ter recebido

propostas para disseminar, em seus perfis, a narrativa de que o Banco Central teria agido de forma precipitada ao decretar a liquidação do Master.

O vereador Rony Gabriel (PL), de Erechim (RS), publicou um vídeo em seu perfil no Instagram no qual afirma ter sido procurado por uma empresa para produzir conteúdos em defesa do Banco Master e contra o Banco Central, responsável pela liquidação da instituição no fim do ano passado. (RG)

Ofensiva nas redes sociais

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou, em nota, que detectou, no fim de dezembro de 2025, um “volume atípico de postagens” nas redes sociais com menções à entidade e a seus representantes. Embora não cite casos específicos, a manifestação ocorre no contexto da liquidação do Banco Master.

Segundo a federação, o dado foi apurado a partir de monitoramentos periódicos realizados com o apoio de empresas especializadas, que acompanham conteúdos relacionados à atuação da entidade e do setor bancário.

No período apurado, instituições e autoridades envolvidas no caso passaram a ser alvo de ataques nas redes sociais às vésperas da virada do ano. A ação, concentrada em cerca de 36 horas, utilizou perfis conhecidos por impulsionar conteúdos de celebridades para questionar a credibilidade de órgãos, como o Banco Central e a própria Febraban.

A entidade afirmou ainda que avalia se as publicações registradas naquele intervalo “caracterizariam ou não eventual ataque coordenado à entidade”, observando que, nos dias seguintes, houve “redução significativa daquele volume atípico”.

A Febraban ressaltou que não realiza monitoramentos específicos sobre eventuais movimentos coordenados envolvendo outras instituições ou autoridades. “Os levantamentos feitos para a Febraban são

para consumo interno e não são divulgados pela entidade”, segundo a nota.

Ataques

Pelo menos 40 perfis em redes sociais passaram a promover ataques simultâneos contra o Banco Central e investigadores envolvidos no caso Master, em uma ofensiva digital marcada por publicações coordenadas e narrativas distorcidas sobre a atuação do regulador. O movimento ganhou força nas últimas semanas e se intensificou em meio à disputa jurídica travada no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal de Contas da União (TCU) entre os advogados do banco e os órgãos de investigação.

Influenciadores passaram a disseminar conteúdos com críticas à atuação do BC e questionamentos à decisão que resultou na liquidação da instituição financeira. Um dos aspectos que chama a atenção é o perfil dos influenciadores mobilizados.

Boa parte deles atua em páginas de entretenimento e fofoca, sem histórico de produção de conteúdo ligado a temas econômicos, financeiros ou regulatórios. A escolha desse tipo de canal sugere uma tentativa de ampliar o alcance da narrativa para além do público especializado, explorando audiências massivas e pouco familiarizadas com os detalhes técnicos do caso.

Entre os perfis envolvidos está a página Alfinetei, que reúne 25,3 milhões de

seguidores no Instagram. O perfil integra um grupo de páginas de entretenimento que participou da ofensiva coordenada contra o Banco Central no fim de dezembro, período em que a liquidação do Banco Master dominou o noticiário. A página é vinculada a ao menos cinco empresas formalmente registradas e a uma rede de perfis que, somados, alcançam cerca de 40 milhões de seguidores.

Outros perfis citados na ofensiva incluem o Divas do Humor, com 5,2 milhões de seguidores, e a página Festa da Firma, voltada ao humor corporativo, que soma cerca de 1,9 milhão de seguidores. Em comum, todos apresentam grande capacidade de engajamento e audiência ampla, características exploradas para amplificar críticas ao regulador.

Alvos

Os ataques têm como alvos diretos autoridades e técnicos do Banco Central, entre eles, o presidente do BC, Gabriel Galípolo; o ex-diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, Renato Gomes — responsável pela área técnica que recomendou o veto à compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB) —; o diretor de Fiscalização, Afilton de Aquino Santos; além de banqueiros e representantes de associações do setor financeiro.

VISÃO DO CORREIO

Segurança no trânsito precisa ser compromisso coletivo

Espera-se um aumento de sinistros de trânsito durante feriados prolongados. Até por uma razão matemática: mais veículos nas ruas implica em risco maior de adversidades. Mas balanços recentes de órgãos voltados à segurança do tráfego indicam que o que tem acontecido nas estradas brasileiras está no campo do descompromisso e até mesmo da criminalidade. Levantamento divulgado, nesta segunda-feira, pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) sobre o período do réveillon mostra um aumento significativo de mortes nas rodovias federais do país em relação a 2024 — sobretudo em razão de batidas frontais de veículos, ocorrência geralmente ligada a imprudências ao volante.

A corporação contabilizou 109 mortes em acidentes de trânsito entre 30 de dezembro de 2025 e 4 de janeiro último — número 38% maior que o da Operação Ano Novo de 2024-2025, com 79 óbitos. Não houve mudanças significativas na quantidade de feridos e acidentes — respectivamente, 1.315 e 1.152 na contagem mais recente e 1.339 e 1.063 na anterior —, corroborando a hipótese de que a imprudência imperou nas rodovias do país nos últimos dias.

As três principais multas lavradas pelos agentes rodoviários também permitem tal interpretação. São elas: excesso de velocidade (23.079), não uso de cinto de segurança e equipamentos de proteção de crianças (3.470) e ultrapassagem proibida (3.438). Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul respondem por boa parte das multas por excesso de velocidade. Mas cabe lembrar que essa também é prática corriqueira no Distrito Federal. Reportagem publicada nesta segunda-feira pelo **Correio** mostra que, ao longo do ano passado, o Detran/DF aplicou 1.824.106 multas por esse motivo — média de quase 5 mil por dia.

Não se pode perder de vista que esses flagrantes dependem de aparato técnico, o que faz com que o registro das multas represente um recorte subestimado do que se passa nas rodovias brasileiras e do resto do país. Especialistas discutem, inclusive, medidas para conter uma espécie de normalização de recebimento de multas em razão do excesso de velocidade. Mesmo fenômeno tem ocorrido em relação à ingestão de álcool antes de se assumir a direção de um veículo.

Ao **Correio**, Paulo César Marques, professor de engenharia de tráfego da Universidade de Brasília (UnB), defende que multas e outras penalidades sejam acompanhadas de medidas de educação qualificadas. “Em geral, não devem ser ações destinadas a instruir usuários, como o senso comum costuma compreendê-las, mas iniciativas que visem a sensibilizar a população, inclusive criando um ambiente que leve ao constrangimento social de quem insiste em infringir as regras de conduta”, indica.

Há de se reconhecer que mudanças recentes implementadas pelo governo federal focam, entre os objetivos, na melhora da segurança do trânsito — com facilidades para a regularização de não habilitados e gratuidade na renovação da CNH de bons condutores. Além disso, o monitoramento regular das estradas mostra melhora na malha rodoviária brasileira — segundo pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) divulgada em dezembro, 37,9% da extensão pesquisada está em condições ótimas ou boas, contra 33 em 2024; os trechos ruins ou péssimos caíram de 26,6% para 19,1%. Há, dessa forma, uma configuração que, mesmo longe do ideal, tende a favorecer deslocamentos mais seguros. Resta aos condutores se comprometerem com o mesmo propósito.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Cidadãos plenos, não menores

Dia desses, assisti a um vídeo feito pela diretora-presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer, no qual ela ressalta a importância de abolirmos o termo "menor" ao nos referirmos a crianças e adolescentes. A palavra ainda é bastante usada nesse contexto, inclusive na imprensa, e estigmatiza meninos e meninas. Como ressalta Luciana, não se trata de preciosismo nem de mimimi; palavras carregam conceitos. Por isso, ela faz um chamamento à mudança, "para que crianças e adolescentes nunca sejam — nem minimamente, nem subliminarmente — percebidos como menos do que nós, adultos".

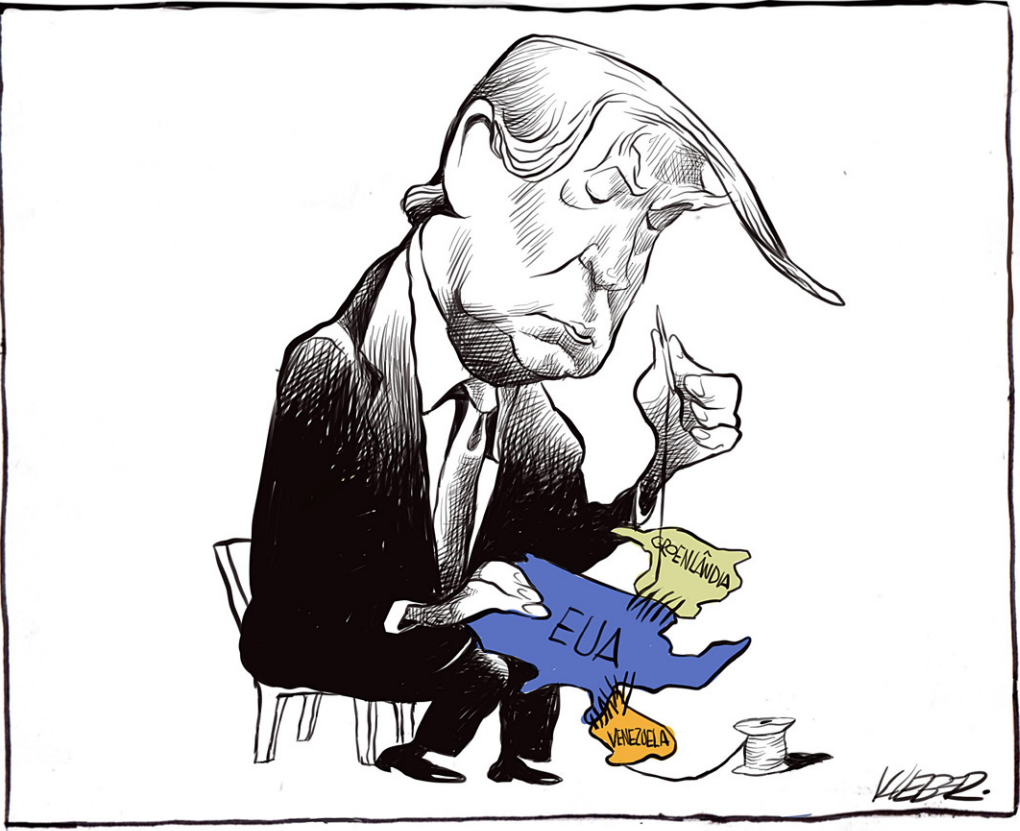
A postagem reforça a campanha lançada, há alguns meses, pela Andi e por várias organizações para o combate ao termo na mídia, em espaços públicos e entre a população quando se referirem a crianças e adolescentes.

A campanha #NãoÉMenor ressalta que a palavra remonta ao antigo Código de Menores, "que institucionalizou respostas punitivas e classificatórias a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade". Mesmo com a Constituição de 1988 e a promulgação do ECA, em 1990, que reconheceram meninos e meninas como cidadãos plenos, o uso do

vocabulo persiste e naturaliza violações, o que colabora "para a redução de direitos, impactando percepção pública, decisões institucionais e práticas cotidianas". "Uma linguagem cuidadosa contribui para a autoestima, a visibilidade e a efetivação dos direitos de meninos e meninas", enfatiza a Andi.

Família, sociedade e Estado têm de se conscientizar de que crianças e adolescentes são cidadãos, sim, e que os direitos deles têm de ser garantidos com absoluta prioridade, como determina o artigo 227 da Constituição. O desrespeito à dignidade deles começa justamente dentro de casa, onde são alvo frequentes de tratamentos cruéis ou degradantes. Basta citar a arraigada cultura de espancar para "educar". Pais ou responsáveis se consideram proprietários de meninos e meninas e se arvoram do "direito" de subjugá-los, de aplicar castigos físicos e psicológicos para "ensiná-los".

Meninos e meninas não são inferiores aos adultos, não são "menores". São cidadãos com plenos direitos e, como tal, devem ser tratados. Têm de ser amados, protegidos e educados com a dignidade que merecem e a lei determina.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Mobilidade

O governo do DF autorizou estudo técnico para VLT entre Taguatinga e Ceilândia. É sempre a região sul; enquanto isso a norte está largada às traças e, cada dia que passa, só crescendo com mais condomínios em construção e o trânsito cada vez mais caótico. O GDF precisa também repensar a mobilidade urbana da região, como BRT e outras opções, e não só aumentar uma faixa na BR-020, achando que isso vai resolver alguma coisa.

» **Rodrigo Neri**
Brasília

Saúde

O Conselho Federal de Medicina (CFM) exigiu que o Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) faça uma sindicância para apurar a assistência médica prestado ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Uma iniciativa muito estranha e surpreendente, pois, durante a pandemia da covid-19, o CFM não fez nada contra o negacionismo do ex-presidente e não contestou a propaganda de falsos medicamentos para conter o vírus.

» **Henrique Santos**
Taguatinga

Trump, Maduro e Venezuela

Tenho, para mim, que o debate envolvendo a captura de Nicolás Maduro pelos Estados Unidos tem sido abordado por uma leitura seletiva e equivocada do direito internacional. A soberania, a não intervenção e ordem jurídica internacional não são conceitos para proteger governos, mas, sim, pessoas. Quem defende a democracia deve condenar o regime de Maduro. A Venezuela não detinha mais soberania a ser preservada. Se todo poder emana do povo, não há soberania em regimes tirânicos, com instituições falidas e boa parte de sua população migrando

para outros países. Retirar Maduro do poder é o primeiro passo para devolver a soberania à Venezuela e, com ela, o direito à dignidade humana e a autodeterminação do povo venezuelano. É claro que Trump não é santo e tem interesse por trás disso. Contudo, entre a exploração do petróleo pelos Estados Unidos sem Maduro e a exploração feita por Rússia, China e Irã, que dava base financeira à ditadura, parece clara a preferência dos venezuelanos. Tal preferência dá um recado silencioso ao mundo: o critério de análise da ação norte-americana não deve ser as motivações externas, mas, sim, a realidade interna. A comunidade internacional existe para evitar que atrocidades sejam cometidas dentro das fronteiras e, se a soberania fosse um fim em si mesma, a invasão contra a Alemanha nazista se tornaria ilegítima. Logo, invocar o direito internacional para defender ditadores é uma perversão moral e intelectual, mera propaganda ideológica desfundamentada.

» **Ricardo Santoro**
Lago Sul

Batata quente

Os EUA retiraram parte das acusações contra Nicolás Maduro. Não afirmam que o presidente venezuelano seja o chefe do suposto cartel de drogas batizado de “Cartel de Los Soles”, embora sigam, convenientemente, mantendo outras “acusações”, conforme a necessidade do momento. Em um exercício hipotético, e não menos constrangedor, caso o juiz federal resolva absolvê-lo, o que fariam os EUA? Colocariam Maduro em um avião e encerrariam o episódio com um constrangido: “Foi mal aí”? Conhecendo a intempestividade calculada de Donald Trump, não seria surpresa alguma vê-lo brindar a imprensa com mais uma de suas declarações bizarras e cínicas: Sorry!

» **Marcus Aurelio de Carvalho**
Santos (SP)

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Eu quero ver é a Otan deixar o Trump se “esgroelando”,

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Enquanto isso, no país da América do Norte que defende a democracia e a autodeterminação dos povos: “Arrá, urru, a Groenlândia é nossa!”

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

O poder econômico e militar diminuindo o papel da ONU e relativizando a soberania das nações. Terra de brutos.

Marcos Figueira — Sudoeste

Cowboy moderno é assim: não invade durante o dia, mas chega atirando de madrugada só para anunciar sua visita surpresa de cortesia...

Marcos Paulino — Vicente Pires

Parlamentares da direita alegam que, por questões humanitárias, Bolsonaro deveria cumprir pena em prisão domiciliar. Então, pelo mesmo motivo, os presidiários que estão doentes deveriam ter o mesmo benefício. Todos não são iguais perante as leis?

Maria Olímpia Vieira — Cruzeiro Velho

Terça-feira de caos no metrô do Distrito Federal. E ainda querem privatizar as vagas dos estacionamentos? Esse é o incentivo ao uso de transporte público? Brincadeira!

Leandro Chaves — Brasília

Quando eu era criança, as famílias, em peso, nestes tempos chuvosos, durante as tempestades, cobriam os espelhos das suas casas, por ouvirem dizer que atraíam raios...

Lauro A. C. Pinheiro — Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	R\$ 1.187,88
			360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

"Recrutar e expandir": o caso Venezuela e a estratégia dos EUA para a região



» JULIANO DA SILVA CORTINHAS
Professor de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB)

A intervenção dos Estados Unidos na Venezuela traz maior instabilidade para as relações internacionais, em especial para a América Latina. Trump reposiciona os EUA no mundo e deixa claro que o país não irá mais pagar pelos custos de manutenção da ordem internacional. Essa estratégia foi iniciada em sua gestão anterior, mas agora o foco é o continente americano.

A Estratégia de Segurança Nacional (NSS), publicada recentemente, deixa isso evidente a partir do “Corolário Trump à Doutrina Monroe”, o qual estabelece que “recrutar e expandir” são os objetivos dos EUA para o continente americano. Os aliados dos EUA nas Américas serão recrutados para “controlar a migração, interromper os fluxos de drogas e fortalecer a estabilidade e a segurança”, enquanto a expansão significa reforçar a atratividade dos EUA “como o parceiro econômico e de segurança preferencial do Hemisfério”.

Assim, a NSS esclarece uma premissa que foi usada na intervenção da Venezuela: os EUA não respeitam mais o direito internacional; suas ações se guiarão exclusivamente pelo que a gestão atual considera ser o interesse nacional do país. A operação contra a Venezuela, nesses termos, não teve caráter ideológico, mas econômico/comercial. Maduro não foi retirado do poder

por sua inclinação ideológica ou por ser um ditador, mas porque se recusava a dar condições especiais para a compra de petróleo pelos EUA e o vendia também para China e Rússia. Essa nova estratégia gera repercussões para o equilíbrio de poder global, para os Estados Unidos e para os países latino-americanos.

Internacionalmente, o desprezo de Trump pelo direito internacional traz instabilidade e insegurança. Ao realizar uma operação claramente ilegal, os EUA enfraqueceram ainda mais as bases da ordem internacional cuja construção protagonizaram e que foi fundamental para o exercício de sua liderança. Tal atuação legítima ações semelhantes dos adversários estadunidenses que Trump diz querer conter.

Para os EUA, as consequências também tendem a ser negativas. O exercício de sua liderança será dificultado, pois um de seus principais instrumentos, o poder brando (baseado na atração de potenciais aliados), vem sendo abandonado. Há, ainda, possíveis consequências negativas para a democracia do país. Como os EUA não têm jurisdição sobre outros países, Maduro não pode ser julgado pelos crimes cometidos na Venezuela, mas somente por ações supostamente realizadas contra os EUA.

Além de ter sido ilegalmente preso, os Estados Unidos sequer parecem saber do que irão acusá-lo. Inicialmente, o Departamento de Justiça afirmou que Maduro liderava um cartel de drogas, mas depois alterou a acusação alegando que ele perpetuou uma cultura de enriquecimento a partir do tráfico de drogas. Se não forem apresentadas provas críveis, cabe perguntar: o juiz do caso terá autonomia para inocentar Maduro? Se isso ocorrer, qual a consequência? Uma das bases

fundamentais da democracia estadunidense é o sistema de freios e contrapesos, que assegura a autonomia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Se Trump forçar o Judiciário a condenar Maduro sem provas, haverá uma grave ruptura do sistema, aprofundando a crise democrática nos EUA.

Para a América Latina, as consequências da estratégia de Trump também são perturbadoras. Os países que não atenderem aos seus interesses estarão sujeitos a pressões econômicas ou a operações militares diretas.

O Brasil dificilmente sofrerá ação semelhante à da Venezuela. Temos alianças mais sólidas e maior capacidade de dissuadir uma operação militar, tanto pelo tamanho do território quanto pela nossa capacidade diplomática. Ainda assim, não estamos livres da ameaça de interferências. Em um ano eleitoral, o Corolário Trump pode levar a tentativas de influenciar o resultado das urnas.

Nesse cenário de aumento da instabilidade, o Brasil fica prejudicado, mas há meios de nos protegemos. Precisamos continuar confiando nos aliados tradicionais e diversificar parcerias, comportamentos que ampliam nossa capacidade de dialogar com os EUA, a exemplo do episódio do tarifaço. Uma das variáveis essenciais para a escolha da Venezuela como primeiro alvo no continente foi a vulnerabilidade decorrente do seu isolamento. Ampliar parcerias internacionais (com ênfase na região), aumentar a coesão interna, por meio de crescimento econômico e da redução da desigualdade, e fortalecer nossa democracia minimizam o risco de intervenções externas. Isso, porém, exigirá esforço conjunto do governo e da sociedade, tarefa que não parece fácil na atualidade.



A ousadia de uma Lei Geral da Gestão Pública: proposta de novo pacto entre jurista e gestor



» CLARICE CALIXTO
Procuradora-Geral da União na AGU e doutora em direito

CELINA PEREIRA
Secretária-Adjunta de Transformação do Estado no MGI e doutora em ciência política

Brasil vive um momento histórico: a chance de discutir o papel do direito na construção de um Estado mais capaz, justo e efetivo. A proposta de uma nova Lei Geral da Gestão Pública quer aproximar o mundo das normas da realidade da administração e fazer do direito um viabilizador da ação pública.

O texto não reflete uma reforma administrativa tradicional: não aborda cargos, organogramas ou carreiras. Trata de algo mais profundo: o marco jurídico da gestão pública e a consolidação das políticas públicas como eixo condutor da ação estatal. O ponto de encontro entre a política, a gestão e as pessoas.

O Decreto-Lei nº 200, de 1967, moldou a administração moderna com a racionalidade que o país respirava à época, baseada em hierarquia, planejamento e controle. Mas também refletiu um contexto autoritário, em que eficiência e racionalidade se confundiam com rigidez e centralização.

Hoje, o Estado democrático precisa de um novo alicerce, que combine legalidade e simplificação, estabilidade e agilidade, participação social e integridade. Regra e propósito, enfim.

O projeto elaborado pela Comissão de Especialistas em Direito e Gestão Pública, instituída pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e pela Advocacia-Geral da União (AGU), partiu de uma inquietação compartilhada pelos dois órgãos e confirmada pela comunidade acadêmica e sociedade civil: de que o Estado brasileiro já não se reconhece no arcabouço jurídico atual, fragmentado e insuficiente para responder às tensões e exigências do século 21.

Diante desse diagnóstico, o grupo fez uma escolha consciente: propor uma lei geral estruturada a partir de princípios e diretrizes e, ao mesmo tempo, dotada de mecanismos concretos capazes de dar coerência ao ordenamento jurídico e orientação segura à ação estatal.

Mais do que a inauguração de um novo paradigma para a gestão pública, trata-se de um marco com força normativa efetiva sobre a atuação do Estado, capaz de transformar valores e fundamentos em prática cotidiana.

A proposta introduz novos institutos, como inovação pública, governança colaborativa e gestão por evidências. Consolida fundamentos como eficiência, transparência, integridade, foco em resultados e fortalecimento das capacidades estatais. E amplia o espaço interpretativo para que o direito estimule a ação pública e valorize as ideias inovadoras de servidoras e servidores, em vez de inibi-las.

As políticas públicas passam a ser o fio condutor desse novo arranjo, articulando os mecanismos de

gestão em torno de resultados que gerem valor público e fortaleçam a democracia. Nesse cenário, o direito figura como peça central da caixa de ferramentas para as ações do Estado, ao lado da tecnologia, das pessoas, da governança, do orçamento e dos instrumentos de gestão em geral.

O foco não é restringir o gestor, mas dar-lhe segurança jurídica para agir. Não é multiplicar normas, mas dar coerência e clareza ao que já existe. Não é insistir em excessos burocráticos, mas fortalecer as capacidades do Estado.

Com a entrega da proposta ao governo federal, inicia-se agora uma nova etapa: a de análise e aprimoramento técnico pelo Executivo, com rodas de diálogo com os demais Poderes, entes federativos, sociedade civil e academia.

É o início de uma transição que busca atualizar o direito administrativo e renovar o pacto entre o Estado e a cidadania, tendo as políticas públicas como eixo integrador entre o jurídico e a governança, entre o Estado e sociedade.

Porque o Estado que queremos não é apenas legal: é legítimo, transformador e próximo das pessoas. Porque governar, afinal, é transformar vontade política em ação pública — e isso só é possível quando o direito se torna instrumento de realização do interesse público e da própria democracia. Reconhecendo desigualdades e valorizando diversidades.

A proposta da Comissão de Especialistas não é uma panaceia. Mas é, sim, um passo firme para que o direito administrativo cumpra o papel que sempre deve ter: dar base e forma a um Estado que aprende, coopera e entrega.

O paradoxo da esquerda tradicional diante da Venezuela



» LUZ NEIRA PARRA
Membro da Associação Venezuelana de Pesquisadores em Comunicação (InveCom), jornalista e professora universitária

O dia 3 de janeiro de 2026 marcou um marco devastador na prolongada e profunda tragédia venezuelana. A operação militar culminou com a destituição de Nicolás Maduro do poder de uma revolução tão fracassada quanto sangrenta. Os Estados Unidos decapitaram e interromperam décadas de opressão e medo silencioso de sua população, mas também de destruição sistemática das instituições e do aparato produtivo de um país democrático. Enquanto os venezuelanos dentro do país prendiam a respiração, ainda sob a ameaça do regime que, embora ferido, mantém o controle das armas, dos territórios e do medo, os exilados comemoravam com emoção transbordante: lágrimas, alívio, incredulidade. Comemoravam porque, após anos de dor e exílio forçado, o ciclo de terror parecia abrir uma porta, ainda que frágil, para a esperança.

Em contrapartida, uma parte significativa da esquerda reagiu como sempre: revelando uma profunda divisão na esquerda latino-americana e global. Ela se pronuncia com o discurso anti-imperialista dos anos 1960, repleto de clichês sobre a intervenção dos Estados Unidos; solidariza-se com Maduro e o regime chavista, depois defende a soberania, que antes nunca defendeu, diante da presença forçada em território venezuelano de grupos armados colombianos e diante do controle do poder político por parte dos cubanos, e, por fim, se sobrar espaço, a consideração pelos venezuelanos, sem nunca mencionar que Maduro é um ditador sanguinário que roubou descaradamente as eleições de 28 de julho de 2024, embora Trump também não faça referência a esse fato tão transcendental para o país.

A tragédia humana voltou a ocupar o último lugar na hierarquia moral dos mandatários e intelectuais representantes dessa esquerda. Não se tratou de um debate estratégico ou de cautela prudente. Tratou-se de uma resposta quase reflexa, um automatismo doutrinário que prioriza manuais e mapas em detrimento de corpos concretos e sofredores. Esse padrão não é exclusivo da Venezuela. Ele se repete em Cuba e na Nicarágua, onde a repressão é relativizada diante do embargo; no Irã, onde as punições e a violência, especialmente contra as mulheres, desaparecem diante da narrativa antiocidental; em tantos outros regimes onde o carrasco correto ocupa o espaço adequado na geopolítica. A regra de ouro se mantém: se o opressor enfrenta os Estados Unidos, merece compreensão; se as vítimas coincidem com a narrativa do “inimigo”, devem esperar, calar-se, resistir em silêncio.

Não há ingenuidade nessas posturas. Que ninguém seja pego de surpresa. Também não podemos cair em ingenuidades políticas. Todos conhecemos, com rigor ou sem rigor, a história das intervenções americanas na região, os golpes de Estado e o caráter instrumental da política externa americana desde a Doutrina Monroe. Ninguém espera que Trump aja com altruísmo. O que Trump quer é o petróleo da Venezuela. Todos querem o petróleo da Venezuela. Ou será que a presença da China e da Rússia se deve à amizade com Maduro? São questões geopolíticas que sempre estarão presentes em uma mesa de negociações. No entanto, reconhecer isso não exige eliminar a solidariedade, amputar a emoção humana elementar do alívio diante da captura do déspota e reconhecer a enorme tragédia que sofre o corajoso povo venezuelano. Negar a alegria contida dos 8 milhões da diáspora, ignorar as lágrimas daqueles que recuperam por um instante a dignidade roubada, é substituir a ética por dogmas anti-imperialistas.

Durante anos, a esquerda confundiu análise crítica com anestesia moral. Protegeu teorias e manuais doutrinários acima de corpos torturados, defendeu princípios abstratos mais do que vidas concretas. Desenvolveu um “mas” sistemático: um “mas” antes de um abraço, antes mesmo de celebrar a possibilidade de alívio. A esquerda, em sua busca por coerência anti-imperialista, deixou de bater junto com as vítimas. E é aí que reside seu mais grave fracasso ético.

Na Venezuela, dentro do país, a comemoração continua contida. As pessoas medem cada gesto, cada palavra, porque o medo ainda pesa, porque a máquina de controle não desapareceu completamente. No exílio, porém, a reação é diferente: lá, a alegria explode, visceral e humana. Não por Trump, nem pelos Estados Unidos, nem pela legitimidade da operação, mas pela possibilidade de que o terror cotidiano comece a desmoronar e que, finalmente, os venezuelanos possam olhar para frente. Negar esse direito emocional, por dogma ou preconceito, é um ato de crueldade intelectual e moral.

Celebrar a esperança não significa ignorar a história, nem absolver nenhum ator; significa colocar a dignidade humana acima de abstrações, mapas e manuais. Significa, finalmente, voltar para onde a esquerda sempre deveria ter estado: ao lado do povo. Se não o fizer, perderá a autoridade moral que lhe permite falar em nome dos oprimidos e confirmará o que muitos sentem há anos: que a coerência doutrinária sem coração é simplesmente outra forma de abandono.

A história mostra que poucas ditaduras caem sem pressão internacional. O Chile, a Argentina e a Espanha confirmam isso. Exigir que um país submetido a anos de repressão consiga sua libertação sozinho é um luxo ético que a realidade raramente concede. Negar isso é transformar a pureza doutrinária em indiferença para com o sofrimento das vítimas.

UE-MERCOSUL

Reta final para o acordo

Europeus fazem articulações e governo brasileiro está confiante para a assinatura de tratado nesta semana

» RAPHAEL PATI
» RAFAELA GONÇALVES

A Comissão Europeia anunciou, ontem, que vai reduzir tarifas de importação de certos fertilizantes para tentar impulsionar o acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul. De acordo com o comissário de Comércio da UE, Maros Sefcovic, a proposta prevê zerar as tarifas-padrão de 6,5% sobre a ureia e de 5,5% sobre a amônia. Além desta medida, o bloco também pretende impulsionar uma lei que permitiria a suspensão temporária da taxa de carbono nas fronteiras do bloco europeu.

Países como Alemanha e Espanha apoiam o uso dessas concessões como uma tentativa de ganhar o apoio de nações resistentes ao acordo, como França, Itália e Hungria. Setores ligados ao agro-negócio desses países temem que a entrada de itens de outro continente, como carne e açúcar, cause impacto na competitividade de seus próprios produtos. É necessário o aval de, pelo menos, 15 dos 27 membros da UE, representando 65% da população do bloco, para autorizar a assinatura do acordo com o Mercosul.

Sefcovic disse ainda que o bloco pode aprovar uma lei para permitir isenção temporária da taxa de carbono aplicada às importações. Tanto a França quanto a Itália solicitaram que os fertilizantes fossem excluídos dessa taxa. Essa tarifa começou a valer no dia 1º de janeiro e é cobrada pelas emissões de gás carbônico (CO2) emitido na produção de itens como aço e fertilizantes importados. O objetivo da medida seria evitar concorrência “desleal” com os produtos europeus.

Em paralelo às negociações, o governo da França anunciou, no domingo passado, a suspensão da importação de uma série de produtos agrícolas oriundos da América do Sul e de outras regiões que apresentem resíduos de substâncias proibidas pela União Europeia. A medida atinge itens como abacate, manga, goiaba, frutas cítricas, uvas e maçãs. A decisão foi comunicada pelo

ARIS OIKONOMOU



Comissário de Comércio da UE, Maros Sefcovic, anuncia redução de tarifas para impulsionar acordo entre os dois blocos

primeiro-ministro francês, Sébastien Lecornu, e pela ministra da Agricultura, Annie Genevard, em publicações nas redes sociais. Segundo o governo, a nova regra impede a entrada no país de produtos que contenham resíduos de mancozebe, glufosinato, tiofanato-metílico e carbendazim — defensivos agrícolas cujo uso é vetado pela legislação sanitária europeia.

“Nos próximos dias será assinado um decreto, iniciativa da ministra da Agricultura, Annie Genevard, para suspender a importação de produtos que contenham resíduos de substâncias proibidas na Europa: mancozebe, glufosinato, tiofanato-metilo e carbendazim”, anunciou Lecornu, em publicação no X.

De acordo com o primeiro-ministro francês, uma brigada

especializada realizará verificações reforçadas para garantir o cumprimento das nossas normas sanitárias. “Um primeiro passo para proteger nossas cadeias de suprimentos e nossos consumidores, e para combater a concorrência desleal, uma verdadeira questão de justiça e equidade para nossos agricultores”, destacou.

Há uma expectativa de que a assinatura do acordo entre os dois blocos possa ocorrer já após a reunião dos embaixadores dos países-membros da UE, prevista para amanhã. A ministra da Agricultura do Chipre — que assumiu em 2026 a presidência rotativa do Conselho da UE —, Maria Panayiotou, disse nesta quarta que o bloco pretende tomar uma decisão sobre o acordo comercial com

o Mercosul “até o fim da semana”.

“Pretendemos discutir e tentar chegar a uma decisão sobre o acordo com o Mercosul e os instrumentos de salvaguarda relacionados no final desta semana”, afirmou Panayiotou à imprensa, após uma reunião extraordinária dos ministros da Agricultura em Bruxelas, onde fica a sede do bloco. No início da semana, um passo fundamental foi dado para a conclusão dos termos, ao que indicam fontes próximas dentro do bloco europeu: o apoio da Itália, da primeira-ministra Giorgia Meloni, que parece ter aceitado os termos mais recentes do acordo.

Meloni teria ficado satisfeita com a proposta de acelerar o apoio de 45 bilhões de euros aos

agricultores, enviada pela Comissão Europeia. O ministro da Agricultura do país, Francesco Lollobrigida, disse que o bloco agora também propõe aumentar os gastos com a agricultura italiana no período de 2028 a 2034, em vez de reduzi-los.

Já no Brasil, a secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Tatiana Prazeres, disse estar confiante para a assinatura do acordo em breve. “A expectativa com o Mercosul e a UE é positiva. As negociações estão concluídas, mas é necessário que haja autorização das instâncias comunitárias para que a Comissão Europeia possa assinar o acordo”, pontuou a secretária, ontem, em entrevista à Globonews.

MARGEM EQUATORIAL

Ibama pede explicações da Petrobras por ofício

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) encaminhou um ofício no período da tarde de ontem, à Petrobras, solicitando as informações técnicas sobre o acidente de vazamento de fluido biodegradável na atividade de perfuração marítima no Bloco FZA-M-59, na Margem Equatorial. O ofício é da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros (CG-Mac), enviado às 16h30 desta quarta, conforme registro eletrônico.

No documento, o Ibama pediu nesta quarta a elaboração de relatório sobre os fatos que levaram ao acidente de vazamento, com detalhamento da formulação qualitativa e quantitativa do fluido vazado, incluindo os laudos laboratoriais. Também é demandada a avaliação de impacto e a adoção de medidas para evitar que o cenário accidental se repita.

O ofício não estipula um prazo para apresentação desses pedidos, mas deixa em aberto para que a própria Petrobras disponibilize uma data. O Ibama já esclareceu em parecer técnico do ano passado que a licença pode ter as suas condicionantes modificadas ao longo da atividade.

As alterações das especificações do projeto, da finalidade do empreendimento, do escopo dos programas ou dos prazos previstos dependem da anuência do órgão ambiental.

No último domingo, a Petrobras comunicou ao Ibama uma “perda de fluido” na perfuração em duas linhas auxiliares que conectam a sonda de perfuração que explora o poço Morpho, a 175km do litoral do Amapá. Segundo o comunicado da estatal, não houve danos ao meio ambiente ou às pessoas.

Marinho diz que continua no governo

Fotógrafo/Agência Brasil



Enquanto vários ministros anunciam a saída do governo neste ano para disputarem cargos eleitorais, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, ontem, que pretende continuar no cargo e demonstrou otimismo para a aprovação do fim da escala de trabalho 6x1 em 2026. A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ). Em entrevista ao programa Bom dia, Ministro, da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Marinho disse que a medida é tratada como prioridade pelo governo e é possível, sim, aprovar a proposta em pleno ano eleitoral. (RG)

Críticas de ONGs

Organizações ambientais e movimentos sociais protocolaram pedido de tutela antecipada junto a um processo aberto na Justiça Federal do Amapá, que pede a anulação da licença para as atividades de perfuração, pela Petrobras, de poços de petróleo, na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial brasileira.

O pedido é de suspensão imediata das atividades da Petrobras, principalmente após o vazamento de fluido de perfuração durante a exploração do poço de Morpho.

Assinam a petição o Instituto Arayara, Greenpeace Brasil, WWF-Brasil,

Observatório do Clima e as principais articulações indígenas e quilombolas do País, como a Apib e a Conaq.

Segundo as organizações, o vazamento jogou 15 mil litros de fluido de perfuração no mar a uma profundidade de 2.700 metros. Para as entidades, o episódio é a prova concreta de que as garantias de segurança apresentadas pela Petrobras são insuficientes.

A Petrobras argumentou que o fluido de perfuração é biodegradável e o vazamento é comum na indústria, não causando assim impacto ao meio ambiente.

A exploração do poço Morpho foi interrompida após o incidente e deve ser retomada em 15 dias. A empresa

não informou o volume derramado.

O documento das organizações destaca ainda, que o fluido vazado, embora por vezes minimizado pela indústria, é uma mistura complexa de produtos químicos e gases com impacto ambiental direto. Segundo os autores, o acidente reforça estatísticas históricas: entre 1975 e 2014, mais de 95% dos acidentes em plataformas ocorreram justamente em águas profundas, como é o caso da Margem Equatorial brasileira.

Ação civil pública aponta que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) utilizado para liberar a atividade é falho e não prevê adequadamente como responder a emergências em uma região de correntes marítimas

extremamente fortes. Além disso, as organizações denunciam que não houve consulta prévia e informada aos povos indígenas e quilombolas da região, uma exigência legal para empreendimentos com potencial impacto em seus territórios.

Ao pedir a suspensão da Licença de Operação, o Instituto Internacional Arayara e as demais organizações invocam o “princípio da precaução”. O objetivo é evitar que um dano ambiental irreversível ocorra enquanto o licenciamento ainda possui lacunas técnicas graves. Agora, cabe à 1ª Vara Federal Cível do Amapá decidir se interrompe ou não as atividades de perfuração na região, informou a nota. (Agência Estado)

INSS

Lula sanciona lei que proíbe desconto automático

» AMANDA S. FEITOZA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a lei nº 15.327, que proíbe descontos automáticos em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como pensões e aposentadorias.

Além de de proibir os descontos nos benefícios, o chefe do Executivo vetou o trecho que determinava a busca ativa de beneficiários lesados em decorrência de descontos indevidos e ressarcimento a essas vítimas.

“Em que pese a boa intenção do legislador, o dispositivo contraria o interesse público, pois atribui ao INSS competências que não lhe são próprias, de modo a expor a autarquia a riscos jurídicos e operacionais”, informou o governo ao justificar o veto na lei publicada ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*.

Anteriormente, a legislação permitia o desconto pago a associações, sindicatos e demais entidades. Agora, isso não poderá mais ser feito. A nova legislação ainda prevê que empréstimos consignados só poderão ser realizados com autenticação biométrica ou assinatura eletrônica qualificada. E, após a contratação, o aposentado ou pensionista será bloqueado para novas operações, sendo exigido um novo procedimento de desbloqueio.

A sanção da lei ocorre em meio a investigações sobre fraudes envolvendo descontos indevidos em benefícios do INSS, que atingiram aposentados e pensionistas em todo o país. Em abril do ano passado, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) desvendaram um esquema de fraudes que desviou mais de R\$ 6,3 bilhões das contas de aposentados e pensionistas entre os anos 2016 e 2019.

A nova regra prevê mecanismos mais rígidos de autenticação que fazem parte de uma estratégia para coibir irregularidades e ampliar a proteção dos segurados.

AUDIOVISUAL

Warner mantém acordo com a Netflix

» PEDRO JOSÉ*

O conselho da Warner Bros. Discovery (WBD) rejeitou, ontem, a proposta revisada da Paramount, apresentada em 22 de dezembro, e decidiu manter o acordo já assinado com a Netflix. A nova oferta previa pagamento integral em dinheiro, no valor de US\$ 30 por ação, além do aumento da multa rescisória para US\$ 5,8 bilhões, valor equivalente ao previsto no contrato com a Netflix, além da extensão do prazo da oferta para o fim de janeiro.

Apesar das mudanças, a WBD informou que elas não foram suficientes para alterar sua posição. Em carta enviada à Paramount, o conselho afirmou que, de forma unânime, a proposta continua inadequada, destacando o valor considerado insuficiente, a falta de garantias quanto à capacidade de conclusão da operação e os riscos financeiros que recairiam sobre os acionistas da Warner caso o negócio não fosse finalizado. Em documento regulatório que acompanha a decisão, a empresa classificou a oferta como uma estrutura de aquisição altamente alavancada, descrita como a maior desse tipo já registrada, e tal formato foi considerado arriscado pelo conselho da Warner.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

BASTA DE VIOLÊNCIA

Reforço na proteção de mulheres sob ameaça

Mudanças na legislação ampliam as penas para agressores que descumprem medidas protetivas; e buscam aumentar a efetividade da Lei Maria da Penha diante do avanço dos casos de feminicídio no DF



» VITÓRIA TORRES

A cada novo caso de feminicídio, o país é confrontado com a urgência de transformar proteção em efetividade. No Distrito Federal, foram registradas 27 vítimas no ano passado. Criadas para interromper esse hediondo ciclo de violência, as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha funcionam como ordens judiciais imediatas para resguardar a integridade física, psicológica e patrimonial de mulheres ameaçadas, impondo restrições ao agressor, como o afastamento do lar e a proibição de contato. Com o recente endurecimento da legislação para quem descumprir a medida protetiva, a promessa é reforçar a segurança de quem vive sob risco constante.

Dos 27 casos de feminicídio, sete vítimas chegaram a solicitar Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) em algum momento, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF). Dentre elas, quatro tinham a proteção judicial em vigor no dia do crime. “Em todos os casos, isto é, das quatro vítimas com MPUs vigentes, todas coabitavam com o autor no momento do crime”, informou a pasta, ao destacar que a convivência com o agressor representa um fator de risco elevado.

De acordo com a SSP-DF, a coabitação reduz a eficácia da proteção. “Essa circunstância representa um fator de risco expressivo e reduz a efetividade de mecanismos de proteção baseados em distância, acionamento remoto e resposta rápida”.

Ainda segundo a pasta, nenhuma das vítimas estava inserida no Programa Viva Flor, aplicativo com botão de pânico, que envia alerta e localização em tempo real para a polícia. Desde a implementação, em 2018, 2.657 mulheres já foram assistenciadas, com 1.481 usuárias ativas, atualmente, no DF.

Em 2025, foram registrados 87 acionamentos voluntários, que resultaram em 64 prisões. “A ocorrência é tratada de forma prioritária, em uma espécie de ‘fura fila’, pois a mulher do Viva Flor não pode esperar. Nenhuma mulher regularmente incluída no programa foi vítima de feminicídio, desde a sua implementação, em 2018”, ressaltou a SSP-DF.

O que muda?

A Lei 15.280/2025 mudou, e agora endurece a resposta penal contra agressores que desrespeitarem medidas protetivas determinadas pela Justiça. A nova legislação tipifica de forma mais rigorosa o descumprimento dessas ordens, estabelecendo pena de dois a cinco anos de prisão, além de multa, o que representa um avanço na proteção das vítimas. Outro ponto relevante é que a concessão de fiança passa a ser de competência exclusiva do juiz, restringindo a possibilidade de soltura imediata e reforçando o caráter preventivo das medidas, ao desestimular a reincidência e aumentar a segurança de mulheres, crianças e demais pessoas em situação de vulnerabilidade. A mudança também tornou obrigatório o uso de tornozeleira eletrônica por agressores em saídas autorizadas do sistema prisional, inclusive em casos de feminicídio e crimes sexuais. Além de outras mudanças.

A alteração é, na prática, um pacote de atualização penal e processual, sobretudo quando envolvem pessoas em situação de vulnerabilidade. Ou seja, o endurecimento não se limita a subir a pena, ele reorganiza a resposta do Estado em punição, proteção imediata e monitoramento do acusado.

Mais rigor

Confira o que muda com a nova Lei (15.280/2025)



Pacífico/CB/D.A Press

Prisão de 2 a 5 anos para quem descumprir medida protetiva	Multa e fiança só com decisão judicial	Tornozeleira eletrônica obrigatória em saídas autorizadas	Mais proteção, monitoramento e prevenção da reincidência
--	--	---	--

O Programa Viva Flor atendeu **2.657 mulheres** desde 2018

1.481 usuárias ativas	87 acionamentos em 2025	64 prisões	Nenhuma mulher do programa foi vítima de feminicídio
---------------------------------	-----------------------------------	----------------------	--

Feminicídio no DF – 2025			
27 vítimas registradas	7 solicitaram medidas protetivas	4 tinham MPUs em vigor no dia do crime	100% dessas vítimas conviviavam com o agressor

Ordem desafiada

Para o advogado criminalista e especialista em direito constitucional Vítor Sampaio, o foco da nova legislação está justamente no momento em que o risco à vítima costuma se agravar. “No

DF, onde é lamentavelmente crescente o número de denúncias e de pedidos de medidas protetivas, esse tipo de reforço normativo importa, porque melhora a capacidade de o sistema reagir exatamente no momento em que o risco costuma aumentar: quando a ordem

judicial é desafiada. Na prática, é na violação que o risco da vítima costuma escalar. Por isso, o legislador reforça o ‘cinturão de proteção’ em duas frentes: tipifica e endurece a punição do descumprimento e busca aumentar a efetividade das medidas”.

“Revisar leis é importante, mas é um equívoco tratar isso como solução principal. O que costuma falhar é a efetividade: fiscalização que não acontece, atendimento que revitimiza, investigação que não prioriza risco”, completa.

Para a especialista em direito da mulher Cristiane Britto, a legislação é apenas uma das camadas do enfrentamento. “A violência contra a mulher não é apenas um problema penal, ela é cultural e educacional”, afirma. Ela destaca que, no DF, a maioria dos casos de feminicídio é precedida por violência psicológica, ameaças e agressões. “Isso revela que o problema começa muito antes do crime final e está ligado a padrões de comportamento ainda tolerados socialmente”.

Na avaliação de Patricia Zapponi, presidente da Rede Internacional de Proteção à Vítima Laço Branco Brasil, o endurecimento da lei fortalece a proteção e a responsabilização do agressor, mas precisa vir acompanhado de informação. “Existem vítimas que, dependendo do vínculo com o agressor, acabam quebrando a medida protetiva. Por isso, precisamos conscientizar tanto as vítimas quanto os autores sobre a importância dessa medida e sobre o fato de que o descumprimento vai ensejar prisão”, defende.

Para a presidente, campanhas nacionais serviriam para explicar o que é a medida protetiva e por que ela deve ser respeitada por ambas as partes. “Nossa legislação é boa. O que falta é a informação chegar a quem precisa”.

A psicóloga Simone Arruda, especializada em saúde mental, resalta que o retorno da mulher ao agressor muitas vezes está ligado a fatores emocionais profundos. “Não é que a mulher gosta de apanhar. Ela está inserida em um ciclo psicológico complexo, com dependência emocional, culpa e esperança de mudança”. Segundo ela, sair do ciclo de violência é uma questão de sobrevivência. “A medida protetiva é justamente para resguardar a vida e a integridade da mulher. Viver sob violência não é viver, é estar em alerta constante”.

Vítimas

Esse ciclo é vivido por mulheres que recorreram à Justiça, como Ana Paula*, que abriu uma medida protetiva há poucos meses. Ela relata mais de cinco anos de perseguição e violência psicológica. “Levei um tempo para entender todo o cenário. A perseguição começou a tomar proporções assustadoras e minha saúde mental estava em jogo”, conta. Apesar da proteção judicial, ela afirma que o medo permanece. “Vemos muitos episódios de mulheres que morrem após solicitar a protetiva. No meu caso, ele demorou muito para entregar as armas, e isso me deixou aflita”.

O agressor de Ana Paula a procurou após a medida protetiva. Segundo ela, ele arquitetou um plano para parecer que quem tinha ido atrás era ela. “Ele tentou forjar um descumprimento da minha parte, mas, graças a Deus, o Judiciário verificou a situação da forma correta e manteve a minha protetiva”. Ainda assim, reforça a importância de buscar ajuda. “O único caminho para sair dessa situação é procurando ajuda. Sair desse lugar sozinha é muito difícil e dá muito medo. Sem apoio é complicado. Terapia, polícia, advogado, tudo o que conseguir... e força, é o que as vítimas precisam”.

Já Luana* relata que a medida protetiva representou uma mudança radical em sua vida após anos de abusos físicos, psicológicos, morais e patrimoniais. Ela abriu a medida há menos de um mês. “A melhor coisa que eu fiz foi a medida. O cenário mudou completamente. Com contato zero, pararam as ameaças e a pressão psicológica”, afirma. Ela também passou a usar o aplicativo Viva Flor, que aciona a polícia em situações de risco. “Hoje me sinto muito mais segura. Todo mundo que tiver motivo, peça”, aconselha.

* O nome das entrevistadas foi alterado para preservar a segurança das vítimas

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Reprodução/MPDFT



Homenagem na primeira sessão de 2026

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) realizou ontem a primeira sessão solene de abertura do ano Judiciário. A solenidade foi marcada pela apresentação do relatório de atividades de 2025 e por homenagens ao desembargador Maurício Miranda, que morreu no último domingo. Durante a sessão, os desembargadores destacaram a trajetória e a contribuição do magistrado para a Justiça do Distrito Federal, em um momento de reconhecimento institucional e de respeito à sua memória. O presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leôncio Júnior, prestou homenagem ao magistrado e lamentou a perda do colega. “Sua ausência deixa um vazio que não se mede apenas pela função que exerceu, mas pela qualidade humana que irradiava”, ressaltou.

Dimmy Falcão/TJDFT



Resultados

Em seguida, o desembargador destacou os resultados alcançados pela Corte e o compromisso permanente com uma gestão orientada à excelência institucional. Na avaliação do presidente, os indicadores apresentados no relatório de atividades evidenciam o esforço conjunto para entregar uma prestação jurisdicional cada vez mais eficiente, acessível e alinhada às demandas da sociedade. “O exercício de 2025 deixa um recado simples e direto: o TJDFT planeja, executa e entrega”, disse.

Saída por cima

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Entre defensores da candidatura de Leandro Grass (PT) ao Palácio do Buriti e uma união com o PSB, há quem torça para o presidente da ABDI, Ricardo Cappelli (PSB), virar ministro da Segurança Pública. É que circulam rumores de que o presidente Lula pretende desmembrar a pasta do Ministério da Justiça com a iminente exoneração, a pedido, do ministro Ricardo Lewandowski. Cappelli, que foi secretário-executivo do ministério e interventor da segurança no DF, em 2023, seria um nome plausível para o cargo e tem a simpatia de Lula. Mas o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) garante que o assunto nunca veio à tona. “Cappelli é nosso candidato a governador”, afirma.

Descaso

Líder da oposição no Senado, o senador Izalci Lucas (PL-DF) esteve ontem na superintendência da Polícia Federal em Brasília para obter notícias do ex-presidente Jair Bolsonaro e saiu de lá lamentando a situação. “É de machucar a alma ver como estão tratando um ex-presidente da República. Se já dói ver um amigo assim, para os filhos verem seu pai assim, para uma esposa ver seu marido assim, imagine para todos nós brasileiros vermos que estão tratando com este descaso um ex-presidente do nosso País”, afirmou.

Doses de ódio

Izalci diz que não se pede um tratamento especial a Bolsonaro. “É o mesmo tratamento que outros presidentes já tiveram. Com Collor foi assim, Temer foi assim, Lula foi assim. Mas com Bolsonaro não. Com Bolsonaro o tratamento é com doses de ódio”, avaliou.

William Sant’Ana



Largada para 2026

A vice-governadora Celina Leão (PP) começou ontem a programação de eventos políticos de 2026. Ao lado de aliados, a governadora em exercício inaugurou o campo de futebol de grama sintética da Vila Dnocs, em Sobradinho. Construído pela Novacap, o espaço substitui o antigo campo de terra batida — o “terrão” — e passa a beneficiar não apenas atletas e desportistas, mas toda a comunidade da região.

Constelação familiar no Judiciário vira alvo de projeto de lei

O uso da constelação familiar sistêmica em qualquer âmbito do Poder Judiciário, inclusive como método alternativo de resolução de conflitos pode ser proibido por lei, apesar de ser utilizada em pelo menos 16 estados e no Distrito Federal em áreas como Varas de Família. A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro o Projeto de Lei nº 2166/24, sob o argumento de que seu uso é fortemente combatido por entidades como o Conselho Federal de Psicologia, que a classifica como pseudociência e alerta para o risco de revitimização, especialmente em casos de violência doméstica. A proposta, de autoria do deputado Duda Ramos (MDB-RR), recebeu parecer favorável da relatora, deputada Sílvia Cristina (PP-RO).



Penalidades de empresas se transformam em proteção social

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) destinou R\$ 1,2 milhão para ações e projetos sociais e políticas públicas por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs) celebrados ao longo de 2025. A estratégia transforma penalidades e compromissos legais em benefícios diretos à população, com foco na proteção do consumidor e no bem-estar coletivo.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

POLÍTICA PÚBLICA/ Na inauguração do campo sintético da Vila Dnocs, em Sobradinho, a governadora em exercício Celina Leão anunciou que a rede pública do DF irá implementar, via SUS, um protocolo para ampliar o acesso a medicamentos para tratar a doença

Combate à obesidade mórbida

» ANA CAROLINA ALVES

A governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, anunciou a implementação de um protocolo para ampliar, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso a medicamentos para o tratamento da obesidade mórbida.

Celina destacou que, atualmente, esses medicamentos são amplamente receitados na rede privada, mas não chegam de forma estruturada aos usuários da rede pública. “Esse tipo de tecnologia de ponta precisa estar à disposição do SUS para quem mais precisa”, afirmou.

Para a governadora em exercício, o investimento tende a gerar economia a médio e longo prazo. “Você imagina o número de cirurgias que vamos economizar, o número de infartos que podem ser evitados. Pessoas vão deixar de infartar pelo excesso de peso”, destacou. “Hoje, quem pode pagar tem acesso e muda completamente de vida, melhora taxas, evita doenças e até reduz a sobrecarga no SUS. A tecnologia está aí para ser usada”, avaliou.

“Vários estados já começaram a criar esse protocolo. Aqui, o secretário (de Saúde, Juracy Cavalcante) já está montando um estudo para definir de onde sairão os pedidos e como isso será disponibilizado no SUS”, completou Celina.

O anúncio foi feito durante agenda oficial em Sobradinho, na inauguração do campo sintético da Vila DNOCS, equipamento esportivo voltado ao atendimento de crianças, jovens e projetos comunitários da região. O equipamento, que ocupa uma área de 3.500m², recebeu investimento de mais de R\$ 1,9 milhão.

Na ocasião, Celina Leão enfatizou que o esporte é parte fundamental da política de prevenção em saúde. “Tem gente que acha que um campo de futebol não é tão importante, mas ele traz saúde, vida e cria cidadania. É aqui que se constroem memórias afetivas e oportunidades para as nossas crianças”, afirmou.

Entre os beneficiados estão os mais de 24 times que disputam o tradicional Campeonato de Futebol da Vila Dnocs, realizado há mais de 25 anos. Para o secretário de Esporte e Lazer do Distrito Federal, Renato Junqueira, o espaço vai muito além da estrutura física e terá papel fundamental na promoção da qualidade de vida e na prevenção da violência. “Quando a gente vê um campo com alambrado, trave e gramado sintético, nem imagina o quanto isso representa para uma comunidade. Aqui vamos reduzir a criminalidade, atender crianças, adolescentes e jovens em situação de

Ana Carolina Alves/CB/D.A Press



Equipamento esportivo custou mais de R\$ 1,9 milhão e vai atender crianças, jovens e projetos comunitários

vulnerabilidade e promover esporte e saúde para todas as idades”, afirmou.

Além da entrega da quadra e da distribuição de kits esportivos aos projetos sociais da região, a inauguração foi marcada pelo reconhecimento da comunidade sobre a importância do novo espaço. A presidente do projeto Raízes Culturais, Marinalva Alves, de 55 anos, afirmou que a inauguração

do campo sintético representa uma conquista histórica para a comunidade após anos de espera. “Esse campo foi muito esperado. Aqui era buraco, pedra, mas ninguém desistiu. Os moradores lutaram para manter o espaço, e hoje ver isso pronto é algo grandioso, principalmente para as crianças”, disse.

O projeto atende cerca de 30 crianças, a partir dos 7 anos, sem limite de idade, e, com o novo

espaço, as atividades oferecidas devem ser ampliadas. “Aqui tem futebol, atletismo e vamos começar aula de dança. Para quem trabalha com projeto social, isso é de grande valia. Só quem mora aqui há mais de 30 anos sabe o que isso significa”, afirmou Marinalva, que ressaltou que crianças de outras regiões, como o assentamento Dorothy Stang, em Sobradinho, também serão beneficiadas.

Investimentos

A inauguração integra um pacote de investimentos que inclui novas entregas previstas para a comunidade, incluindo a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e de uma creche, com recursos de emendas parlamentares e apoio do GDF. “Não vai faltar dinheiro para essa UBS e para essa creche. O que vocês podem contar comigo e com o governador Ibaneis Rocha é a continuidade do trabalho. Nós começamos o ano entregando obras e vamos seguir trabalhando todos os dias para atender a população”, declarou Celina.

A governadora em exercício adiantou que será assinada nos próximos dias a autorização para o estudo técnico do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ligando Taguatinga a Ceilândia. De acordo com Celina, o projeto é considerado viável e deve revitalizar áreas centrais das duas regiões administrativas. A governadora em exercício explicou que a liberação do estudo técnico é uma etapa estratégica para acelerar obras de grande porte. “Esse estudo é o primeiro passo para os projetos definitivos e para a licitação. Com isso, é uma obra que conseguimos entregar em dois ou três anos”, afirmou Celina.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

A democracia é patrimônio

Aquele fatídico 8 de janeiro de 2023 não pode ser apagado, pois é um dos dias mais trágicos para Brasília. A cidade criada por Lucio Costa, Niemeyer, Athos Bulcão, Burle Marx e tantos outros artistas geniais foi invadida por uma horda de vândalos fanatizados por mentiras acionadas por robôs das redes sociais e que promoveram uma verdadeira

apoteose da boçalidade. Eu havia ido ao Conjunto Nacional para comprar alguma coisa. Quando passamos próximos à Catedral Metropolitana de Brasília, avistamos uma legião de manifestantes enrolados na bandeira do Brasil, dirigindo-se rumo à Esplanada dos Ministérios, sem nenhuma barreira. Era a senha para a tragédia anunciada. Ao ser questionado sobre a razão de ter colocado uma bomba embaixo de um caminhão de querosene, próximo ao Aeroporto de Brasília, que poderia ter causado uma tragédia de enorme magnitude, o terrorista respondeu ao deputado Chico Vigilante, presidente da CPI sobre os atos golpistas na Câmara Legislativa do

DF: “E o que era o código-fonte?”, indagou Chico Vigilante. O autor do despau-tério confessou que não sabia o que era. Muitos daquela turba arriscaram a própria vida e a dos outros fanatizados por mentiras como essas. É preciso manter viva essa memória. O filme *Ainda estou aqui*, de Walter Salles, com Fernanda Montenegro, cumpriu (e cumpre) essa função, ao mostrar a devastação de uma família pela ditadura, que expõe a violência, o arbítrio e o absurdo dos regimes autocráticos. Alguns extremistas cobraram de Fernanda Torres que fizesse a defesa dos vândalos punidos pela Justiça por atentarem contra a democracia. Obviamente, são

situações completamente distintas. Não se pode comparar quem atentou contra a democracia com quem foi vítima do arbítrio e da truculência de uma ditadura. Hoje, será realizada uma cerimônia no Salão Nobre do Palácio do Planalto para lembrar das invasões golpistas às sedes dos Três Poderes na cidade, no 8 de janeiro de 2023. Parece que os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, não irão. Se isso se confirmar, será um equívoco. A democracia é um patrimônio de todos os brasileiros, e os chefes da Câmara e do Senado deveriam ser os primeiros a defendê-la. Eles representam instituições que têm um compromisso inalienável com a

democracia e não fazem nenhum sentido sem ela. Fora do sistema democrático, são uma farsa, como ocorrem em todos os regimes autocráticos. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, declarou em discurso de posse que não existe ditadura com um parlamento forte. Só existe ditadura com um parlamento fraco. E ele tem toda a razão. Inclusive porque, ao assumirem os mandatos, as excelências prestam um juramento. Que eles honrem a palavra empenhada: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.

CHUVAS

Prejuízos na Cidade de Goiás

Cabeça d’água elevou nível do Rio Vermelho, que alagou ruas, levou ao bloqueio de pontes e se aproximou da casa da poeta Cora Coralina, cartão-postal do município

» DAVI CRUZ

Uma forte chuva na Cidade de Goiás, conhecida como Goiás Velho, no noroeste do estado, gerou apreensão entre moradores e turistas, que viram o nível do Rio Vermelho subir rapidamente e transbordar. De acordo com o Centro de Informações Hidrológicas e Meteorológicas da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cimehgo/Semad), a precipitação registrada na última terça (6) foi de 115,6 milímetros em um trecho do manancial, índice considerado bastante elevado. Segundo o Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBMGO), uma cabeça d’água chegou à cidade por

volta das 11h e provocou um transbordamento que atingiu a rua da prefeitura. De acordo com o aspirante Mateus Forte, a corporação iniciou o monitoramento do rio durante a madrugada de ontem, após ser informada sobre o grande volume de chuva que atingiu a região da cabeceira. “Começamos a averiguar a situação de hora em hora. Depois, essa vistoria foi reduzida para cada meia hora e, em seguida, a cada 15 minutos, para verificarmos o nível do rio. Após as investigações, vimos que o manancial voltou a níveis seguros, e a população pode ficar tranquila”, explicou o socorrista. Até a situação se normalizar, no entanto, o prefeito Aderson Liberato Gouvea (PT) pediu que a

população evitasse o local. O pátio da prefeitura ficou coberto de água. Em nota, o Governo de Goiás informou que obteve êxito na contenção dos impactos. “Com base nesses dados e o auxílio de ferramentas computacionais, foi possível projetar a onda de cheia horas antes de sua chegada ao perímetro urbano. A operação foi considerada um sucesso”, informou. Testemunhas disseram aos bombeiros que, por volta das 13h, o nível da água chegou à altura da Ponte da Lapa, que passa ao lado da casa da grande poetisa Cora Coralina, um dos principais pontos turísticos da cidade.



Reprodução/ Corpo de Bombeiros de Goiás

Precipitação registrada na última terça (6) foi de 115,6 milímetros

Barragem do Descoberto transborda



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Com as chuvas registradas nos últimos dias, a barragem do Descoberto, que abastece quase 50% da população do DF, transbordou, atingindo a cota máxima de operação, de 1.030 metros. A expectativa era a de que o transbordamento se mantivesse, pelo menos, até ontem. A partir de hoje, porém, as chuvas devem diminuir.

TRANSFERÊNCIA

Assassino de professor irá para Papuda

» DARCIANNE DIOGO

O homem acusado de matar o professor João Emmanuel Ribeiro Gonçalves de Moura Carvalho, 32 anos, será transferido para o Complexo Penitenciário da Papuda nesta semana após a Justiça decretar a prisão preventiva. A decisão foi tomada ontem, após audiência de custódia. Guilherme Silva Teixeira, 24, que já tem uma passagem por desacato, responderá pelo crime de homicídio duplamente qualificado — por motivo fútil (homofobia) e torpe. Um vídeo obtido pelo **Correio** mostrou o depoimento do autor na 35ª Delegacia de Polícia (Sobradinho 2), logo após ser preso, na última segunda (5). No dia do crime, ele disse que saiu de casa por volta das 5h40 para trabalhar. “Saí até agradecendo a Deus, pela oportunidade de estar trabalhando”, declarou. Ele contou que chegou ao Sítio dos Anjos e ficou aguardando o patrão chegar para iniciar o serviço. Durante a espera, Guilherme disse ter visto um homem fazendo um gesto. “Eu nunca vi ele na minha vida, não sei quem era aquele rapaz. Eu pensei que ele queria pegar um



Portal NS2-Sobradinho/Divulgação

Guilherme Silva Teixeira, 24 anos, durante depoimento

baseado. Aí eu falei, não tenho. Mas eu vi que ele estava fazendo um gesto sexual”, relatou. Questionado sobre o que o gesto sugeriu, Guilherme respondeu que imaginou que era um convite para sexo oral. Ele disse que, neste momento, atravessou a pista e foi até a vítima, que teria feito menção ao seu órgão sexual. Logo depois, Guilherme iniciou as agressões. O autor disse ter dado um soco do lado esquerdo do rosto da víti-

ma, que caiu imediatamente. “Foi apenas um soco com a mão limpa, sem uso de nada”, revelou. Em seguida, afirmou que passou a pisar no rosto do professor. “Depois, comecei a pisar nele e não foi minha intenção matar. Era só para dar a surra mesmo. Só para não passar batido. Não saí de casa na intenção de matar e nem fazer maldade com ninguém”, contou. Após a agressão, Guilherme contou que atravessou a rua correndo e chamou o patrão, que foi até o local e informou que a vítima estava agonizando. “Meu patrão falou que virou ele de lado para ele não se engasgar com o próprio sangue e já falou para a mulher dele chamar o Samu. Os bombeiros chegaram, mas, infelizmente, já era tarde demais”, disse. Mesmo após o ocorrido, Guilherme afirmou que seguiu a rotina normalmente. Ele declarou, ainda, que não sabia que o professor havia morrido. Questionado se a agressão ocorreu pelo fato de a vítima ser homossexual, ele respondeu: “Eu não tenho nada contra, não. Eles lá e eu aqui”. A Polícia Civil deve concluir o inquérito nos próximos dias.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 01/2026

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **24 de fevereiro de 2026**, no Portal VendasGov - Imóveis (https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 01/2026, disponível no Portal.

2. Imóvel ofertado: **Item 1:** um apartamento de 97,22 m² com vaga de garagem de 13,50 m² localizado à **AOS 04, Bloco D, apartamento 109, Brasília/DF**, matriculado sob os números 52.908 e 52.885 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R\$ 750.207,43.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEPN 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020-6642 / 6641 / 6643. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

VINICIUS BASTIANI TEIXEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Substituto

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 02/2026

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **26 de fevereiro de 2026**, no Portal VendasGov - Imóveis (https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 02/2026, disponível no Portal.

2. Imóvel ofertado: **Item 1:** um apartamento de 78,75m², localizado à **SQN 404, Bloco K, apartamento 204, Asa Norte, Brasília/DF**, matriculado sob o número 48.644 do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R\$ 562.500,00.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEPN 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020-6642 / 6641 / 6643. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

VINICIUS BASTIANI TEIXEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Substituto

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 04/2026

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **05 de março de 2026**, no Portal VendasGov - Imóveis (https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 04/2026, disponível no Portal.

2. Imóvel ofertado: **Item 1:** um apartamento de 196,06 m² com vaga de garagem de 14 m² localizado à **SQN 310, Bloco D, apartamento 104, Asa Norte, Brasília/DF**, matriculado sob o número 33.539 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R\$ 1.500.000,00.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEPN 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020-6642 / 6641 / 6643. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

VINICIUS BASTIANI TEIXEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Substituto

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 05/2026

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **10 de março de 2026**, no Portal VendasGov - Imóveis (https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 05/2026, disponível no Portal.

2. Imóvel ofertado: **Item 1:** um apartamento de 97,22 m² com vaga de garagem de 12,50 m² localizado à **AOS 04, Bloco E, apartamento 501, Brasília/DF**, matriculado sob os números 53.170 e 53.040 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R\$ 743.849,20.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEPN 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020-6642 / 6641 / 6643. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

VINICIUS BASTIANI TEIXEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Substituto

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 06/2026

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **12 de março de 2026**, no Portal VendasGov - Imóveis (https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 06/2026, disponível no Portal.

2. Imóvel ofertado: **Item 1:** um apartamento de 74,61 m² com vaga de garagem de 12,50 m² localizado à **AOS 04, Bloco D, apartamento 112, Brasília/DF**, matriculado sob os números 52.911 e 52.889 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R\$ 589.791,14.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEPN 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020-6642 / 6641 / 6643. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

VINICIUS BASTIANI TEIXEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Substituto

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 07/2026

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **17 de março de 2026**, no Portal VendasGov - Imóveis (https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 07/2026, disponível no Portal.

2. Imóvel ofertado: **Item 1:** um apartamento de 74,61 m² com vaga de garagem de 12,50 m² localizado à **AOS 04, Bloco E, apartamento 613, Asa Sul, Brasília/DF**, matriculado sob os números 53.198 e 53.018 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R\$ 611.376,46.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEPN 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020-6642 / 6641 / 6643. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

VINICIUS BASTIANI TEIXEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Substituto

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



“Eu estou convencido de que metade do que separa os empreendedores bem-sucedidos dos não sucedidos é pura perseverança”

Steve Jobs



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Força-tarefa para criar Polo Criativo Tecnológico no Setor Comercial Sul

A revitalização da região central do Plano Piloto passa pela implantação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul. O projeto busca resgatar a região por meio da inovação, da requalificação urbana e do fortalecimento da economia criativa. Em parceria com a UnB, equipe da Universidade Católica concluiu a fase de diagnóstico, que identificou desafios como: esvaziamento, insegurança e retração do empreendedorismo, ouvindo mais de 500 empresários e mapeando cerca de 5 mil negócios. Agora, em articulação com Fecomércio, Fibra, Associação Comercial, Sindesei, Assespro, empresa Claro, Prefeitura local e GDF, o projeto vai avançar para o planejamento estratégico. Nos próximos dias, será instalado o comitê de governança com a participação dos setores público, privado, academia e sociedade civil.

Integração entre Asas Sul e Norte

O objetivo do SCS, pelo projeto urbanístico de Lúcio Costa, é integrar as Asas Sul e Norte na Capital Federal. Como toda a área central metropolitana, o Setor passou por um processo de desocupação das atividades de destino. Por demanda dos agentes locais, especialmente da prefeitura e empreendedores, o governo do GDF, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação demandou estudo detalhado com formulação de instrumentos normativos e de gestão para a viabilidade e criação do polo.

Participação de arquitetos e urbanistas

Após uma chamada pública da Fundação de Apoio a Pesquisa (FAP-DF), foi selecionado o projeto da Universidade Católica de Brasília, por meio do PPG Inovação em Comunicação e Economia Criativa, em parceria com a equipe de arquitetos e urbanistas do Pisac da Universidade de Brasília (UnB).

Toninho Tavares/Agência Brasília



Divulgação



atividades econômicas. “Recuperar a vitalidade urbana do Setor Comercial Sul requer integração entre dimensões sociais, culturais e econômicas do território”, destacou.

Dimensões sociais e econômicas

Segundo o coordenador geral do projeto, professor da Universidade Católica Alexandre Kieling, o objetivo da iniciativa é enfrentar desafios comuns a áreas centrais de grandes cidades, como esvaziamento, redução do fluxo de pessoas e enfraquecimento das

Desocupação de 40%

Mais de 500 empresários participaram do levantamento, dentro de um universo de aproximadamente 5.500 CNPJS ativos na receita federal com domicílio fiscal no SCS. Foram identificados 3.200 pontos ativos de luz no território, o que significa que pelos 40% estão atuando em outro lugar. O estudo identificou questões estratégicas para o futuro da região, como a sensação de insegurança associada ao vazio urbano, a retração do empreendedorismo local e a fragmentação da cadeia criativa.

Hubs de inovação

Já estão em andamento ações articuladas com instituições quer atuam no SCS, incluindo a criação de centros culturais e Hubs de Inovação, apoio a pequenos negócios e atividades que incentivem a reocupação do espaço, como uma Rua 24 horas.

Mais reações do meio empresarial contra interferência do TCU no BC

A Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) engrossou o coro do setor produtivo pela autonomia e pela independência técnica do Banco Central. Segundo a entidade, é condição essencial para a estabilidade econômica e a sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas. A Confederação apoia a atuação do BC e também critica a interferência do TCU junto à instituição. Reforçou que previsibilidade da política monetária, com controle da inflação e menor volatilidade dos juros, é fundamental para o planejamento, o acesso ao crédito e a manutenção do consumo.

Divulgação



Posição dos pequenos negócios

“Enfraquecer a autonomia do Banco Central amplia a incerteza e penaliza de forma mais severa os pequenos negócios. Preservá-la, com transparência e responsabilidade institucional, é proteger empregos, empreendedores e a base produtiva do país”, frisou o presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto.

Divulgação



Sesi Lab abre chamamento para operação da loja conceito do museu

Completamente renovada e reposicionada no piso térreo do edifício, a loja do Sesi Lab ganha agora nova visibilidade e potencial de público. E, por isso, o museu de arte, ciência e tecnologia, abriu chamamento público para a prospecção de interessados em assumir a operação do espaço didático e comercial. A loja desempenha papel essencial no diálogo do museu com seus diversos públicos, incluindo famílias, educadores, jovens, turistas e profissionais das áreas criativas. Informações completas sobre o chamamento, requisitos de participação e cronograma podem ser consultadas no site oficial do Sesi Lab: sesilab.com.br. “Buscamos um parceiro que enxergue o potencial da loja: alguém capaz de traduzir nossa identidade em produtos criativos, educativos e alinhados aos diálogos entre arte, ciência e tecnologia”, conta Cândida Oliveira, gerente de Desenvolvimento Institucional do Sesi Lab.

VERBA

Governo deposita atrasados do HCB

Segundo a Secretaria de Saúde, o depósito do dinheiro devido ao Hospital da Criança de Brasília foi realizado na última terça-feira, no entanto, a conclusão da transação está prevista para acontecer até hoje

» LUIZ FELLIPE ALVES
» ANA CAROLINA ALVES

O Governo do Distrito Federal (GDF) afirma que repassou na terça-feira o restante da verba para sanar a dívida de R\$ 69 milhões com o Hospital da Criança José Alencar (HCB). Em nota enviada ao **Correio**, a Secretaria de Saúde (SEC-DF) afirmou que “a liquidação dos valores remanescentes referentes à decisão judicial foi concluída”. A pasta também afirmou que, devido ao tempo de processamento, o valor deve cair na conta da instituição até o fim do dia de hoje. “A compensação final está prevista para ocorrer entre os dias 07 e 08 de janeiro.”

A Justiça do Distrito Federal

determinou que o GDF repassasse o valor em até 48h — prazo que começou a valer a partir de segunda-feira —, dia em que o GDF repassou uma parte da dívida (R\$ 15 milhões). O pagamento foi definido após uma decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), na última sexta-feira, após ação do Ministério Público. Além disso, segundo a secretaria, o repasse da parcela de janeiro, em torno de R\$ 33 milhões, já está em fase de tramitação administrativa e segue o fluxo de desembolso programado para esta semana.

Fechamento de leitos

A administração do Hospital da Criança alegou que não recebeu



Divulgação

Os serviços do Hospital da criança serão restabelecidos a partir de amanhã

os repasses de verbas referentes aos três últimos meses de 2025, no valor de R\$ 79 milhões. O MP estima que a dívida total do governo com o Hospital da Criança chegue a R\$ 118 milhões, incluindo neste valor despesas de exercícios anteriores até 2024, reajuste contratual

de setembro de 2025 e medicamentos sem cobertura financeira.

Por conta da falta de repasses, a administração da unidade hospitalar teve que tomar medidas administrativas restritivas, como o fechamento de leitos, suspensão de atendimentos aos pacientes fora de

domicílio e cancelamento de exames agendados. Além disso, o pagamento das férias dos trabalhadores também foi suspenso a partir de 6 de janeiro. Um total de 89 dos 212 leitos foram fechados, sendo 24 de UTI e 65 de internação.

Em nota, o Hospital da Criança

de Brasília informou que todos os serviços assistenciais serão restabelecidos a partir de amanhã, assim como serão retiradas as medidas de contingência.

Sobre o HCB

O Hospital da Criança foi inaugurado em 2011 para aprimorar o atendimento a crianças com doenças raras e diagnosticadas com câncer. Antes da inauguração, pais de pacientes com esses diagnósticos fundaram a Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace) e, em 1986, essa instituição deu origem à fundação do HCB. Atualmente, a unidade hospitalar é gerida em parceria da Secretaria de Saúde com o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada (Icipe). O hospital é responsável por 52% dos leitos de UTI pediátrica da rede pública do DF. Os serviços prestados pelo hospital foram reconhecidos pelo diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, durante uma visita ao local em 2018.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em

» Campo da Esperança

Adão Lourenço da Cruz, 55 anos
Ana Luiza Mendes Carneiro Araújo, 29 anos
Ângela Maria de Resende Romeiro Frota, 69 anos
Eva Inê Costa da Silva, 50 anos
Hermínio Gomes de Oliveira Filho, 80 anos
Joaquim Rodrigues da Silva Neto, 79 anos
Kimiyo Oda, 78 anos
Livia Maria Cortes, 82 anos
Luiz Felipe Soares da Silva, 29 anos

» Taguatinga

Antônio Bispo Faria Rezende, 57 anos

Antônio Gonçalves da Rocha, 74 anos
Cícero Jose de Sousa Neto, menos de 1 ano
Enrique de Barros Silva, 37 anos
Jose Ribeiro da Silva, 93 anos
Lázaro Jose Rosa da Silva, 78 anos
Mauro Sérgio Rodrigues Souza, 51 anos
Olimpio Gramacho Laranjeira, 39 anos
Paulo Pereira de Souza, 62 anos
Sebastiana Soares, 75 anos

» Gama

Altamiro Martins da Silva, 87 anos
Ana Maria Machado Raimondi, 60 anos
Francisca Leide Pereira dos Reis, 39 anos

Hilda Vietes de Mendonça, 97 anos
Ourivaldo Batista da Rocha, 80 anos
Renato Conceição Santos de Oliveira, 53 anos

» Planaltina

Abizaque de Lucena Silva, 67 anos
Anderson Costa de Godoi, 50 anos
Ana Clara Dias de Souza, menos de 1 ano
Raimunda Anonata de Vasconcelos Bezerra, 87 anos

» Brazlândia

Ângelo Lourenço Aguiar Souza, 2 anos
Valdecyro Rodrigues dos Santos, 56 anos

» Sobradinho

Elias Rodrigues da Silva, 54 anos
Leilânia Marcia dos Santos Fraga, 52 anos
Tarcília Gomes dos Santos, 91 anos
Vanessa Luna de Carvalho Machado, 41 anos
Vicente Jose da Silva, 83 anos

» Jardim Metropolitano

Bruno Silva Gomes, 51 anos
Getúlio Pereira Faustino, 84 anos (cremação)
Jaelça Caetano Lion, 92 anos (cremação)
Natália Muciolo Cavalcanti, 28 anos (cremação)
Maria Santos Mota, 97 anos

Priscilla Kacilda



Brincantes trabalham pela sobrevivência da cultura popular

Priscilla Kacilda



Histórias transformam o espaço em local de pertencimento

Reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do DF, o grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro transforma a cultura popular em prática comunitária, política e celebração coletiva

» VITÓRIA TORRES

Brasília é conhecida por seus prédios monumentais, por homens com seus ternos sérios e pelo centro do poder político do país. Mas, longe disso, há também uma cidade que pulsa no ritmo do tambor, da dança pisada e da imaginação coletiva. Aqui vivem brincantes — artistas, animadores e pessoas movidas pelo prazer cantar, dançar e contar histórias — que fazem da cultura popular um espaço de pertencimento e resistência. Entre esses coletivos, o Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro ocupa um lugar singular. Fundado em 2004, o grupo é hoje uma das mais importantes manifestações da cultura popular brasileira. Misturando referências do Maracatu, do Cavalo-Marinho e de outras tradições nordestinas, o Seu Estrelo criou uma linguagem própria, o chamado Samba Pisado, além de um mito original: o Calango Voador.

Em 2024, esse trabalho de invenção e reinvenção foi oficialmente reconhecido. O grupo foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal. À frente dessa caminhada está Mestre Tico Magalhães, fundador e mestre da manifestação, que define 2025 como um ano de intenso fortalecimento cultural. “O ano de 2025 para Seu Estrelo foi de muita prática cultural. Conseguimos manter os nossos festejos, os encontros com escolas de todo o DF, as oficinas e os projetos de troca com mestres e pensadores da cultura popular”, afirma. Segundo ele, o Centro Tradicional de Invenção Cultural, sede do grupo, cumpre um papel central nesse processo. O espaço funciona como escola aberta, recebendo estudantes da rede pública, novos brincantes, pesquisadores e visitantes de outras cidades e até de outros países. “Conseguimos passar a nossa brincadeira, essa tradição da cidade, para os querem conhecer a tradição e se divertir. Foi um ano de muita celebração comunitária e do fortalecimento desse brinquedo, dessa tradição serranense criada pelo grupo”, diz o mestre.

Cultura como política

Além das atividades formativas, o grupo ampliou sua atuação por meio de parcerias institucionais. Com a Secretaria de Cultura do DF, os festejos do Seu Estrelo se consolidaram e, em 2024, passaram a integrar oficialmente o calendário da cidade por meio da Lei nº 7.623/2024. Entre os projetos de 2025, ele cita o *Conter-râneos Novos de Guerra*, realizado com apoio da Neoenergia, que homenageou o cineasta Vladimir Carvalho e os candangos que construíram Brasília. Outro destaque foi o *Brasilidades*, projeto que promove encontros entre mestres, estudiosos e pensadores da cultura popular. “Essas trocas são tão importantes para o fortalecimento da brincadeira! A cultura popular talvez seja a forma mais revolucionária e afetuosas de se fazer política”, afirma. Em 2025, essa relação entre cultura, política e afeto fez com que o grupo presenteasse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com um dos seus ternos mitológicos, peça simbólica da manifestação. “Levar o terno para Lula foi um momento de profunda felicidade”, conta Tico. A roupa foi o primeira da história do grupo e cuidadosamente reformada para a ocasião. “O terno para a gente é muito sagrado, tem toda uma simbologia. Brasília é conhecida pelos ternos por esse olhar político que se tem da cidade. A gente pega esses ternos e ressignifica, brinca com eles, enfeita, cria outra possibilidade”.

O Calango Voador

No centro de tudo está o Calango Voador, mito criado pelo grupo e base simbólica de toda a manifestação. “O mito do Calango Voador

Raissa Azeredo/Divulgação



O Calango Voador no 5º Festival Brasileiro de Teatro de Terreiro

Raissa Azeredo/Divulgação



Sereia Laiá em Festa de Abrição de 2025

Programação

- Março**
Retomada das oficinas anuais da sede e escola do Grupo - Centro Tradicional de Invenção Cultural. Oficinas de percussão, teatro, dança, agbê e canto
- Abril**
Festa de abrição (em homenagem à Sereia Laiá)
- Junho**
Festa Fuazeiro - 22 anos do Fuá de Seu Estrelo
Neste mês também acontecerá a estréia da 7ª Roda do Grupo e a circulação de seu mais novo espetáculo
- Agosto**
6º Festival Brasileiro de Teatro de terreiro
- Setembro**
Festa Alada (em homenagem à figura do calango voador)

Ricardo Stuckert/Divulgação



Presidente Lula recebe de Maria Isabela e Tico Magalhães o terno ressignificado do grupo

é a mitologia do grupo Seu Estrelo. É toda a base da brincadeira. É por causa dele que a gente cria essa tradição popular e se torna patrimônio cultural”, explica o mestre.

Segundo Tico, é a partir das histórias do Calango que o grupo se reconhece como comunidade e se conecta ao Cerrado. “É através dessas histórias que a gente cria nossos festejos e constrói essa relação com a cidade, com o país e com o mundo.”

Para ele, a cultura popular não deve ser tratada como produto de vitrine. “A cultura popular não trabalha com mercado cultural nem com monocultura. Ela trabalha com o fortalecimento de cada lugar, de cada tradição dentro do seu próprio espaço”, defende.

Calendário para 2026

O Grupo Seu Estrelo já se prepara para um calendário intenso em 2026. As três festas tradicionais seguem acontecendo nos mesmos períodos: Festa de Abrição, em abril; Festa Fuazeiro, em junho; e Festa Alada, em setembro. Em agosto, o grupo realiza a 6ª edição do Festival Brasileiro de Teatro de Terreiro.

Além disso, com apoio do Fundo de Apoio à Cultura do DF, o grupo estreia em junho a 7ª Roda do Seu Estrelo, ampliando sua circulação artística. As oficinas no Centro Tradicional de Invenção Cultural serão retomadas em março, com inscrições abertas em fevereiro, oferecendo atividades de percussão, teatro, dança, agbê e canto.

Para o futuro, Mestre Tico resume o desejo do grupo este ano. “A expectativa para 2026 é manter as nossas práticas, manter a comunidade junta e fortalecida, ampliar com a chegada de novas pessoas, mas continuar tocando para o Cerrado, insistindo nessa prática comunitária de pertencimento e de política cotidiana”.

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Esportes

O Centro Interescolar de Esportes (Cief) disponibiliza 2 mil vagas gratuitas para a prática de modalidades esportivas, destinadas a crianças e adolescentes de 9 a 17 anos do Distrito Federal. As inscrições são referentes ao ano letivo de 2026, com início em 12 de fevereiro, para aulas de basquete, vôlei, jiu-jitsu, futsal, handebol, musculação, atletismo, beach tennis, skate e natação. Inicialmente, as vagas são destinadas para estudantes da rede pública. As vagas remanescentes ficam para alunos de escolas particulares e serão abertas no dia 19 de janeiro. Para se matricular, é necessário ir até a secretaria da Cief (no SGAS 907/908), com documentos pessoais do aluno e do responsável.

Ensino superior

Os processos seletivos para o Programa de Concessão de Bolsas de Estudo, junto ao Centro Unificado do Distrito Federal (UDF), oferecem 74 vagas para servidores públicos efetivos, empregados públicos e sociedade civil do DF. Para o público externo, é necessário ter concluído o ensino médio, ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2024 ou 2025, ter obtido média mínima de 400 pontos no exame e ter comprovada hipossuficiência de renda. As inscrições estão abertas até as 18h de 12 de janeiro, neste link: <https://egov.df.gov.br/processo-seletivo-1o-semester-de-2026/>.

OUTROS

Colônia de férias

O Planetário de Brasília realiza a Colônia de Férias 2026 - Pequenos Investidores, que conta com uma programação de 13 a 31 de janeiro, com atividades práticas que envolvem ciência, criatividade e tecnologia, para crianças de 6 a 14 anos. Os eventos vão ocorrer no Planetário de Brasília e não serão oferecidos lanches, mas é recomendável que as crianças levem o que comer. A colônia de férias é gratuita, mas é necessário se inscrever. As informações estão no site: <https://planetario-oficina.vercel.app/>. As inscrições estão sujeitas a sorteios para definição dos participantes.

Honey, Não!

Hoje, o Cine Brasília coloca em cartaz o filme Honey, Não! A comédia conta a história de uma investigadora particular que atua numa pequena cidade onde ocorre uma série de mortes ligadas a uma igreja miste-

Desligamentos programados de energia

» CANDANGOLÂNDIA

Horário: 10h às 16h. Local: QR 04. Serviço: Melhoria e manutenção da rede elétrica.

» GUARÁ

Horário: 10h às 16h. Local: QE 01 e QE 30. Serviço: Melhoria e manutenção da rede elétrica.

» BRAZLÂNDIA

Horário: 9h às 15h. Local: Núcleo Rural Alexandre Gusmão, Chácara 11.. Serviço: Melhoria e manutenção da rede elétrica.

riosa. O elenco conta com Margaret Qualley, Lera Abova, Chris Evans e outros. A sessão ocorre às 17h30 desta quinta, e o ingresso, a R\$ 20 e R\$ 10 (meia), está disponível para venda na bilheteria do Cine Brasília e pelo site: <https://www.ingresso.com/cinema/cine-brasilia?city=brasilia>.

Mistura de ritmos

No próximo dia 10, o Festival Funkanejo vai até a Praça Central da Cidade, na Estrutural, com um show gratuito, realizado pelo Instituto Arkrealiza, sob o comando da Águia Master. O evento reunirá, no mesmo palco, artistas de sertanejo e de funk. A atração principal é o Bonde do Tigrão. Para participar, é necessário pegar a cortesia no site do Sympla: www.sympla.com.br/evento/funkanejo/3243107 e levar um quilo de alimento não perecível. Menores de 18 anos podem ir ao show somente acompanhados pelos pais ou responsáveis.

Povo Karapotó

Até fevereiro, a Caixa Cultural apresenta um olhar indígena sobre a obra de Rugendas. O objetivo é refletir sobre a perspectiva que sempre foi ensinada sobre a história brasileira nas escolas. A realização é do Instituto Ricardo Brennand. A mostra apresenta um diálogo inédito entre o artista alemão Johann Moritz Rugendas e a produção contemporânea do artista visual indígena Ziel Karapotó. A mostra está aberta para visitação de terça a domingo, das 9h às 21h.

Xilogravura

Até 15 de janeiro, o Museu Nacional

da República recebe as obras de J. Borges, o autodidata pernambucano e grande nome da arte da xilogravura. A exposição em Brasília reúne mais de 80 obras provenientes da coleção do pesquisador e jornalista Jeová Franklin, um dos maiores incentivadores e divulgadores da obra de J. Borges. Os núcleos temáticos percorrem o vasto universo borgeano: a religiosidade popular, as fábulas e lendas, o cotidiano sertanejo, as festas, os animais e a fauna do Nordeste. Obras emblemáticas, como A chegada da prostituta no céu e O monstro do sertão, integram a mostra. O museu é aberto de terça a domingo, das 9h às 18h30.

Carros em miniatura

O Encontro Brasília Diecast (EBD) realiza o 28º Evento dos Carros em Miniatura. O festival convida os amantes e colecionadores de carrinhos para algumas atividades como, exposição, troca e venda de milhares de carrinhos em miniatura; sorteio gratuito de miniaturas e brindes; exposição de carros com Kazumi & Amigos; e outras atrações, além da barracas de alimentação. O evento é gratuito e ocorre no sábado, das 10h às 18h, no Setor de Múltiplas Atividades Sul Área Especial, ao lado do Clube da Saúde.

Exposição

A exposição Raízes - Heranças Visuais segue no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes, até 25 de janeiro. A mostra, com curadoria de Danielle Athayde e Cláudio Pereira, traz obras inéditas do artista visual e advogado José Maciel. Com desenhos, pinturas, esculturas em ferro vazado e objetos cenográficos, a exposição leva o público a refletir sobre as diversas origens da identidade brasileira. A visitação, gratuita, pode ser feita de terça a sexta, das 9h às 18h.

Teatro

A peça O Mercador de Veneza, com Dan Stulbach e grande elenco, volta em janeiro, de 15 a 18/01. Na trama, o personagem Shylock, interpretado por Stulbach, é um agiota judeu que empresta dinheiro ao mercador Antônio. O desenrolar da dívida culmina em um julgamento dramático, que expõe os limites entre justiça e preconceito. Baseado em um dos textos mais emblemáticos do dramaturgo William Shakespeare, a montagem é dirigida por Daniela Stirbulov. Os ingressos, a R\$ 30 e R\$ 15 (meia), estarão disponíveis para a venda a partir de 10 de janeiro, às 9h, na bilheteria do teatro; e às 13h, no site bilheteriacultural.com.br.

Isto é Brasília

Ed Alves/CB/D.A Press



Praça dos Cristais

A Praça Cívica, mais conhecida como Praça dos Cristais, é uma obra projetada pelo artista plástico Roberto Burle Marx. Está localizada no Setor Militar Urbano (SMU), em frente ao Quartel General do Exército. Foi inaugurada em 1970, após cinco anos em construção. O local mistura geometria, água e pedras de cristal de rocha — visual que rende ótimas fotos.

Poste sua foto com a hashtag **#istoebrasiliacb** e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos

#istoebrasiliacb

» Destaques

Acervo

A exposição "Diálogos da Liberdade na Coleção Brasília" apresenta um recorte com obras do Museu de Arte de Brasília (MAB), do acervo Izoete e Domício Pereira, que reúne trabalhos de artistas fundadores do imaginário visual da Nova Capital do Brasil. A mostra estabelece diálogos entre diferentes tempos, linguagens e concepções artísticas, contemplando objetos de época e curiosidades históricas, como a maquete de lançamento da Romilsetta, itens do serviço do Palácio da Alvorada e a primeira fotografia de satélite do Plano Piloto. No segmento documental, duas relíquias: a cartadepoimento de Juscelino Kubitschek, datada de 1961, ao final de seu governo, e a homenagem da Igreja Católica a Dom Bosco, padroeiro de Brasília, que reúne resquícios de suas vestes. O MAB funciona de segunda a domingo (exceto às terças-feiras), das 10h às 19h. A entrada é gratuita.

Oficina para crianças

O Boulevard Shopping Brasília recebe a Feira Vitrine Autoral de Férias, que traz, no dia 10 de janeiro, a Oficina de Cerâmica para Crianças, com a ceramista Adriana Paes, da marca Do Barro à Forma. Os pequenos poderão soltar a imaginação e a criatividade, fazendo minivases de cerâmica sob orientação de Adriana, que também terá seus produtos expostos na feira. Vale ressaltar que é uma atividade segura, sem uso de forno quente na produção dos vasilhinhos. A oficina é gratuita, destinada a crianças de 5 a 11 anos, e ocorre a partir das 15h, com duas turmas de até 10 participantes, no Espaço Boulevard Kids. A inscrição é por ordem de chegada.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

 (61) 99256.3846

 /correiobrasiliense

 @correio.braziliense

 @correio

 @correio.braziliense

O tempo em Brasília

Sol com muitas nuvens e pancadas de chuva à tarde. Muitas nuvens à noite, sem chuva.

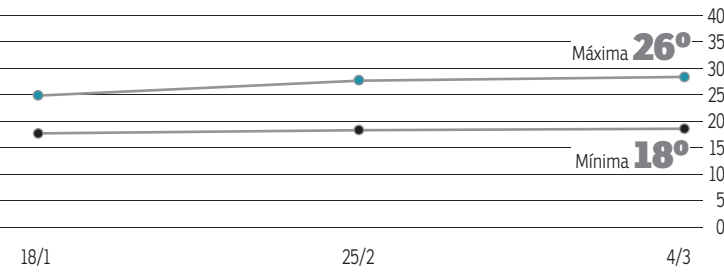


Umidade relativa

Máxima **100%**

Mínima **53%**

A temperatura



O sol

Nascente **5h47**
Poente **18h48**



A lua

Cheia **08/01**
Minguante **10/01**
Nova **18/01**
Crescente **26/10**



grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

PLANO PILOTO

FALTA DE ILUMINAÇÃO

A moradora da Octogonal Maria Teresa reclama que os postes das regiões do Cruzeiro, da Octogonal e do Sudoeste não estão funcionando. "Pela noite, é difícil de dirigir e, às vezes, não consigo enxergar os pedestres, além de ser perigoso para as pessoas que pegam ônibus", afirma. "Faz um tempinho que não há luz, no entanto, ficou mais evidente nesse ano. Parece que piorou", opina a moradora.

» A Companhia Energética de Brasília Iluminação Pública e Serviços (CEB IPes) informa que não houve chamados abertos de manutenção na Octogonal, no entanto, houve alguns pedidos no Cruzeiro e no Sudoeste. "No Cruzeiro, desde a semana passada, equipes da companhia trabalham em uma força-tarefa para zerar todos os pedidos de manutenção pendentes, o que deve ocorrer nos próximos dias. E, no Sudoeste, há problemas pontuais na iluminação pública que serão corrigidos de acordo com a programação das equipes de manutenção", afirma, em nota. Para solicitar a manutenção em pontos de IP, a população deve abrir um chamado diretamente através dos canais oficiais: telefone 155; o app Ilumina DF; o WhatsApp (61) 3774-1155; e o site www.ceb.com.br.



SAMAMBAIA

TERRENO VAZIO

A moradora de Samambaia Nadyana Alencar reclama que um terreno, ao lado da Escola Classe 410, não é produtivo. "A região está sendo usada para jogar entulhos. Além de gerar transtornos para a coleta de lixo, pode gerar doenças", afirma a moradora. "Se o terreno está vazio, poderia ser feito uma plantação de árvores frutíferas, uma quadra ou uma praça para a comunidade no espaço que não está sendo utilizado. Do jeito que está, não fica bonito", opina.

» Administração Regional de Samambaia informa que as áreas localizadas no entorno da Escola Classe 410 são de propriedade da Terracap, o que caracteriza como lotes particulares. "Dessa forma, a administração não possui autonomia legal para intervir nesses espaços, tampouco há projetos em andamento sob sua responsabilidade para as referidas áreas no momento", afirma, em nota. "A administração permanece à disposição para colaborar dentro de suas competências legais e para prestar os esclarecimentos necessários à população", informa.

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

DF na Copinha

Após golear o Comercial de Tietê por 4 x 2 na estreia da Copa São Paulo de Futebol Júnior, o Canaã foi derrotado por 3 x 0 pelo Criciúma. Na última rodada do Grupo 18, medirá forças com o XV de Piracicaba, no sábado, às 13h. Após iniciar a campanha o revês por 3 x 0 diante do Santos, o Real Brasília empatou por 1 x 1 com o São-Carlense. Há chance de classificação, se bater o União Cacaolense na jornada final. Hoje, às 16h30, o Brasiense enfrenta o Fluminense e busca a segunda vitória seguida no torneio.

GUIA DO MINEIRO Edição 112 ganha tom de Copa do Mundo e concorrência a nível Brasil x Argentina com ex-treinadores das duas potências. Tite e Jorge Sampaoli tiveram destinos cruzados em 2023 e se trombam à frente de Cruzeiro e Atlético-MG

Rivalidade é “bão”

VICTOR PARRINI

O Campeonato Mineiro é historicamente marcado pela polarização entre Cruzeiro e Atlético-MG. Os dois clubes mais populares do estado decidiram 47 das 111 edições. Até disputa nos tribunais, com dois anos de duração, e sentença de divisão do troféu o torneio testemunhou. Neste ano, a dupla leva o nível de rivalidade a um patamar de Copa do Mundo, com tons de Brasil x Argentina. A explicação está nos donos das pranchetas. Treinador da Seleção nos últimos dois Mundiais, Tite é a grande contratação da companhia celeste. Considerado maior culpado pela eliminação da albiceleste em 2018 na Rússia, Jorge Sampaoli ensaia a segunda conquista à frente do Galo.

Tite e Sampaoli se enfrentaram somente uma vez. Em 9 de junho de 2017, o hermano estreou no comando da Argentina contra o Brasil de Tite. Venceu por 1 x 0, com gol do zagueiro Gabriel Mercado e quebrou a sequência da Amarelinha de nove vitórias consecutivas. O ex-treinador da Seleção terá a chance da revanche em 25 de janeiro no primeiro clássico da temporada, na Arena MRV. Há uma curiosidade: ambos não serviram para o Flamengo. Sampaoli deixou o cargo em setembro de 2023 após cinco meses. Quem herdou o cargo? Tite. O destino foi semelhante, a dispensa, antes de completar um ano no cargo.

Os contextos de Sampaoli e Tite são diferentes. O argentino começou 2026 com o ambiente pesado devido ao imbróglio envolvendo a principal estrela do elenco, o atacante Hulk. O ídolo de 39 anos se sente desvalorizado e alega ter recebido o pedido da diretoria para se aposentar. Apesar das rusgas, garante o cumprimento do contrato, válido até 31 de dezembro. A renovação, neste momento, está descartada.

Sampaoli é o tipo de treinador que gosta de ostentar e pede reforços constantemente. Ele celebra a chegada do lateral-esquerdo Renan Lodi para o lugar de Guilherme Arana. O meio de campo será reforçado por Maycon, consagrado no Corinthians. O zagueiro Vitor Hugo chegou por empréstimo em 2025 e permanecerá por dois anos. Também há acerto encaminhado com o atacante equatoriano Alan Minda, de 22 anos.

O ambiente no Cruzeiro é leve. Tite terá autonomia. O dono da SAF celeste, o empresário Pedro Lourenço, é admirador da filosofia do ex-Seleção e não poupará esforços para realizar os desejos do treinador. O meia Gerson é um exemplo. A diretoria fez propostas ousadas para contratar o boleiro vinculado ao Zenit. A negociação é sensível. Se Gerson não viver, Tite se apegará aos velhos conhecidos, como o goleiro Cássio, o lateral-direito Fagner e o zagueiro Fabrício Bruno.

Tite e Cruzeiro desafiarão a hegemonia do Atlético-MG. Recordista de troféus do Estadual, o alvinegro quer cantar de galo pela 51ª vez. Seria a 7ª conquista consecutiva, a maior sequência entre os principais torneios domésticos do Brasil.

O Mineiro 2026 é uma espécie de disputa nacional mais compacta, com duas equipes da Série A (Atlético-MG e Cruzeiro), duas da segundona (América-MG e Athletic) e cinco da quarta divisão (Democrata GV, Uberlândia, Betim, Pouso Alegre e Tombense). Os “fora de série” são Itabirito, URT e North.

O formato tem três grupos formados por quatro equipes. Os times disputarão oito partidas na primeira fase e não enfrentam os adversários da mesma chave. Classificam-se à semifinal, em ida e volta, os líderes e o melhor vice. A decisão será em duelo único no Mineirão. Quinto ao oitavo vão para o Troféu Inconfidência. Os dois piores caem para o Módulo II.

Gustavo Aleixo/Cruzeiro



Tite vive a segunda experiência em MG: comandou o Atlético por 21 jogos em 2005

Pedro Souza/Atlético-MG



Campeão mineiro com o Atlético em 2020, Jorge Sampaoli busca o bicampeonato



AMÉRICA-MG



Esse cara sou eu

Willian Bigode



Dono da prancheta

Fernando Marchiori



O pé que balança a rede

Willian Bigode



A muralha

Gustavo



#tbt: melhor lembrança

16 vezes campeão



Minha casa, minha vida

Arena Independência



Correio sincero

Luta por semifinais

» Vice em 2025, manteve o técnico Alberto Valentim. Em contrapartida, perdeu 16 jogadores que atuaram em 2025. Fez oito contratações e renovou com quatro jogadores.



ATLÉTICO-MG



Esse cara sou eu

Hulk



Dono da prancheta

Jorge Sampaoli



O pé que balança a rede

Hulk



A muralha

Everson



#tbt: melhor lembrança

50 vezes campeão



Minha casa, minha vida

Arena MRV



Correio sincero

Candidato ao título

» O fim de temporada melancólico e o ambiente conturbado devido à situação de Hulk podem dificultar o início de campanha. Energia de Sampaoli será determinante.



ATHLETIC



Esse cara sou eu

David Braga



Dono da prancheta

Rui Duarte



O pé que balança a rede

David Braga



A muralha

Adriel



#tbt: melhor lembrança

12 pontos em 2025



Minha casa, minha vida

Estádio Joaquim Portugal



Correio sincero

Pode surpreender

» Sem grandes investimentos, clube de São João del Rei joga para tentar surpreender. Maior novidade é a contratação do volante colombiano Gian Cabezas.



CRUZEIRO



Esse cara sou eu

Kaio Jorge



Dono da prancheta

Tite



O pé que balança a rede

Kaio Jorge



A muralha

Cássio



#tbt: melhor lembrança

39 vezes campeão



Minha casa, minha vida

Mineirão



Correio sincero

Candidato ao título

» É o favorito ao título. Chegada de Tite dá novo ânimo ao elenco e manutenção do artilheiro Kaio Jorge é o principal fator. Objetivo é encerrar jejum de seis anos.

Agenda

1ª rodada

Sábado

16h Uberlândia x Tombense

18h30 Cruzeiro x Pouso Alegre

18h30 Itabirito x Democrata GV

20h30 URT x North

Domingo

18h Atlético-MG x Betim

19h30 América-MG x Athletic Club

2ª rodada

14 de janeiro

18h30 Betim x Uberlândia

19h Athletic Club x URT

19h Democrata GV x Atlético-MG

19h30 North x Atlético-MG

21h Pouso Alegre x Itabirito

21h30 Tombense x Cruzeiro

3ª rodada

17 de janeiro

16h North x Betim

18h Democrata GV x Athletic

18h30 Cruzeiro x Uberlândia

20h30 URT x Pouso Alegre

20h30 Itabirito x América-MG

18 de janeiro

18h Atlético-MG x Tombense

Transmissão

SporTV, Premiere e GE TV

» Os grupos

Grupo A

Atlético-MG

Democrata GV

URT

Uberlândia

Grupo B

América-MG

Pouso Alegre

Betim

Tombense

Grupo C

Athletic Club

Cruzeiro

Itabirito

North

ESPORTES

Divulgação/Brentford

PREMIER LEAGUE

Igor Thiago marca duas vezes na vitória do Brentford e vira jogador brasileiro com mais gols em uma mesma temporada da elite inglesa



De Brasília para a história

Brasileiros goleadores

Igor Thiago - 16 gols Brentford — 2025/2026	Roberto Firmino - 15 gols Liverpool — 2017/2018	Robinho - 14 gols Man. City — 2008/2009	Philippe Coutinho - 13 gols Liverpool — 2016/2017
Matheus Cunha - 15 gols Man. United — 2024/2025	Gabriel Martinelli - 15 gols Arsenal — 2022/2023	Gabriel Jesus - 14 gols Man. City — 2019/2020	Richarlison - 13 gols Everton — 18/19 e 19/20

DANILO QUEIROZ

“Eu sempre sonho, porque acho que a coisa mais importante na vida de um atleta é sempre sonhar. Quero fazer história aqui no Brentford.” Com essas palavras, o atacante brasileiro Igor Thiago chegava à Premier League, em julho de 2024, disposto a romper barreiras. Pouco mais de um ano e meio depois, o jogador nascido no Gama deu novo passo no objetivo ao quebrar um relevante recorde. Ao marcar duas vezes na vitória dos Bees sobre o Sunderland, por 3 x 0, ontem, o atleta se tornou o brasileiro a colocar mais bolas na rede em uma mesma temporada da elite inglesa. Com 16 gols, ultrapassou compatriotas como Matheus Cunha, Roberto Firmino e Gabriel Jesus. O feito premia o ano mais especial da carreira de Igor Thiago. No entanto, na edição passada da Premier League, o sentimento era outro. Em um ano marcado por lesões, o atacante brasileiro perdeu quase metade dos jogos do novo clube. Recuperado, colhe os frutos plantados desde os primeiros passos fncados no projeto do Grêmio Ocidental. Deslançando e vivendo o ápice aos 24 anos, os gols marcados na liga mais difícil do planeta bola credenciam o jogador a vislumbrar outra meta: chegar à Seleção Brasileira e disputar a Copa do Mundo de 2026. Até o momento, a temporada 2025/2026 de Igor Thiago é praticamente irretocável. Os gols marcados contra Nottingham Forest (um), Sunderland (três, incluindo os dois de ontem), Manchester United (dois), West Ham (um), Liverpool (um), Newcastle (dois), Brighton (um), Burnley (dois) e Everton (três) o posicionam na vice-artilharia da Premier League. O brasileiro está atrás apenas de Haaland. No período, o astro do Manchester City marcou 20 vezes. De longe, com 10 bolas na rede, o ataaante Semenyo, do Bornemouth, vê a disputa se concentrar entre o norueguês e o brasileiro. Se competir gol a gol com Haaland é uma missão complexa para qualquer atacante do cenário internacional, o alto índice de eficiência na temporada 2025/2026 fez Igor Thiago ultrapassar compatriotas sem tanta dificuldade. A

marca de 16 bolas na rede veio na 21ª rodada, a segunda do retorno da elite inglesa. Assim, o brasileiro tem, pelo menos, mais 17 apresentações agendadas para ampliar o número. Na temporada 2025/2026, o camisa do Brentford também deixou o dele uma vez na Copa da Liga Inglesa. O jogador concedeu uma assistência para companheiros nas partidas disputadas na competição.

Recorde quebrado

A marca anterior de um brasileiro na lista de goleadores do Campeonato Inglês foi estabelecida a menos de um ano. Em abril de 2025, com a camisa do Manchester United, Matheus Cunha chegou a marca de 15 bolas na rede e igualou os feitos de Roberto Firmino, pelo Liverpool, e Gabriel Martinelli, pelo Arsenal. Robinho, Gabriel Jesus, Philippe Coutinho e Richarlison ostentam números expressivos em temporadas anteriores e estão logo abaixo na lista (**confira os índices no quadro abaixo**).

“Meus objetivos são muito específicos e pessoais, mas o principal é que quero estar na melhor forma possível, na melhor condição física possível para fazer aqui para o qual o Brentford me contratou: marcar gols”, destacou Igor Thiago na entrevista de abertura da temporada concedida ao site do clube inglês. O brasileiro, inclusive, credita ao estilo de jogo do time a temporada artilheira em 2025/2026. “A principal diferença tem sido o trabalho com a bola. Em vez de nos concentrarmos apenas na corrida, temos trabalhado com a bola e no lado mais técnico do jogo”, explicou o atleta.

Com o feito de artilharia concretizado ontem, Igor Thiago se fortalece na corrida para ser convocado pelo técnico italiano Carlo Ancelotti. O próximo chamado da Seleção Brasileira será em março e servirá para os amistosos contra a Croácia e a França, ambos nos Estados Unidos. Os testes serão os últimos antes do anúncio dos 26 escolhidos para lutar pelo hexacampeonato mundial. Se mantiver o índice artilheiro da Premier League, o brasileiro pode, de fato, sonhar com a chance de estar presente no chamado derradeiro e envergar a Amarelinha de número nove na caça ao mundo.

Os gols do feito

Sunderland - 2x	Liverpool - 1x
Everton - 3x	West Ham - 1x
Burnley - 2x	Man. United - 2x
Brighton - 1x	Sunderland - 1x
Newcastle - 2x	Nott. Forest - 1x

MERCADO DA BOLA

Atlético-MG acerta contratação de Maycon

LUCAS BRETAS
SAMUEL RESENDE

Antes acertado com o Corinthians, o meio-campista Maycon viveu uma reviravolta no futuro da carreira e vai defender o Atlético-MG. Ontem, o clube alvinegro se acertou com o Shakhtar Donetsk-UCR e fechou a contratação do atleta para a temporada 2026. O contrato do jogador será válido por três temporadas. Ele deixa o Timão após quatro anos sendo emprestado pelo clube europeu.

O time paulista desejava uma renovação, mas a negociação não avançou porque a proposta do Galo agradou mais à diretoria do Shakhtar Donetsk. Para além das tratativas envolvendo os clubes, existe uma questão familiar responsável por motivar um desfecho positivo para o lado atleticano. Maycon é cunhado de Lyanco, zagueiro do Atlético-MG. As famílias passariam a ter um convívio mais próximo, pois os dois dividiriam o dia a dia na Cidade do Galo.

Os dois jogadores já atuaram juntos no Campeonato Sul-Americano Sub-20, pela Seleção Brasileira, em 2017. Os dois, contudo, nunca vestiram a camisa de um mesmo clube. Outro fator que ajuda é o fato do pai do zagueiro, Marcelo Vojnovic, ser empresário do novo volante atleticano. Maycon, de 28 anos, foi revelado pela Portuguesa, mas logo seguiu para as categorias de base do Corinthians, onde se formou e estreou profissionalmente. Em 2018, ele foi vendido ao Shakhtar

Donetsk por 6,6 milhões de euros (27,6 milhões de reais, na cotação da época). O jogador ficou na Ucrânia até 2022. Além de Maycon, o Atlético conta como opções para a função de volante os seguintes jogadores: Alan Franco, Alexsander, Patrick e Gabriel Menino, além dos recém-promovidos da base, Cissé, Igor Toledo e Índio. O clube também tem negociações em andamento com Victor Hugo, meio-campista do Flamengo que estava emprestado ao Santos em 2025.

Rodrigo Coca/Corinthians



Volante estava apalavrado com o Timão, mas defenderá o Galo mineiro

4 DIAS DE COMPETIÇÃO
18, 19, 20 e 21 de abril de 2026

Corrida Kids, 3km Caminhada, 5km, 10km, 21km, 42km e Desafios

INSCREVA-SE
brasilcorrida.com.br

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

Ponto de largada e chegada
Esplanada dos Ministérios
Ao lado do Museu Nacional

Diversão & Arte

cultura.df@dabr.com.br

3214-1178/3214-1179

Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, quinta-feira, 8 de janeiro de 2026

» RICARDO DAEHN
» JOÃO PEDRO CARVALHO*
» JOÃO PEDRO ALVES*

Da ambição de *The social reckoning* (com o mesmo roteirista de *A rede social* Aaron Sorkin), contando a acidentada trajetória do Facebook, com vazamentos e impactos negativos até mais uma aparição internacional de Rodrigo Santoro, na ação *Runner*, estrelada ainda por Alan Ritchson (*Guerra sem regras*) — da revelação de *Vingadores: Doutor Destino*, com Robert Downey Jr. assumindo o papel chave no filme da Marvel que trará o retorno de Steve Rogers (Chris Evans) até a jornada musical de *Chorão: Só os loucos sabem*, cinebiografia estrelada por José Loreto: assim será o cinema em 2026.

O ano na telona trará o retorno do criador de *O sexto sentido*, M. Night Shyamalan, em *Remain*, thriller estrelado por um enlutado personagem de Jake Gyllenhaal, com base em escritos de Nicholas Sparks. Para julho, virá o estrondo de *Homem-Aranha: Um novo dia*, no qual Peter Parker (Tom Holland) está afundado na vida acadêmica, distanciado dos recorrentes perigos oferecidos pela vizinhança. Nos bastidores, foi o diretor Destin Daniel Cretton quem criou o estardalhaço: “Sou profundamente grato às pessoas que caminharam comigo durante a produção do maior e mais gratificante filme do qual já participei”. Gigante também promete ser *Duna — Parte 3*, assinado por Denis Villeneuve, no qual o personagem de Timothée Chalamet, o imperador Paul Atréides cravará uma conclusão para o drama de Arrakis, numa trama 12 anos depois da produção anterior. Também em proporção épica, em meados de julho, será a estreia de *A odisseia*, o clássico revisto agora por Christopher Nolan, com direito a Matt Damon, Tom Holland e Zendaya no elenco. Com Renate Reinsve e Chiwetel Ejiofor no elenco, o terror *The Backrooms* (com o diretor ultrajovem Kane Parsons no comando) promete surpreender, derivado diretamente da internet, no registro de uma realidade paralela que puxou centenas de milhões de views, via YouTube. Também popular, *Galinha Pintadinha* trará um tumultuado nascimento na Vila das *Galinhas: Pintadinha* e *Galo Carijó* esperam o primeiro filho, mas uma cegonha desastrada trocará os ovos, colocando um gavião no circuito. Outra animação, *Paw Patrol: The dino movie*, trará a Patrulha Canina para a

O QUE VEREMOS, EM

A HISTÓRIA CONTROVERTIDA DO FACEBOOK, TOM & JERRY, NOVA VERSÃO DE O BEIJO NA MULHER-ARANHA, O MORRO DOS VENTOS UIVANTE E TOY STORY 5 SÃO ALGUMAS DAS ATRAÇÕES NAS TELAS NESTE ANO

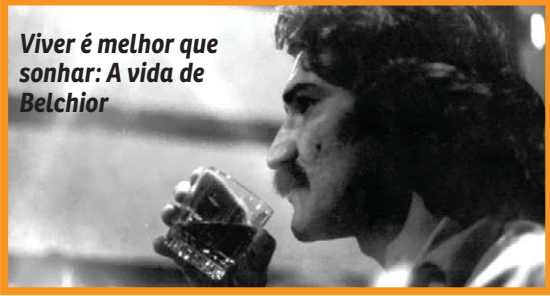
Homem-Aranha:
Um novo dia

Paramount Pictures/Divulgação



Patrulha Canina

H2O/Divulgação



misteriosa ilha de dinossauros, onde será conhecido Rex, que moverá toda a equipe rumo a salvamento de extinção.

Um golden retriever chamado Shurastey tem tudo para roubar a cena da cinebiografia *Minha vida com Shurastey*, com Nicolas Prattes no elenco. A fita conta

Lucas Ramos/Divulgação



como Jesse Koz efetivou uma viagem pelas Américas setentistas, dentro de um fusca e ao lado do pet. Documentário biográfico, *Viver é melhor que sonhar: A vida de Belchior*, de Eduardo Albergaria, promete emplacar a coragem e os riscos de um dos maiores compositores da MPB.

Fabio Braga/ Divulgação



Sony Pictures/Divulgação

Cadu Ibarra/CB/D.A. Press



Contra apagamentos e deturpações históricas, o diretor Aurélio Michiles investiu em *Honestino*, estrelado por Bruno Gagliasso, e que será visto em 2026. Depois de mobilizar público de 2,2 milhões de pagantes (há 14 anos), *Bruna Surfistinha* terá sequência, de Marcus Baldini,

estrelada por Deborah Secco. A garota de programa que revisitou a sua história em livro embarca, no filme, em nível de auto-conhecimento.

Estagiários sob a supervisão de Severino Francisco

PRÓXIMAS ATRAÇÕES

Divulgação



» O beijo da mulher aranha

Baseado no livro homônimo de Manuel Puig, a história de um preso político e um decorador que dividem cela e formam vínculo afetivo improvável ganha versão em musical. O longa é dirigido por Bill Condon e tem Jennifer Lopez, protagonista de espetáculo hollywoodiano, que Molina, o decorador, reconta cena a cena. **Atração do dia 15 de janeiro.**

» Monarcas: o conto das borboletas

A animação canadense retrata a história de um inseto gentil que nasceu com apenas uma asa, Patrick, uma borboleta-monarca. O sonho dele é voar. Ao lado do melhor amigo, Marty, uma lagarta atrapalhada, e da medrosa borboleta Jennifer, o trio enfrenta desafios e adversidades para realizar o desejo de Patrick. **Estreia dia 22.**

Divulgação



» O morro dos ventos uivantes

O clássico da literatura, escrito por Emily Brontë, ganha nova versão. Dessa vez, a história de amor entre Heathcliff e Catherine Earnshaw, que se passa na Inglaterra do século 18, é protagonizada pelos atores Jacob Elordi e Margot Robbie. A direção é de Emerald Fennell (*Bela vingança*). **Atração de fevereiro, dia 12.**

Divulgação



» Isso ainda está de pé?

Bradley Cooper aposta em história de divórcio e crise de meia-idade no terceiro longa em que dirige e atua. Na trama, Alex (Will Arnett) e Tess (Laura Dern) redescobrem ocupações com o término do relacionamento, ele como comediante, ela, no mundo do esporte. **Estreia em 19 de fevereiro.**

Divulgação



» Pânico 7

A franquia de terror chega aos 30 anos. Depois de ficar ausente no sexto longa da série, a atriz Neve Campbell reassume o papel de Sidney Prescott, que agora precisa defender a filha ao enfrentar o Ghostface. Outra volta é a do diretor Kevin Williamson, cocriador da saga. **Dia 26 de fevereiro nas telas.**

Divulgação



» Velhos bandidos

Em sua despedida do cinema, a atriz Fernanda Montenegro interpreta Marta que, ao lado do marido, Rodolfo (Ary Fontoura), planeja assaltar um banco. Para obter sucesso no crime, eles recebem ajuda do casal Nancy (Bruna Marquezine) e Sid (Vladimir Brichta). O investigador (Lázaro Ramos) tenta conter o grupo. A direção é de Cláudio Torres. **Estreia em março, dia 5.**

» Devoradores de estrelas

Nesta ficção científica, Ryan Gosling é

um professor que acorda sem memórias no espaço. Ele lembra ter sido enviado a 12 anos-luz de distância da Terra com a missão de salvar o planeta. O longa se baseia no livro homônimo, de Andy Weir. Os criadores do Aranhaverso Phil Lord e Chris Miller são os diretores. **Dia 19 de março nos cinemas.**

» Asdez vantagens de morrer depois de você

O filme, baseado em livro de Fernanda de Castro Lima, conta a história de amizade entre Gabi, interpretada por Any Gabrielly, e Julia, personagem de Giulia Be. As duas têm personalidades opostas e um acidente de carro renderá maior aproximação. **Atração do dia 26 de março.**

» O rei da internet

Na primeira cena deste drama, Daniel Nascimento (João Guilherme), é preso por praticar crimes cibernéticos que lhe renderam milhões de reais. O filme é baseado na história real de um dos maiores hackers do Brasil, que dá nome ao personagem. Marcelo Serrado está no elenco. **Dia 2 de abril nas telas.**

» O drama

Zendaya (Rivals) e Robert Pattinson (Crepúsculo) descobrem segredos um do outro, às vésperas do casamento, o que provoca uma série de conflitos na relação entre os dois. O filme provoca questionamentos a respeito do quanto é possível conhecer pessoas próximas. A direção é de Kristoffer Borgli. **Estreia em 9 de abril.**

Divulgação



» O Diabo veste Prada 2

Vinte anos depois, Meryl Streep volta às telas no papel de Miranda Priestly, editora-chefe de uma prestigiada revista de moda americana. Os desafios de manter o jornalismo impresso em tempos digitais são a temática do longa, que traz no elenco Anne Hathaway como Andy Sachs, antiga aspirante a repórter, além de Emily Blunt, Stanley Tucci e o ator Kenneth Branagh, novidade na sequência do filme. **Dia 30 de abril.**

» Mortal Kombat 2

Dirigido por Simon McQuoid, o segundo filme da saga, traz a batalha final contra o regime sombrio de Shao Kahn que ameaça destruir o Reino da Terra e seus guardiões. **Sete de maio nas telas.**

» Pinóquio: Maldição de madeira

Uma assustadora releitura do clássico infantil, com o boneco de madeira atrelado ao macabro. Distante da inocência original, a jornada vem marcada por violência e vingança. Na brutalidade, ele vê os laços familiares distorcidos. **Estreia dia 14 de maio.**

» Toy story 5

Uma ameaça tecnológica invade o campo: o tablet interativo Lily Pad monopoliza a atenção da criança e Bonnie entra na febre. Jessie e Buzz buscam Woody para resolver o conflito. O diretor John Lasseter atesta: “A tecnologia mudou a vida de todos, mas estamos perguntando o que isso significa para nós, e para nossos filhos. Não podemos simplesmente transformar a tecnologia em vilã”. **Dia 18 de junho.**

» Supergirl

Um épico sci-fi baseado na elogiada saga de mesmo nome escrita por Tom King e desenhada pela brasileira Bilquis Evelyn nas HQs da DC, com a Supergirl não na Terra, mas sim viajando pelo espaço. **Dia 25 de junho nas telas.**

Divulgação



» Se eu fosse você 3

Mais de 15 anos após a última troca de corpos, Cláudio (Ramos) e Helena (Glória) vivem uma nova fase em suas vidas: mas um terceiro raio transforma a família. “Voltar a Helena é revisitar memórias e criar novas histórias”, adiantou Glória Pires. **Estreia em 4 de junho.**

» Minions 3

Os Minions podem tentar se tornar cineastas ou criadores de conteúdo, e o filme deve focar na época escolar de Gru, explorando a entrada dele num núcleo com supervilões e amigos. **Atração do dia 2 de julho.**

Divulgação



» Moana (live-action)

Moana, uma estabelecida liderança, avança pelos mares da Oceania, atendendo a um chamado dos seus ancestrais para proteger seu povo e restaurar o equilíbrio, sem abrir mão de novas conexões culturais. **Dia 18 de julho.**

» The dog stars

Trama pós-apocalíptica sobre Hig, um piloto que sobreviveu a uma pandemia mortal e vive solitário com seu cachorro em um aeroporto abandonado no Colorado, tendo como companhia um ex-fuzileiro rude. Juntos, eles embarcam em ação que desafia o cenário de devastação. **Dia 27 de agosto nos cinemas.**

» Na zona cinzenta

Guy Ritchie, depois de tumultuadas filmagens, trará Eiza González, Henry Cavill (o antigo Superman) e Jake Gyllenhaal num enredo movido pelo resgate de uma experiente profissional militar, que se encontra presa em zona de intenso conflito. **Em 24 de setembro nos cinemas.**

» 100 dias

Diretor das sagas Rio e A era do gelo, Carlos Saldanha se junta ao ator goiano Filipe Bragança (de Perrengue fashion) para contar do brasileiro Amyr Klink, primeiro navegador a cruzar o Atlântico, em embarcação a remo. Klink chegou a Salvador, há 40 anos, num trajeto descrito com fundo emocional no livro Cem dias entre céu e mar (publicado em 1985). **Ainda sem data fechada.**

» The riders

O diretor de Conclave, Edward Berger, reúne Brad Pitt, George Clooney, Austin Butler e Colin Farrell para a adaptação do romance publicado por Tim Winton. Descrito como um homem que se desintegra, Fred Scully (Brad Pitt) viaja pela Europa, implantando as bases para uma vida mais sólida ao lado da esposa e da filha. Mas, um dia, a esposa desaparece. **Ainda sem lançamento definido.**

Direito & Justiça



Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

ENTREVISTA — JOÃO CARLOS SOUTO — professor e doutor em Direito

Um novo paradigma nas relações internacionais

Ana Maria Campos

A captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro — que a diplomacia brasileira chama de sequestro — por forças norte-americanas abriu um capítulo controverso na política

Na sua visão, qual é o significado para o planeta dos ataques dos Estados Unidos à Venezuela e a captura do presidente Nicolás Maduro?

Evidentemente que do ponto de vista do direito internacional, das relações entre Estados, não se sustenta. Embora Maduro fosse considerado pela esmagadora maioria dos países democráticos um presidente ilegítimo, não se justifica a ação para capturar um presidente que, de qualquer modo, vinha conduzindo seu país — bem ou mal — e esse país não está em guerra civil ou algo do tipo. A Venezuela mantinha relação com vários outros países, de modo que as relações entre Estados soberanos precisam seguir um princípio básico que é o respeito à soberania de outro país. Evidentemente que há mecanismos, como, por exemplo, a ação da ONU, quando há uma situação de extrema gravidade como, por exemplo, uma limpeza étnica. Nesse caso, a ONU, por meio de seus organismos internos, vai agir com o apoio de países. Por falar em ONU, há um relatório de dezembro de 2025 que lista uma série de problemas graves na Venezuela, como supressão da oposição, perseguição a opositores, assassinatos. É um relatório longo e não é o primeiro que aponta nesse sentido.

Quais regras do direito internacional foram atropeladas?

É a soberania da Venezuela. Um país não pode se portar como xerife do mundo. Abre um precedente terrível, tão grave talvez quanto da Rússia em relação à Ucrânia. Aliás da Rússia é mais grave ainda, porque invadiu para se apossar de todo o território, de fincar e aniquilar totalmente o Estado ucraniano. A desculpa dos Estados Unidos — que não tem histórico de invadir território para se apossar e nele continuar — embora extremamente fraca, é de que as petroleiras americanas foram prejudicadas no passado, mas essa não é uma justificativa suficiente para invadir um país e,

internacional contemporânea. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos haviam se tornado uma espécie de garantidor da paz mundial, sustenta o advogado João Carlos Souto, professor e doutor em direito, pesquisador visitante no Max Planck Institute (Heidelberg, Alemanha), autor de dois livros sobre a Suprema

Arquivo pessoal



então, é equiparado, mas não é a mesma coisa da questão da Ucrânia.

A diplomacia brasileira usou o termo sequestro de Maduro. Concorda com essa posição?

Considero uma captura fora de qualquer padrão do direito internacional.

Como avalia a reação internacional a esse episódio?

A reação foi a esperada. A China e a Rússia que são aliadas de Maduro e que do ponto de vista geopolítico se deleitavam em ter uma posição extremamente vantajosa no Hemisfério Sul e muito perto dos Estados Unidos perdem no curto e médio prazo. Não sei como fica no longo prazo. A reação da Europa é tímida. Em relação a outros países da América do Sul, há alguns poucos como Chile, na Argentina, de apoio (à invasão), porque são alinhados com o governo Trump.

Corte dos Estados Unidos.

Ao optar por uma operação extraterritorial direcionada não apenas a derrubar um regime ou intervir em um conflito, mas a reter fisicamente um chefe de Estado e levá-lo a julgamento em outro país, o presidente Trump cria, na visão de Souto — estudioso do sistema legal dos Estados

Acha que estamos vivendo um precedente que pode atingir qualquer país da América Latina, inclusive o Brasil?

É um precedente que muda a forma como grandes potências se relacionam com países menores do ponto de vista econômico, militar. Então é uma situação que se imaginava enterrada com o fim da Segunda Guerra Mundial. Importante ressaltar que os Estados Unidos desde o fim da guerra — bem ou mal, com defeitos, com problemas aqui e ali, sem ser perfeito — se colocou como o garantidor do equilíbrio mundial, da paz mundial — não sou eu que está dizendo, são vários estudiosos de política internacional, de geopolítica. Até 1989, dividindo um protagonismo com a então União Soviética, e a partir da queda do muro de Berlim, se tornou a única superpotência, mas ainda assim exercendo essa qualidade com certa autocontenção e a atitude do Donald Trump implode essa ordem internacional. Isso é extremamente preocupante.

Depois do que ocorreu com o ministro Alexandre de Moraes, que chegou a ser atingido pela Lei Magnitsky, acredita que o governo Trump pode tentar interferir nas eleições do Brasil?

Tudo é possível. Espero que não aconteça.

Acredita que Maduro terá condições reais de se defender na Justiça dos Estados Unidos?

Acredito. Eles não vão negar a defesa. Ontem mesmo (terça-feira) eles retiraram uma das 'queixas' de líder de cartel. A Justiça costuma ser independente nos Estados Unidos. Mas há precedentes de abdução, de sequestro, de captura, e a Justiça americana tem o entendimento de que, estando na frente dela, estando o acusado perante o foro em que está sendo processado, que essa situação de como ele chegou lá é de

Unidos — uma dúvida sobre como deverão ser, a partir de agora, os limites nas relações entre potências e países com menor poderio econômico e bélico.

Nesse cenário, Souto fala sobre o impacto global da operação na Venezuela e a tendência de um julgamento que leve à condenação de Maduro.

menor importância. Esse é o entendimento da Justiça americana em três ou quatro precedentes, dois do final do século 19, um da década de 1950 e outro de 1992.

O fato de ele ser julgado em Nova York pode favorecer uma defesa levando em conta o direito internacional?

O máximo que pode acontecer é que o ambiente de Nova York é um ambiente de esquerda, progressista — para usar a terminologia política. Isso vai favorecê-lo? Tenho dúvidas. Acho que haverá uma pressão muito grande. A Suprema Corte Americana já confirmou que a captura dessa natureza é legal. O que se sabe é que há gravíssimas acusações contra Maduro e ele próprio não é reconhecido por países democratas. Mas eu concluo como eu comecei: isso não justifica a captura.

E se Maduro for absolvido? Trump ficará desmoralizado? Terá de devolvê-lo à Venezuela?

Penso que a absolvição é extremamente improvável, seja pelos precedentes que já mencionei, seja pelas acusações que existem contra ele, seja porque ele não é reconhecido do ponto de vista do direito internacional. Embora a chance de ele ser condenado seja grande, a forma de levá-lo a julgamento me parece equivocada.

A captura de Maduro se equipara à de Noriega, no Panamá?

Do ponto de vista do direito americano, da ação dos Estados Unidos, se equipara. Ambos eram chefes de Estado e de governo, ambos eram presidentes que não tinham reconhecimento fora do país, ambos agiam como ditadores. Mas a ação contra a Venezuela é de outra envergadura, porque é um país muito maior do ponto de vista territorial, talvez 10 vezes maior.

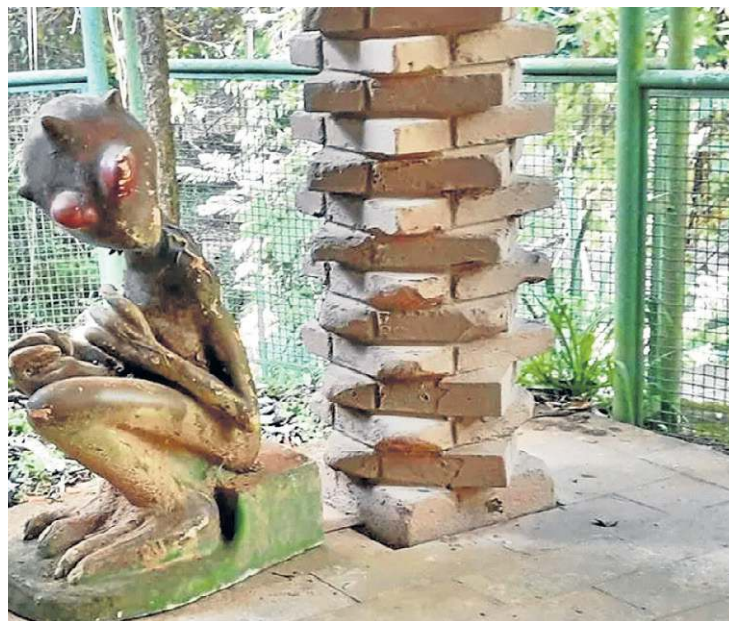
Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Inquérito sobre ET de Varginha está disponível para consulta pública no STM

O Superior Tribunal Militar (STM) mantém sob sua guarda dois volumes de um Inquérito Policial Militar (IPM), com cerca de 300 páginas cada, instaurado em março de 1997 pelo comando da Escola de Sargentos do Exército para apurar os rumores do aparecimento de um ET em Varginha (MG). O procedimento investigou boatos sobre um suposto envolvimento de militares e de viaturas do Exército na apreensão e no transporte do extraterrestre. O IPM, atualmente digitalizado, está disponível para consulta pública no site do STM, e qualquer cidadão pode ter acesso integral aos autos.



Divulgação/STM



Reprodução/Memorial do ET

30 anos no imaginário popular

De acordo com a investigação, o episódio não passou de uma história fictícia, surgida em um dia de forte chuva — com registro inclusive de queda de granizo — quando três jovens relataram ter visto uma suposta criatura agachada próxima a um muro, em um bairro da cidade (foto). O caso que ganhou o imaginário popular brasileiro completa 30 anos em 20 de janeiro.

AFP



Advogado republicano

Um dos advogados contratados por Nicolás Maduro para sua defesa na Justiça de Nova York é Bruce Fein. Segundo Rodrigo Becker, doutor em processo civil, em postagem no X, Fein é um dos advogados mais famosos dos Estados Unidos. Trabalhou na administração de Ronald Reagan, nos anos 1980, e criticou publicamente os ex-presidentes Bill Clinton, Barack Obama e Joe Biden. Embora tenha uma relação com o partido Republicano, ressalta Becker, Bruce Fein fez um artigo recentemente condenando a política de Trump para a Venezuela.

AFP



Seguindo Assange

Outro advogado de Maduro é Barry Pollack, o mesmo que defendeu o jornalista e ativista australiano Julian Assange, que divulgou documentos oficiais do governo americano, foi condenado, refugiou-se na embaixada do Equador em Londres e depois fez um acordo.

Combate ao crime organizado nas eleições

O Ministério Público (MP) Eleitoral criou dois grupos de trabalho (GTs) voltados a combater a influência de organizações criminosas nas eleições e acompanhar as mudanças em normas e jurisprudências relacionadas à disputa. O Grupo de Trabalho de Combate ao Crime Organizado no Âmbito Eleitoral será composto por quatro procuradores regionais eleitorais e dois membros auxiliares da Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE). Eles serão responsáveis por elaborar estudos e um plano de ação para nortear o trabalho do Ministério Público em todo o país. Não vai faltar trabalho.



maurilison

Para não esquecer

A programação do Supremo Tribunal Federal (STF) de hoje, em alusão ao 8 de Janeiro, terá a abertura da exposição *8 de janeiro: Mãos da Reconstrução*, no átrio do Espaço do Servidor. Às 15h, será exibido o documentário *8 de janeiro um dia para não esquecer*, produzido pela TV Justiça, que registra as histórias dos profissionais do STF que testemunharam os ataques e participaram da reconstrução do Palácio da Justiça.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Mood avô

Antônio Carlos Aguiar, sócio do Peixoto & Cury Advogados e titular das cadeiras 28 e 45 das Academias Paulista e Brasileira de Direito do Trabalho trocou, por um momento, as petições jurídicas pela literatura infantil. A mudança de ares foi motivada pela notícia da chegada de sua primeira neta. A empreitada literária do jurista ganhará um prefácio de peso, assinado pelo rapper e escritor Emicida. A obra, um diário dirigido à neta que vai nascer, mistura relatos do dia a dia, notícias do mundo e palpites existenciais. O livro *Cantinho de conversas com o avô* tem lançamento previsto para este mês pela Lacier Editora.



Júlia Rodrigues/Divulgação

"Que 2026 se inaugure como tempo de esperança renovada, fortalecimento institucional e aprofundamento do compromisso republicano"

Ministro Edson Fachin, presidente do STF



Ed Alves/CB/D.A. Press



Antonio Augusto/ STF

Paulo Gonet,
Procurador-geral da República

Gonet pede suspensão de trechos da nova lei de inelegibilidades

ANA MARIA CAMPOS

Em manifestação na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7881), o procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a suspensão, já em caráter cautelar, de trechos da lei, que entrou em vigor em setembro, e estabelece novos prazos para inelegibilidades. O caso, sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia, foi iniciado por iniciativa da Rede Sustentabilidade, que pede a anulação integral da norma que abriu espaço para candidaturas de políticos enquadrados na Lei da Ficha Limpa.

A Lei 219/2025 estabelece novos parâmetros de elegibilidade para candidatos que cometeram crimes ou incorreram em atos de improbidade administrativa. Para Gonet, é inconstitucional e deve ser suspenso o trecho da nova lei que cria o marco temporal para início da pena a partir da primeira

condenação colegiada em ações conexas, o que impedia novas penalidades mesmo com condenações posteriores mais graves.

Gonet também opina pela suspensão do trecho da Lei 219/2025 que permite afastar ou extinguir a inelegibilidade por fatos supervenientes até a diplomação. O PGR sustenta que o marco correto, de acordo com a jurisprudência do STF, é até a eleição, não a diplomação, como dispõe a lei. A ideia é preservar a estabilidade e a isonomia do processo eleitoral. Significa que, se o candidato for condenado depois da eleição, não perderá o mandato que conquistou nas urnas.

Segundo juristas, o STF deve julgar a ADI neste semestre porque manter a dúvida até depois da fase de registro das candidaturas pode criar uma incerteza no processo eleitoral, especialmente nas candidaturas majoritárias. No DF, há uma situação que se enquadra. O ex-governador José Roberto Arruda, que está em pré-campanha ao Palácio do Buriti, se filiou ao PSD e anuncia que se considera enquadrado nas

novas regras da Lei 219/2025.

Se o parecer de Gonet prevalecer, Arruda pode ser atingido. Como ele tem mais de um processo por improbidade administrativa, caso ocorra uma nova condenação em decisão colegiada nos processos da Operação Caixa de Pandora, a Justiça pode estabelecer outra contagem de prazos. A condenação que o torna inelegível hoje é de junho de 2014 e, portanto, pelas novas regras que estabelecem um prazo máximo de 12 anos de penalidade, ele poderia concorrer em 2026.

No geral, Gonet concordou com os demais pontos da Lei 219/2025. Ele discordou de um argumento que poderia derrubar toda a lei, apresentado pela Rede na petição inicial, segundo o qual há um vício formal na tramitação legislativa. Originário da Câmara dos Deputados, o projeto de lei sofreu alterações no Senado. A Rede sustenta que a matéria deveria ter retornado à Câmara, mas para a Procuradoria-Geral da República houve apenas um ajuste de texto.



Faculdade Presbiteriana
Mackenzie
Brasília

FACULDADE
COM 1º LUGAR
EM APROVAÇÃO
NA OAB.

NOVO CAMPUS 902 SUL

2026.1

PROCESSO
SELETIVO



INSCREVA-SE ↓

mackenzie.br/faculdades/brasil

VALE
MUITO
SER

Visão do Direito



Fernanda Fonseca Costa Vieira

Advogada criminalista, responsável pela área penal do Viseu Advogados

Feminicídios no Brasil: uma tragédia anunciada

Nos últimos meses, o país tem assistido a uma sucessão de casos de feminicídio expostos diante da sociedade. Episódios que não mais se restringem ao ambiente doméstico e passaram a ocorrer em espaços públicos, à luz do dia, muitas vezes na presença de transeuntes e registrados por câmeras de aparelhos celulares e de circuito interno.

A repetição e o aumento no número desses crimes levantam uma pergunta incômoda: por que a sociedade permanece inerte diante de sinais tão evidentes de violência extrema? O silêncio decorre do medo de retaliações, da insegurança física ou de uma cultura historicamente marcada por valores machistas e misóginos que ainda naturalizam a violência contra a mulher?

Os números ajudam a dimensionar a gravidade do problema. Dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero, divulgado pelo Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal, indicam que 718 feminicídios foram registrados apenas no primeiro semestre de 2025 — o que representa quase quatro mulheres assassinadas por dia em razão do gênero. No mesmo período, o país contabilizou 33.999 estupros contra mulheres, cerca de 187 casos diários.

As estatísticas confirmam que o

feminicídio, em regra, não é um ato isolado ou imprevisível. Trata-se, na maioria das vezes, do desfecho de uma escalada de violências que foram ignoradas, minimizadas ou tratadas como conflitos privados pelo Estado e, muitas vezes, pela própria sociedade.

Segundo o Painel de Violência Doméstica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), até 30 de outubro de 2025, foram registrados 920.457 novos casos de violência doméstica e 9.988 novos casos de feminicídio no país. Os dados revelam a magnitude da judicialização desses crimes e evidenciam a dificuldade das instituições em oferecer respostas eficazes e preventivas diante da persistência da violência.

A violência doméstica raramente se manifesta de forma abrupta. Ela se instala gradualmente, seguindo um ciclo conhecido: tensão crescente, agressão e reconciliação. Após o episódio violento, são comuns pedidos de perdão, promessas de mudança e a falsa percepção de que “não vai acontecer de novo”. O ciclo, no entanto, tende a se repetir, geralmente de forma mais intensa.

Romper esse padrão é um desafio. Muitas mulheres permanecem em relacionamentos abusivos por dependência emocional ou financeira, medo, ausência de rede de apoio e, frequentemente, pela existência de filhos. Não se trata de escolha, mas de vulnerabilidade.

Nem todo feminicídio é precedido por registros formais de ocorrência policial. Segundo dados atualizados da pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, da Fundação Perseu Abramo, cerca de 71% das mulheres entrevistadas não denunciaram oficialmente a violência sofrida, sendo a falta de apoio familiar um dos motivos mais citados, muitas vezes deixando a vítima sem amparo para buscar ajuda. Mesmo quando há registro policial, não é raro que os relatos sejam desconsiderados ou tratados como “brigas de casal”, embora a maioria dos casos apresente sinais claros e recorrentes de abuso.

O controle excessivo é um deles, hoje potencializado pela tecnologia. Aplicativos de rastreamento de localização e softwares espíões têm sido utilizados para vigiar a rotina da mulher sob o falacioso pretexto de cuidado. Há, também, a violência patrimonial, caracterizada pelo controle financeiro, pela restrição ao trabalho ou pela criação de dívidas em nome da vítima; a violência psicológica, marcada por humilhações, ameaças e isolamento; e a violência física, que jamais deve ser relativizada.

Reconhecer esses sinais é fundamental para interromper o ciclo de violência antes que ele atinja níveis irreversíveis. Embora o Brasil disponha, no plano legal, de uma

ampla rede de proteção à mulher, composta por Polícia Civil, órgãos do Judiciário e de assistência social, falhas estruturais persistem. Atendimento despreparado, demora nas respostas institucionais e ausência de acompanhamento contínuo fragilizam a proteção prometida pela lei.

O enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio exige mais do que legislação e discursos. Inclui prevenção, por meio de educação desde a base escolar, e proteção efetiva, com respostas rápidas e integradas do Judiciário. A punição deve ser eficaz e ir além do encarceramento: reparações de danos patrimoniais e morais e programas obrigatórios de reeducação para agressores.

Mas esse enfrentamento não é apenas institucional. A sociedade tem papel central. Silenciar-se diante de agressões, gritos ou sinais evidentes de abuso é contribuir para a continuidade da violência. Denunciar, acolher e romper a ideia de que conflitos conjugais pertencem à esfera privada são atitudes capazes de salvar vidas.

Os números são claros. As vítimas, também. O que ainda falta é tratar a violência doméstica com a seriedade que ela exige. Ignorá-la ou relativizá-la não é neutralidade; é permitir que o feminicídio continue sendo uma tragédia anunciada.

Visão do Direito



Fábio Scolari

Advogado especializado em precatórios, membro da Comissão de Precatórios da OAB/SP e sócio do escritório Scolari Neto Oliveira Filho Advogados

O Brasil que cobra, mas não indeniza

O Brasil é implacável para cobrar, mas complacente para reparar. Enquanto cidadãos têm seus bens bloqueados, salários penhorados e empresas executadas em meses por dívidas fiscais, o próprio Estado leva décadas para pagar o que deve, mesmo quando a Justiça já decidiu. A Emenda Constitucional 136/2025, apelidada de “Emenda do Calote”, oficializou esse desequilíbrio ao dar ao poder público o direito de escolher quando e quanto pagará suas dívidas judiciais, transformando o dever de indenizar em um gesto de conveniência política.

Precatório não é favor, é indenização. É o reconhecimento de que o Estado falhou. São famílias de policiais que morreram em serviço e esperam há anos por reparação; professores agredidos em sala de aula que ainda aguardam a indenização; vítimas de

erros médicos que envelhecem sem ver a sentença cumprida. Por trás de cada processo, há um cidadão que venceu o Estado, mas continua sendo punido pela demora em receber o que lhe é de direito.

Com a nova sistemática, o tempo passou a ser instrumento de política fiscal. A Justiça reconhece o direito, mas a execução é adiada indefinidamente. A Constituição, que deveria proteger o cidadão, tornou-se permissiva com o atraso. Milhares de credores permanecem na fila da reparação, vendo a dívida crescer com o tempo enquanto o poder público se beneficia da própria lentidão.

Esse arranjo jurídico tem custo. Não apenas social, mas institucional e econômico. Um país que relativiza a autoridade das decisões judiciais fragiliza sua credibilidade e enfraquece o valor da própria lei. Nenhum investidor confia em um Estado que cumpre

apenas o que lhe convém e nenhum cidadão acredita em uma Justiça que não consegue fazer valer o que determina. A confiança é o ativo mais caro de uma democracia e, quando se perde, o preço é alto: juros, desconfiança e descrédito.

Em São Paulo, que pode ser considerada a capital dos precatórios, o passivo já se aproxima de R\$ 39 bilhões, segundo dados da Procuradoria do Estado. Nenhum outro ente federativo concentra tantos credores, tantos processos e tanta visibilidade sobre o tema. É aqui que se mede, com mais clareza, o impacto humano e fiscal dessa crise.

O argumento fiscal usado para justificar o atraso não se sustenta. Cumprir decisões judiciais não é um ato de gasto, é um ato de caráter. A previsibilidade no pagamento das dívidas do Estado é um indicador de segurança institucional tão relevante quanto

o equilíbrio das contas públicas. Quando o poder público posterga o que deve, não economiza. Apenas transfere o custo da sua ineficiência para quem já foi prejudicado.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Conselho Federal da OAB contra a Emenda Constitucional 136 é hoje o último instrumento de defesa da Constituição. Sob relatoria do ministro Luiz Fux, o Supremo Tribunal Federal tem a oportunidade de restabelecer o sentido original da legalidade e reafirmar que o cumprimento de decisões judiciais não é negociável.

Mais do que um julgamento sobre precatórios, trata-se de um teste de integridade institucional. O país precisa decidir se continuará a conviver com a cultura do calote ou se pretende reafirmar o valor mais básico da República: a confiança de que a Justiça, quando fala, será ouvida e cumprida.

Visão do Direito



Roberval Casemiro Belinati

Primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do DF

O 8 de Janeiro e a defesa da democracia

Ataques às sedes dos Três Poderes, há três anos, envergonharam Brasília e o Brasil no cenário nacional e internacional, abalaram a confiança institucional do país e reforçam a necessidade de vigilância permanente em defesa do Estado Democrático de Direito.

O 8 de Janeiro de 2023 permanece como um dos episódios mais graves e simbólicos da história recente do Brasil. A invasão e a depredação das sedes dos Três Poderes da República não podem ser tratadas como excessos isolados ou manifestações políticas fora de controle. O que se viu naquele dia foi um ataque frontal ao Estado Democrático de Direito, às instituições republicanas e aos fundamentos constitucionais que sustentam a convivência civilizada em nosso país.

À época, exercia a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do DF e acompanhei de perto todo o processo eleitoral de 2022. As eleições transcorreram com normalidade, segurança e transparência, reafirmando a confiança do eleitorado no sistema eletrônico de votação e na lisura do processo democrático. Houve ampla

fiscalização, participação institucional e respeito ao resultado das urnas. O ambiente era de estabilidade e de plena normalidade constitucional. O que se seguiu, entretanto, rompeu de forma abrupta esse cenário.

Os atos de 8 de janeiro não foram expressão de liberdade política, mas violência organizada que colocou à prova a solidez das instituições democráticas brasileiras. Os atos de vandalismo daquele dia representaram um choque coletivo. Houve destruição deliberada do patrimônio público, agressão simbólica à República e tentativa de subversão da ordem democrática por meio da força. A confiança da sociedade na solidez das instituições foi duramente abalada.

Em artigo de minha autoria publicado no **Correio Braziliense**, em janeiro de 2025, sob o título “8 de janeiro foi um choque na democracia”, destaquei a necessidade de reflexão responsável sobre aquele episódio. Três anos após os ataques às instituições, essa reflexão não perdeu atualidade. A democracia não é um dado imutável nem um patrimônio garantido por inércia. Trata-se de uma construção contínua,

que exige vigilância permanente, respeito às regras do jogo democrático e compromisso efetivo com os valores constitucionais.

Brasília, concebida para ser o centro da democracia brasileira, foi injustamente associada àqueles atos de violência. Contudo, é preciso reconhecer que a resposta da sociedade foi firme e serena. A capital mobilizou-se em defesa da ordem, do patrimônio público e das instituições, reafirmando sua vocação histórica para o diálogo, a legalidade e a solução pacífica dos conflitos. Esse movimento foi fundamental para a recomposição da normalidade institucional.

É necessário afirmar de forma clara e inequívoca: o Estado não pode tolerar o descumprimento da lei. A liberdade de manifestação é um direito constitucional e deve ser plenamente assegurada. A violência política e a tentativa de intimidação das instituições, porém, não encontram amparo no Estado Democrático de Direito e não podem ser relativizadas.

Os responsáveis pelos atos devem responder na exata medida de sua culpabilidade. A responsabilização não decorre de espírito de

revanche ou perseguição, mas de compromisso com a Justiça e com a preservação da ordem democrática. A impunidade fragiliza as instituições; o arbítrio, por sua vez, também as corrói. O único caminho legítimo é a aplicação firme, equilibrada e imparcial da lei.

O debate político é essencial à democracia e deve ser estimulado. Contudo, precisa ocorrer dentro dos limites da legalidade, do respeito às instituições e à divergência. O Brasil é uma nação plural, e sua força reside justamente na capacidade de conviver com diferenças sem recorrer à violência ou à destruição.

O 8 de Janeiro deve permanecer como advertência histórica permanente. Não para aprofundar divisões, mas para reforçar a consciência coletiva de que a democracia exige cuidado contínuo. Defender o Estado Democrático de Direito é tarefa diária, que impõe responsabilidade a cidadãos, lideranças e instituições. O respeito à Constituição, à Justiça e às regras do jogo democrático é condição indispensável para a estabilidade institucional, a paz social e o futuro do Brasil.

Visão do Direito



Francine Guedes

Advogada, pós-graduada em direito penal e direito público, mestre em ciências criminais forenses

Imputabilidade penal: as neurociências e o Código Penal brasileiro de 1940

O direito é um fenômeno social dinâmico e não estanca, que deve, ao passar dos anos, amoldar-se às transformações sociais, inclusive à evolução científica e tecnológica que produzem novos conhecimentos.

Como é cediço, o avanço científico e tecnológico tem revolucionado exponencialmente a forma como vivemos e nos relacionamos, impactando de modo significativo a vida das pessoas, especialmente em relação à saúde física, mental e social.

Em relação às neurociências, essa evolução trouxe uma nova perspectiva aos diagnósticos referentes aos processos mentais, ao comportamento do ser humano e suas interações sociais e físicas. Contudo, observa-se que o direito penal brasileiro resiste em aderir às influências dos conhecimentos interdisciplinares das neurociências no âmbito da imputabilidade penal por razões psiquiátricas, reduzindo-a a um alienismo puro. O homem, apreendido como ser estratificado, aos olhos do jurista alemão Hans Welzel, exige uma abordagem que considere a complexidade do sujeito, suas experiências, limitações cognitivas e afetivas e sua inserção em contextos valorativos diversos.

A fórmula biopsicológica necessita de

uma revisão epistemológica do conceito de imputabilidade penal, transcendendo a visão reducionista que a limita à capacidade cognitivo-intelectual. Em outras palavras, exige uma avaliação crítica de como disfunções neurobiológicas comprometem a capacidade de autodeterminação, entendida como a integração entre cognição, emoção e valoração moral.

A neurociência desvela funções — entender, compreender — que correspondem a modelos neurocognitivos. O entender relaciona-se ao córtex pré-frontal dorsolateral, sede do raciocínio lógico; e o compreender, ao córtex pré-frontal ventromedial e à ínsula, estruturas que integram emoção e julgamento moral. A compreensão, portanto, não é mera abstração intelectual, mas uma simulação somática que permite “sentir” o desvalor da conduta.

A função emocional, situada na área frontal, representa a capacidade de compreensão do ser humano. Por essa razão, a eleição da palavra para definir o que seja ausência de autodeterminação não pode ser aleatória, devendo guardar correlação com a função cerebral. Nesse contexto, a imputabilidade deveria exigir, além da capacidade de entender a ilicitude (art. 26 do CP brasileiro), a aptidão para compreender seu significado ético-social.

Analisando as decisões jurisprudenciais do Brasil, é possível identificar que há um equívoco técnico na utilização dos vocábulos entender e compreender nos julgamentos que envolvem discussão sobre imputabilidade por razões psiquiátricas. As Cortes, em grande maioria, usam os termos como sinônimos, sem considerar a importância e a interferência da função valorativa na tomada de decisões.

Não há, no Brasil, ao contrário de outros países como Argentina e Espanha, qualquer discussão sobre o conceito e a abrangência do entendimento e da compreensão, seja na doutrina, seja na jurisprudência.

Assim, o grande problema que encerra a diferença entre o entendimento e a compreensão refere-se ao desafio do direito penal de se adequar aos conhecimentos neurocientíficos para utilizar a palavra que expressa a função cerebral que mais interfere no processo de tomada de decisão. O tratamento anacrônico da mente como entidade dicotômica (sã/insana), em um século que desvenda a continuidade cerebral, reduz a imputabilidade à racionalidade formal e condena à invisibilidade milhares de réus cujas mentes, ainda que articuladas, são pri-
sioneiras de cérebros disfuncionais.

O direito penal deve buscar os conhecimentos necessários para ascender ao substrato material da imputabilidade, superando a dicotomia ora apresentada, fruto de um direito penal medieval, influenciado por valores de bem e mal, luz e escuridão, estagnado em uma discussão de imputabilidade simplista, de mera capacidade de discernimento e inteligência.

A recusa em incorporar os avanços neurocientíficos ao direito penal não é apenas anacrônica — é eticamente insustentável. Enquanto o sistema legal insistir em julgar seres humanos com base em um modelo ultrapassado de “livre-arbítrio cartesiano”, estará reproduzindo injustiças sob o véu de um racionalismo obsoleto.

A imputabilidade do século 21 exige que os tribunais reconheçam que o criminoso não é um homo economicus de escolhas frias, mas um sujeito biográfico cujo cérebro pode ser tanto cúmplice quanto vítima de sua própria desrazão. Urge substituir a pergunta “Ele entendia que isso era errado?” por “Seu cérebro lhe permitia sentir que isso era errado?”. Só assim o direito penal cumprirá sua promessa civilizatória: punir não pela falha de caráter, mas pela ruptura concretamente evitável do locus neurobiológico da responsabilidade.

Visão do Direito



Tathiana de Carvalho Costa

Desembargadora do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

A convergência de desafios no Século 21: ética da IA no Judiciário e o novo paradigma institucional para o desenvolvimento

O presente século impõe à sociedade uma dupla jornada desafiadora: adaptar as formas de interação humana às novas tecnologias, no mesmo passo em que se reafirmam as garantias e a ordem judicial vigente. Em se tratando da nossa realidade brasileira, destaco a importância de o Poder Judiciário ter uma leitura aberta às inovações para, em assimilando essas novidades, possa lidar com elas de forma permanente, regulando e desenvolvendo um ambiente ético condizente com a realidade, da era da Inteligência Artificial (IA) e, por consequência, promover um ambiente institucional cooperativo para o desenvolvimento e o bem-estar social.

Estes desafios, embora distintos em sua natureza imediata, convergem na necessidade de reafirmar a centralidade do ser humano e a primazia de valores constitucionais. A capacidade de navegar pela revolução tecnológica, corrigindo falhas estruturais de governança com rapidez, definirá a qualidade da justiça e o futuro socioeconômico do Poder Judiciário no nosso país e, por que não, no mundo.

A inserção da tecnologia no Judiciário remonta a uma evolução que partiu da sentença manuscrita para a máquina de escrever, passou pela internet discada e hoje atinge a fronteira da IA generativa. A Inteligência Artificial não pode ser comparada, de forma simplista, a uma caneta ou a uma máquina de escrever, como fazem alguns que a tratam apenas como mais uma etapa da evolução tecnológica.

Justamente por adotarem essa visão limitada, esses mesmos indivíduos costumam rotular de tecnofóbicos aqueles que defendem uma regulação mais rigorosa do uso da IA.

Para além, o impacto da IA é existencial, pois, como sugere o historiador Yuval Harari, essa tecnologia pode “hackear o sistema operacional de nossa civilização”, que é a linguagem e a cognição humana.

Atento à dinâmica imediata dessa nova realidade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem atuado para estabelecer algumas diretrizes para o Poder Judiciário. A Resolução CNJ 615/2025, que atualizou a Resolução 332/2020, que era pré-IA generativa, instituiu um novo modelo robusto de governança e confiança institucional para o uso e aplicação da IA no Judiciário.

Os pilares dessa regulamentação são cruciais: a necessidade de letramento digital para os operadores do Direito, a definição de padrões rigorosos para proteção de dados e a exigência de controle humano permanente sobre as decisões automatizadas. Mas não é só isso. Pensemos também que a questão da IA toca diretamente a privacidade e a ética. A tecnologia tem um impacto profundo na vida cotidiana, o que nos leva à preocupação com a invasão da privacidade, debate esse que antecede a IA e que já era abordado na virada do século 20.

No contexto da chamada Justiça Preditiva, a preocupação com a integridade da jurisdição é notória. O exemplo internacional demonstra a sensibilidade do tema: o governo francês, por meio de legislação, proibiu a publicação de

informações estatísticas sobre as decisões de juízes, como forma de proteger a independência e evitar a pressão algorítmica sobre o magistrado.

Para o Judiciário brasileiro, a regulação precisa atuar como uma barreira de proteção. O risco inerente ao uso não letrado da IA é o que se pode chamar de “tríade letal” (em analogia a conceitos de alta complexidade) na jurisdição, marcada pela perda de autonomia cognitiva, pela redução do quociente de inteligência e pela perda da essencialidade do ato de julgar. O desafio é utilizar a IA para promover eficiência, transparência e ampliar o acesso à justiça, sem jamais renunciar à centralidade da pessoa humana na jurisdição. É imperativo que os tribunais e desenvolvedores de IA criem diretrizes internas que assegurem a conformidade ética e legal dos sistemas, garantindo mecanismos adequados de supervisão.

Nesse novo cenário, a governança ganha especial destaque, pois será o pilar que sustenta o uso ético e seguro da IA. A já referida Resolução CNJ 615/2025 estabelece um modelo robusto de governança para criar parâmetros mínimos de confiança institucional, exigindo dos tribunais e desenvolvedores a definição de responsabilidades claras e a constante revisão dos modelos algorítmicos. Sem uma estrutura de governança sólida, a tecnologia, em vez de solucionar problemas, pode introduzir novos riscos de viés, opacidade e, em última instância, comprometer a imparcialidade judicial.

O uso da IA depende intrinsecamente da qualidade e da segurança dos dados.

A gestão de dados e informações se torna um ativo estratégico e, simultaneamente, um ponto de vulnerabilidade crítica. É fundamental que haja um rigoroso controle sobre a coleta, o tratamento e a manipulação dos dados utilizados no treinamento dos modelos, especialmente aqueles sigilosos ou protegidos por segredo de justiça, cuja utilização é vedada, salvo prévia anonimização ou autorização na origem.

A segurança das redes e a proteção contra ataques cibernéticos são, portanto, elementos indissociáveis da gestão da IA. Isso exige investimentos contínuos em infraestrutura de Tecnologia da Informação e no “letramento digital” não apenas jurídico, mas principalmente técnico, para todos os operadores do sistema, garantindo a integridade dos sistemas e a confiança do jurisdicionado.

Os desafios múltiplos da adaptação às ferramentas da Inteligência Artificial no Judiciário e da cooperação institucional para o desenvolvimento, com manutenção das garantias constitucionais, convergem para uma única premissa: a necessidade de governança ética e responsável. No campo da justiça, a regulação deve garantir que a IA promova eficiência sem comprometer a integridade e a humanidade do ato de julgar, com a governança servindo como elemento fundamental e constante nessa equação. O futuro exige não apenas inovação tecnológica, mas, acima de tudo, um compromisso sério e coordenado com os valores fundamentais da dignidade humana e da justiça.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo civil e direito de família, desde 1999. Sócio-fundador do escritório Arantes de Mello advocacia

Consultório Jurídico

Dever de pagamento da pensão alimentícia X convivência dos pais com os filhos

Esta é uma dúvida recorrente de pais que são separados ou que não residam no mesmo núcleo familiar onde o lar de referência da criança ou adolescente esteja fixado. Na verdade, trata-se de dois institutos autônomos, cujos direitos e obrigações são independentes. Os filhos de pais que não estejam juntos possuem direito aos alimentos, que englobam, além da alimentação propriamente dita, a habitação, a saúde, a

educação, o vestuário, o lazer etc; e sob outro panorama, é direito das crianças e dos adolescentes terem acesso à convivência plena com seus pais.

Perceba que o sujeito de direito é voltado aos menores de idade. Existe, inclusive, um artigo na nossa Constituição Federal, que prevê, com absoluta prioridade, tais direitos a eles, estou falando do art. 227 “É dever da família (...) com absoluta prioridade, o direito (...) à alimentação (...) e à convivência familiar e comunitária...” Muitos genitores procuram os escritórios de advocacia, colocando-se em primeiro lugar e os menores de idade em papéis coadjuvantes. Contudo, como mencionado acima, o artigo 227 é o único dispositivo da constituição

que menciona a prioridade como sendo absoluta para determinado tema.

Com isto, conclui-se que o dever prestar alimentos e o dever de convivência devam ser voltados para o melhor interesse das crianças e dos adolescentes. Feitas referidas considerações, retornamos ao tópico do assunto. Independentemente de um dos pais possuir o dever de pagamento da verba alimentar ou contribuir de modo espontâneo, ele possui o direito e dever de conviver com os filhos.

O fato de pagar alimentos em um patamar maior ou menor é indiferente, porque a pensão alimentícia é destinada às necessidades dos menores de idade e não implica, de forma direta, na quantidade de vezes que

um ou ambos os genitores conviverão com os filhos, exceto, é claro, se neste dever de pagamento de alimentos esteja vinculado à alimentação, visto que se o genitor estiver com os filhos, arcará diretamente com essa aquisição. De modo geral, consolidam-se como questões diferentes que se entrelaçam.

Por fim, não poderia deixar de mencionar a Lei 15.240, de 2025, recém-sancionada e já em vigor, que trata do abandono afetivo. Ou seja, o direito dos menores de idade em ter consigo o contato direto com os pais finalmente repercutirá em sanção, no caso de descumprimento. O direito aos alimentos e à convivência é personalíssimo, e cada caso precisa ser analisado com as suas especificidades. Sempre procure um advogado de confiança.

Visão do Direito



Fernando Capano

Advogado, doutor em direito do Estado, pela Universidade de São Paulo (USP); doutor em direito do Estado e justiça social, pela Universidade de Salamanca (Espanha). Presidente da Associação Paulista da Advocacia Militarista (Apamil)

O dilema do STF: quando o poder que a todos controla também precisa ser contido

O recente episódio envolvendo suposta interferência de Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no caso do Banco Master, com direito a relatos de pressão sobre autoridades monetárias — em especial, o presidente do Banco Central, — e a existência de expressivo contrato com escritório de advocacia ligado a familiar próximo do ministro, não pode ser tratado como mero ruído conjuntural do debate político-institucional nacional. O assunto exige reflexão estrutural, sob pena de normalizarmos práticas que corroem silenciosamente o Estado Democrático de Direito.

Numa democracia constitucional madura, o direito não é instrumento de poder, mas, sim, mecanismo de contenção. Sua função primordial é limitar vontades, disciplinar competências

e impedir que a autoridade pública — ainda que revestida das melhores intenções — ultrapasse os limites que a Constituição Federal impõe a todos nós.

Quando pressões institucionais ou atos judiciais passam a ser percebidos como extensões da vontade individual de um magistrado, o problema deixa de ser pessoal: passa a ser sistêmico. É nesse contexto que se torna inadiável discutirmos a reforma do STF. O atual arranjo, afinal, concentra poderes excessivos nos ministros relatores, sobretudo no controle da agenda e na prolação de decisões monocráticas com efeitos políticos, econômicos e sociais profundos. Soma-se a esta dinâmica o domínio estratégico da pauta de julgamentos, capaz de acelerar temas sensíveis ou, inversamente, mantê-los, indefinidamente, fora do debate do colegiado.

Ora, uma Corte Constitucional não pode

funcionar como a soma de vontades particulares dotadas de superpoderes. Sua legitimidade repousa na colegialidade real, no equilíbrio interno e na previsibilidade institucional. Quando um único ator passa a concentrar poder de pauta, de decisão e de projeção política, a balança dos Poderes da República se desequilibra — deflagrando, exatamente, o oposto que se espera do papel da Corte.

Há, ainda, um outro ponto sensível frequentemente ignorado: o STF não se submete aos controles administrativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que torna indispensável a criação de um Código de Ética e de Disciplina, como bem sugerido pelo ministro Edson Fachin, presidente da Corte. O arranjo precisaria ser dotado, no entanto, de um mínimo poder correicional e efetiva coercitividade.

Não se trata, que fique claro, de fragilizar a

independência judicial do país. Mas é indiscutível a necessidade de se implementar a lógica republicana do “controle dos controladores”. Na esteira popular, fica a pergunta: quem vigia o vigia?

Sem limites claros, transparentes e institucionalizados, o Judiciário brasileiro vai perdendo em escala vertiginosa seu principal ativo: o capital reputacional. E, sem confiança social, não há autoridade legítima — apenas decisões formalmente validadas, mas crescentemente contestadas e desacreditadas pela sociedade, pela Imprensa, nas ruas e nas redes.

Se o STF deseja exercer seus amplos poderes com legitimidade plena, a meu ver, precisa, antes de mais nada, aceitar que também deve ser objeto de controle. Repito: não se trata de uma ameaça à democracia. Pelo contrário: é, precisamente, uma condição para preservá-la.

Visão do Direito



Bruno Freire e Silva

Sócio do escritório Bruno Freire Advogados, professor de direito processual do trabalho



Camila Zatti Araponga

Advogada especialista em direito do trabalho e compliance trabalhista

Os novos riscos do trabalho híbrido

Recentemente, o mercado corporativo brasileiro foi atraído por um caso emblemático: o da fintech Nubank. A empresa, hoje entre os maiores bancos digitais da América Latina, demitiu colaboradores após uma reunião interna que discutia a transição de quase total trabalho remoto para exigência de presença física a partir de 2026. De acordo com a imprensa, o encontro foi tenso, com críticas à mudança proposta. O fato tornou-se símbolo de um dilema mais amplo: como conciliar cultura organizacional, produtividade e direitos trabalhistas em tempos de trabalho híbrido?

Não menos relevante é o caso do Itaú Unibanco, que dispensou cerca de mil empregados que atuavam em regime home-office/híbrido. O argumento foi o de baixa produtividade e monitoramento de atividade digital. Estas duas situações convergem para um cenário comum: empresas do setor financeiro que tentam reordenar suas rotinas pós-pandemia, enfrentando expectativas dos trabalhadores por flexibilidade e, ao mesmo tempo, a pressão por desempenho e engajamento presencial.

Do ponto de vista jurídico-trabalhista brasileiro, a alteração do regime remoto para o presencial não é proibida — desde que observadas as

condições contratuais originais e o princípio da não alteração lesiva (art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT). Ou seja: se o contrato já previa o trabalho presencial, o retorno pode ser exigido, contanto que não imponha ônus desproporcional ao empregado. Mas, se o vínculo foi firmado em regime remoto, a mudança imposta unilateralmente pode configurar alteração contratual lesiva e ensejar questionamento judicial.

A demissão por justa causa, presente no caso Nubank, merece atenção redobrada. Trata-se da penalidade mais grave no âmbito laboral. A sua aplicação exige prova robusta, observância da imediatidade, gradação da pena e proporcionalidade. Em ambientes híbridos, onde a conduta se manifesta também em canais digitais, a linha entre a crítica legítima e insubordinação se torna tênue. É essencial que a empresa disponha de políticas claras e processos disciplinares transparentes.

O Nubank nasceu com cultura digital, atraindo perfis que valorizam flexibilidade e autonomia. A transição à presencialidade visa colaboração e inovação, segundo a empresa, mas a forma como foi conduzida suscita desafios. A comunicação, planejamento de mudança e empatia organizacional passaram a ter peso estratégico. Mudanças abruptas, sem diálogo, geram resistência, risco de perda de talentos e desgaste reputacional.

No caso do Itaú, o uso de telemetria e rastreamento de atividades remotas (como tempo de tela ou cliques) chamou atenção para a fronteira entre controle legítimo e vigilância abusiva. Ferramentas de monitoramento são legítimas se usadas para gestão transparente, mas podem ultrapassar limites ao invadir privacidade ou reduzir o trabalhador a métrica de máquina. A confiança organizacional, nesse cenário, se torna ativo tão relevante quanto a produtividade.

A experiência internacional confirma a tendência. Nos Estados Unidos, grandes bancos como JPMorgan Chase impuseram retorno pleno ao escritório, com seu CEO declarando que quem preferir trabalhar remoto “pode procurar outro emprego”. No Reino Unido, o banco Barclays aumentou o mínimo de presença no escritório de dois para três dias por semana.

Em outro exemplo europeu, o suíço UBS seguiu o exemplo do Deutsche Bank e proibiu seus funcionários de trabalharem remotamente tanto na sexta-feira quanto na segunda-feira. Em todas essas situações, o setor financeiro global redeseñha regras de presença, engajamento e modelos híbridos — e, com isso, abre brecha para novos riscos trabalhistas e de reputação.

Sob a ótica do compliance trabalhista, os casos brasileiros e internacionais trazem lições

claras: a transição para o híbrido exige políticas formais que abranjam gestão de desempenho, comunicação transparente, canais de ouvidoria ativa e respeito à diversidade de realidades dos colaboradores (regiões distintas, condições pessoais, infraestrutura doméstica). As empresas que conseguirem estruturar essa governança obtêm vantagem competitiva — não apenas em retenção de talentos, mas em mitigação de litígios.

É preciso reconhecer que os riscos do pós-pandemia não se limitam a jornadas e locais de trabalho — incidem sobre cultura, confiança, narrativa e pertencimento. O Direito do Trabalho, por sua vez, é convocado a se reinventar. A legislação de 1943, mesmo com alterações, ainda não prevê plenamente vínculos mediados por tecnologia, múltiplos espaços e expectativas de flexibilidade. Cabe aos operadores do direito — advogados, empresas, sindicatos e magistrados — interpretar os princípios clássicos à luz dessa nova realidade híbrida.

As demissões no Nubank e no Itaú são mais do que incidentes pontuais; são marcos de um tempo em que o controle e a falta de diálogo podem se tornar motivos para novos passivos trabalhistas. O grande desafio corporativo não será mais apenas gerir resultados — e sim confiança. E a forma como as organizações equilibrarem produtividade e respeito definirá o futuro das relações de trabalho.

Visão do Direito



Vanessa Ribeiro Mateus

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Sem formação contínua não há independência judicial

O sistema de Justiça passa por uma rápida transformação — marcada por disputas tecnológicas complexas e uma profusão de normas especializadas — que impõe à magistratura o seguinte desafio: cultivar a formação contínua, de modo a sustentar decisões robustas tecnicamente e manter um diálogo profícuo com a sociedade.

A independência judicial, para além da garantia constitucional, está firmada na autoridade técnica de quem julga. É imprescindível que juízes e juízas mantenham presença constante na vida académica e contribuam para a renovação do pensamento jurídico e para a construção de referenciais teóricos sólidos em um país que demanda respostas institucionais cada vez mais sofisticadas.

Nas últimas décadas, a intensidade do trabalho, o aumento das demandas e o ritmo crescente dos processos reduziram a possibilidade de docência e reflexão sistemática, acabando por distanciar a magistratura das universidades. Muitos profissionais afastaram-se da produção

intelectual — lacuna que empobrece o debate e restringe a difusão de experiências valiosas. Retomar essa ponte é dever de um Judiciário apto a influenciar a agenda pública em favor da eficácia da prestação jurisdicional.

A produção de conhecimento fortalece o Judiciário, porquanto uma magistratura intelectualmente ativa produz sentenças de maior qualidade, ao mesmo tempo em que colabora para melhorar políticas públicas em áreas sensíveis. A pesquisa jurídica, uma vez enraizada na vivência cotidiana das varas, câmaras e turmas, cria conexão com os cidadãos, qualifica discussões legislativas e oferece ao país diagnósticos precisos sobre assuntos relevantes, como segurança pública, proteção social e desenvolvimento econômico.

Por essa razão, a gestão que ora iniciamos na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) deverá liderar um esforço nacional para aproximar juízes dos cursos de pós-graduação, centros de pesquisa e ambientes de inovação jurídica, por meio de uma política de incentivo ao aperfeiçoamento académico, que, ao cabo,

ampliará a capacidade de formulação do Judiciário. A circulação do pensamento de juízas e juízes nos círculos universitários gerará um conhecimento aplicado, que vai ampliar horizontes interpretativos e estimular soluções mais refinadas para conflitos complexos.

A Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) oferece um exemplo ilustrativo de como esse movimento pode ser construído com método e resultados tangíveis. Em 2020, a entidade, então sob nossa gestão, concebeu um programa para reintroduzir juízes nessas trilhas de formação avançada. A iniciativa instituiu parcerias, alinhou calendários, abriu portas e redesenhou caminhos, com convênios que inseriram dezenas de colegas em mestrados e doutorados, cujos desdobramentos, afora a confecção de teses e dissertações, incluem a publicação de livros e coletâneas.

Essas iniciativas demonstram que a formação avançada deixa de ser um projeto individual e se converte em política estruturante. O que ocorreu em São Paulo é um laboratório

bem-sucedido do que pode ser adaptado, ampliado e coordenado nacionalmente. A AMB tem abrangência representativa, capilaridade federativa e credibilidade institucional suficientes para articular universidades públicas e privadas, incentivar grupos de pesquisa e promover intercâmbios académicos que espelhem a diversidade regional da magistratura.

É importante que os magistrados retomem o lugar de protagonismo na discussão doutrinária — espaço de onde nunca deveriam ter saído. É importante que participem da formação dos novos profissionais do direito, para que os graduandos conheçam a magistratura de forma efetiva e, assim, possamos continuar atraindo os melhores quadros.

Ao apoiar a presença de juízas e juízes na vida académica, a AMB reafirma sua missão histórica. A autoridade intelectual é parte indissociável da autoridade democrática — e uma magistratura que pensa, pesquisa e publica constrói um Judiciário mais efetivo, mais respeitado e mais preparado para os desafios do nosso tempo.

Visão do Direito



Celeste Leite dos Santos

Promotora de Justiça em Último Grau do Colégio Recursal do Ministério Público (MP) de São Paulo; doutora em direito civil

EUA x Venezuela: os limites entre o direito à guerra e o combate ao crime organizado

O combate ao crime organizado transnacional é, sem dúvida, prioridade mundial. Cartéis de drogas, redes de tráfico e facções impõem violência, geram instabilidade e causam sofrimento à sociedade. No entanto, quando governos decidem enfrentar tais redes por meio de operações militares deflagradas em outros Estados, esbarramos, flagrantemente, em fronteiras jurídicas delineadas ao longo de décadas de luta e de intensos debates internacionais.

O recente ataque dos Estados Unidos à Venezuela, com a captura de seu presidente, Nicolás Maduro (Partido Socialista Unido da Venezuela), e de sua esposa, Cilia Flores, sob a justificativa de conter o narcotráfico, evidencia os riscos latentes em se misturar crime organizado com o uso (imperialista) de força militar.

Nesse contexto, é essencial recordar os princípios do direito à guerra, especialmente

no que tange à distinção entre jus ad bellum (direito de recorrer ao confronto armado) e jus in bello (normas de condução das hostilidades). O Artigo 2 (4) da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece que nenhum Estado pode usar de força contra a integridade territorial ou a soberania de outro país, exceto em legítima defesa ou com a autorização do Conselho de Segurança da entidade intergovernamental.

No plano do jus in bello, normas como o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, de 1977, determinam que, mesmo em operações militares, devem ser respeitados os princípios de proporcionalidade, de distinção e de necessidade de intervenção das forças armadas. Isso significa que civis não podem ser alvos, danos excessivos devem ser evitados e qualquer operação precisa ter propósito legítimo institucional — jamais ser balizado por interesse privado ou estritamente político e/ou ideológico.

Atacar líderes estrangeiros sob a alegação de combate a cartéis transnacionais, sem consentimento do Estado, viola os princípios em tela, uma vez que mistura objetivos criminais com ação militar. Além do mais, o perigo se intensifica quando se considera a possibilidade de expansão de tais medidas para outras nações da América Latina, vulgarizando-se, assim, as invasões territoriais, o sequestro de chefes de Estado e a apropriação de riquezas.

Como, então, enfrentar o crime organizado, sem violar normas do direito internacional e regimentos humanitários? A resposta está na cooperação e na inteligência. Países podem trabalhar juntos, trocar informações, apoiar investigações e prender criminosos lançando mão de seus próprios sistemas legais. Sanções econômicas, bloqueios de recursos utilizados por facções e acordos de extradição se mostram, também, eficazes.

Fortalecer Tribunais, capacitar agentes e garantir que as leis sejam aplicadas de forma

justa são, ao meu ver, medidas mais seguras e duradouras, do que ocupar outra nação — podendo abrir, inclusive, precedente perigoso quanto à autonomia e à independência das federações.

Em paralelo, atacar a corrupção, proteger instituições e criar oportunidades sociais e econômicas reduzem o espaço para que cartéis e gangues prosperem. Educação, emprego e programas de prevenção são igualmente importantes quanto ações de repressão.

A solução, portanto, penso, está no equilíbrio: agir nas barras da Justiça, com cooperação e planejamento, respeitando tratados internacionais, em vez de se recorrer à força unilateral. Insisto: ignorar limites coloca em risco a segurança de um país, os direitos humanos e a própria credibilidade de qualquer administração que se proponha a combater o crime de forma legítima — independentemente de sua localização geográfica e se o governo é de direita ou de esquerda, democrata ou socialista.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 8 de janeiro de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expôress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expôress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suite 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179



SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suite), vazio, 4 andar, reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

ASA SUL

3 QUARTOS



216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suite, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417



216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suite, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su ctes) 3 vgs cj5211 3322-3443

CRUZEIRO

3 QUARTOS

711 ELEVADOR vazio reformado DCE desocupado oportunidade phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

QI 09 Bl P. Vendo Apto 3 quartos, sala, cozinha, 2 banh. 3 vagas gar. 99858-9499

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qtos 228m2 cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

QUITINETES



QRSW 02/03 Kit mobiliada e decorada , c/ 35m2 suite, sala, cozinha, americana. Zap 99109-6160 SR. Imóveis cj9417

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada , garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m2 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m2 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

QD 07 Vendo Excel. sobrado, 5 qtos, quit. e desoc. esquina, ótimo local. 99983-1953 c3149

QD 07 Vendo Excel. sobrado, 5 qtos, quit. e desoc. esquina, ótimo local. 99983-1953 c3149

1.3 GAMA

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PON TE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

QI 05 Vd Casa 4Suítes coz 2sls estar, 2 banhs. Escritório, garag 4 carros, ótarea lazer c/churr pisc. rea total 776m2 c/ 562m2 área const Tr. (61) 99999-3838 Renata ou 99371-5735 Ailton

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m2 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar3 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar3 3q 99985-7115 c11533

1.3 SOBRADINHO

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadral Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.3 VICENTE PIRES

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL



CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada . Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS

AE 02 prédio comerc/ resid 2lj + 2ap lt 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guar3 Tr.99857115 c1533

ADELSON IMÓVEIS

AE 02 prédio comerc/ resid 2lj + 2ap lt 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guar3 Tr.99857115 c1533

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 1939

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?**

**TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

1.4 ÁGUAS CLARAS

1.4 LOJAS E SALAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte duassalasjuntasreforma-
das phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

SRTVN 701 C.E.Norte duassalasjuntasreforma-
das phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

1.5 GUARÁ

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. Lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

PARK WAY

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

MSPW QD 13 Vdo Lote Fração de 2.500m2. Bem localizado. Aceito imóvel de maior ou menor valor. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

SANTO ANTONIO do Descoberto aprox. 39 alq., Cor. IV, Fazenda Lag - Gleba 3, muita água - Tr: 99590-6692

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel
- 2.2 Apartamentos
- 2.3 Casas
- 2.4 Lojas e Salas
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6 Quartos e Pensões
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 704 Prédio de frente W3 com subsolo, térreo, 1 andar com 200m2 no 3 pavimento. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

4

CASA & SERVIÇOS

- 4.1 Construção e Reforma
- 4.2 Moda, Vestuário e Beleza
- 4.3 Saúde
- 4.2 Comemorações, e Eventos
- 4.5 Serviços Profissionais
- 4.6 Som e Imagem
- 4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA
MASSAGEM RELAXANTE anti stress (61) 99901-3777 Erica

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

A EMPRESA SWISSPORT BRASIL LTDA S/A
CNPJ: 01.886.441-0003-67 Convoca Tatiane Alves Ribeiro CTPS 8458387 Série 8168, ausente desde o dia 27/10/2025 a comparecer na sede da empresa, no prazo de 24 horas da publicação deste, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

CONVOCAÇÃO
A EMPRESA CM Gama Materiais Para Construção LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.030.732/0001-85, convoca o empregado Gilran Vieira do Nascimento, que exercia a função de Auxiliar de Operador de Máquinas, a comparecer ao seu local de trabalho no prazo de 48 horas, a contar da data desta publicação, para prestar esclarecimentos sobre suas ausências injustificadas e retomar suas atividades. Informa-se que já foram realizadas diversas tentativas de contato por telegrama, sem retorno. O não comparecimento ou manifestação no prazo estipulado caracterizará abandono de emprego, nos termos do art. 482, alínea "I", da CLT.

5.2 CONVOCAÇÕES

CONVOCAÇÃO
A EMPRESA Casa do Marcemneiro LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.122.835/0002-72, convoca o empregado Daniel Denis da Costa Viviani, que exercia a função de Operador de Máquinas, a comparecer ao seu local de trabalho no prazo de 48 horas, a contar da data desta publicação, para prestar esclarecimentos sobre suas ausências injustificadas e retomar suas atividades. Informa-se que já foram realizadas diversas tentativas de contato por telegrama, sem retorno. O não comparecimento ou manifestação no prazo estipulado caracterizará abandono de emprego, nos termos do art. 482, alínea "I", da CLT.

MÍSTICOS

DONA PERCILIA
FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA para funcionário público em geral com cheque, desconto em folha ou débito em conta corrente sem consulta SPC/ Serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA para funcionário público em geral com cheque, desconto em folha ou débito em conta corrente sem consulta SPC/ Serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

Busca rápida e descomplicada

Informações completas

Fotos e vídeos

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

Experiência personalizada

+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR
O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

lugarcerto
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb
@classificadoscb

5.5 OUTROS ESTADOS

5.5 PONTOS COMERCIAIS

OUTROS ESTADOS

ALUGO Pousada

NOVA VIÇOSA

SUL DA BAHIA (Centro), 500m da praia, alugo c/ 8 suítes (grandes), + loja, Pronta p/ trabalhar (montada e mobiliada). Whatsapp (11) 98483-0732

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

CARLOS MACHÃO -- Ativão sigiloso peludo 42 anos 61 99642-9963

WANDA MULHERÃO
PRECISO DE CLIENTES Sou bonita! (61) 99674-4408 Asa Norte

MASSAGEM RELAX

A BELA EX FREIRA, massagim p/ srs finos Zap (61) 98122-9486

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE COZINHA p/ self service, folga: domingos e feriados nacionais. Enviar CV: rhdondurica@gmail.com

CASA DA MERENDA CONTRATA

AUXILIAR DE COZINHA/ Motoboy/ Servente de Pedreiro/ PCD (pessoas com deficiência). CV para: rhdondurica@gmail.com

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

CASEIRO PARA CHÁ-CARA em Brasília, c/ exper. 99982-5568

CONTRATA-SE COZINHEIRO (A) E ATENDENTE com experiência. Interessados entrar em contato: 61 98176-9286 / 99513-9179

6.1 NÍVEL BÁSICO

DOMÉSTICA

CONTRATA-SE c/ experiência p/ guas Claras/ Park Way 99988-0905

MASSAGISTA Contrato ótimos ganhos, c/ ou sem exper. trabalhar 2 a sexta ou finais semana (61) 99409-0068

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

CONTRATA-SE SERRALHEIRO PARA EMPRESA de Letreiros. Letra Caixa - ACM CV: selecaoobsb10@gmail.com

TRATADOR de cavalo de gado p/ rancho em Sobradinho c/ experiência. Enviar CV Apenas Zap (61) 98220-0974

TRABALHAR LANCHONETE 15 dias todos os meses Iniciais R\$4mil, R\$ 2.250 vários horários à noite em Sobradinho. Enviar CV p/ lanchonetes@gmail.com

NÍVEL MÉDIO

AJUDANTE DE INSTALAÇÃO vidro. CV: p/ prod.actb@gmail.com

ALMOXARIFE

DE OBRAS

UNIMAN ENGENHARIA Contrata para obras de alto padrão no Lago Sul, com experiência em software de gestão. Enviar currículo para o e-mail: almoxarife@uniman.com.br

6.1 NÍVEL MÉDIO

ESCOLA EAD CONTRATA APLICADORES (AS) de provas, (freelancer) - DF, a partir de 18 anos. Enviar CV : admcned@gmail.com

AUXILIAR DE LOGÍSTICA com CNH D c/experiência. Enviar CV Apenas Zap (61) 98220-0974

ESCOLA CONTRATA

AUXILIAR de Serviços Gerais. CLT + benefícios. Paranoá/DF. CV: selecaoobsb10@gmail.com

VAGA PARA CUIDADOR DE IDOSOS. Instituição de Idosos em Sobradinho 44h semanais. Benefícios: Assistência médica e odontológica + VT e almoço local. Preferência que more em sobradinho, Planaltina-DF e Região. Enviar CV: instcontrata@gmail.com

ESCRITÓRIO CONTABILIDADE

AMPLIANDO O QUADRO VAGA TODOS Setores. Regime CLT, presencial. Salário acima da média. conf. exp. na área. Local: SIG-DF. Enviar currículo para : contabilidadecontrata26@gmail.com

CONTRATA-SE

GERENTE DE PRODUÇÃO p/ trabalhar c/ comunicação visual. CV: (61) 98424-5020

PRECISA-SE

MARCEIRO E CORTADOR p/ Seccionadora de marcenaria c/ experiência. Tr: (61) 99979-8210 Zain

6.1 NÍVEL MÉDIO

PRECISA-SE

MASSAGISTA Com ou Sem exper. > timos ganhos, acima de 2.000 por semana 61 98148-2358

PRECISA-SE

MASSAGISTA Com ou Sem exper. jornada diurna ou noturno. Ganhos acima de 2.000 por semana 61 98148-2358

CONTRATA-SE

OPERADOR DE ROUTER e Impressor de Grandes Formatos conhecimento de Corel Draw CV: selecaoobsb10@gmail.com

SECRETÁRIA Com ou Sem Experiência Fixo + VT + VR. Enviar Currículo p/ : rochedoformosura@gmail.com

SUPERVISORA DE VENDAS

EMPRESA de consultoria Contrata com experiência. Salário + comissão + VT + VA. CV para: eduardo@kitbank.com.br

TERAPEUTA MASSAGISTA Com ou sem experiência, buscamos alguém responsável, que tenha disponibilidade de horário, fácil acesso a guas Claras - DF e boacomunicação. Contratação PJ. Contato: Fabrício 61 9 8226-8465

NÍVEL SUPERIOR

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

COM EXPERIÊNCIA no ramo imobiliário. Interessados(as) enviar currículo para: contato.jcunha@imobiliaria@gmail.com

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2025 - Processo nº 202300052000096

Licitação: Concorrência pública destinada à celebração de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, para a universalização do serviço público de esgotamento sanitário em 216 (duzentos e dezesseis) Municípios das Microrregiões Centro (Bloco 1), Oeste (Bloco 2) e Leste (Bloco 3), pelo prazo de 20 (vinte) anos, conforme disposições fixadas no Edital e Anexos.

A Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO comunica que o **horário de abertura da sessão pública** foi alterado e ocorrerá às **10 (dez)** horas do dia 25 de março de 2026. Dessa forma, nos termos do **Comunicado nº 02 da Comissão Especial de Licitação**, retifica-se o item 26.1 (CRONOGRAMA REFERENCIAL DA LICITAÇÃO) do Edital de licitação, evento 13.

As demais condições do Edital e seus anexos permanecem inalteradas. O Edital, seus anexos, o Comunicado nº 02 da Comissão Especial de Licitação, bem como as informações e estudos disponíveis poderão ser obtidos no sítio eletrônico da SANEAGO (<https://www.saneago.com.br/#/ppp>), aplicando-se à disponibilização desses documentos as regras e condições previstas no Edital. Pedidos de informações adicionais deverão ser formalizados exclusivamente por correio eletrônico e endereçados ao e-mail ppp@saneago.com.br

Goiânia, 31 de dezembro de 2025.

Cláudio Adelino Souza Tavares
Superintendência de Licitações e Aquisições



SANEAGO

Leilão de Imóveis - Oportunidades em AL, BA, CE, DF, ES, MG, MS, PE, PR, SE e SP

Lote 15 - Loja em Taguatinga/DF
Bairro Taguatinga Norte (in loco). St. H Norte, sn (Área Especial 3). Armazém 14. Área priv.: 274,6556 m²
Lance inicial: R\$ 1.026.348,00

1° Leilão: 19/01/26 - 10h30
2° Leilão: 26/01/26 - 10h30

EDITAL COMPLETO, DESCRIÇÃO E FOTOS DO IMÓVEL NO SITE

COND. DE PGTO: À vista c/ 10% de desconto | Comissão de 5% à Leiloeira | Parcelado c/ sinal mínimo de 25% + Taxa adm. no valor de R\$ 2.000,00 em até 24h



previsul
SEGUROADORA

LEILÃO ELETRÔNICO

Lilimar Pestana Gomes | Leiloeira Oficial - JUCISRS 168/00 | 51 3535.1010 | pestanaleiloes.com.br

ANUNCIE O SEU PRODUTO

61 3342-1000

CLASSIFICADOS

TJDF Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

5ª Vara de Família de Brasília
SMAS TRECHO 04 LOTES 6/4, Brasília, 70610-906, 2º andar Telefones: (61) 3103-1984 - e-mail: 5vfamilia.brasilia@tjdf.jus.br Horário de atendimento: 12:00 às 19:00..

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor WAGNER JUNQUEIRA PRADO, Juiz de Direito da Quinta Vara de Família de Brasília/DF, na forma da Lei, etc., FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital ou dele tiverem conhecimento que por este meio leva a conhecimento público, por meio da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA nº 0794026-59.2024.8.07.0016, movida pela parte FLAVIA NOGUEIRA DE SA, a INTERDIÇÃO de NELI NOGUEIRA DE SA - CPF: 241.088.987-53, filho de LEA MARIA DE MORAES NOGUEIRA e IVAN NOGUEIRA, tendo o MM. Juiz NOMEADO como CURADORA a Sra. FLAVIA NOGUEIRA DE SA - CPF: 025.854.677-83. Tudo conforme Sentença fundamentada no art. 1.767, do Código Civil, de seguinte teor: "(...) Em face do exposto, e nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, confirmo a tutela de urgência de ID nº 219581281 e julgo procedente o pedido para decretar a curatela integral, sem quaisquer limites, de NELI NOGUEIRA DE SA, declarando-a absolutamente incapaz de praticar os atos da vida civil, nomeando-lhe curadora, com poderes integrais para representá-la perante quem quer que seja, sua filha FLAVIA NOGUEIRA DE SA. Fica a curadora advertida de que: a) Toda e qualquer importância recebida em nome da interditada deverá ser utilizada única e exclusivamente em benefício dela e todos os gastos documentalmente comprovados, sob pena de responsabilidade civil e criminal; b) Deverá prestar contas de sua administração anualmente, até o dia 31 de março, das rendas e gastos referentes ao ano anterior, conforme determina o art. 84, § 4º, da Lei nº 13.146/2015 (...) Independentemente do trânsito em julgado, como eventual recurso não terá efeito suspensivo (art. 1.012, § 1º, inciso VI, do CPC): (...) d) Publique-se esta sentença na forma do art. 755, § 3º, do Código de Processo Civil, cabendo à autora arcar com os custos da publicação na imprensa local; (...) Ass. Wagner Junqueira, Prado Juiz de Direito. Brasília 05/08/2025". O presente edital será afixado no local de costume e publicado por 3 (três) vezes no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias, ficando, assim, cientificado o público do acima exposto. Brasília/DF, 7 de agosto de 2025. Eu, LUCAS DINIZ CIPRIANI, Técnico Judiciário, o expedi. Assinado pelo Diretor de Secretaria Substituto, por determinação judicial.

FABIAN FEITOSA COELHO
Diretor de Secretaria Substituto

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a ITARARÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA SPE, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo requerimento de 17/09/2025, requereu a este Serviço Registral as intimações de MICHELE CASTRO DE OLIVEIRA MOURA, jornalista, e seu marido, JOEL LUCAS DE OLIVEIRA MOURA, radialista, brasileiros, inscritos no CPF sob os nºs 945.311.371-91 e 645.812.923-87, residentes e domiciliados nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Unidade Autônoma nº 21, do Conjunto nº 02, destinada ao uso Residencial Multifamiliar (casas) (RE 2), do Conjunto Condominial "Le Premier Residence" - Lote nº 03, do Loteamento Urbano Maria do Socorro - Quadra C1, Setor Habitacional Tororó; e, 2) Casa nº 01, Bloco "C", Chácara 04, Conjunto 07, Quadra 13 - SMPW - Park Way, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$ 43.126,86 (quarenta e três mil e cento e vinte e seis reais, e oitenta e seis centavos), atualizada até o dia 15/01/2026, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação Fiduciária da Unidade Autônoma nº 21, do Conjunto nº 02, destinada ao uso Residencial Multifamiliar (casas) (RE 2), do Conjunto Condominial "Le Premier Residence" - Lote nº 03, do Loteamento Urbano Maria do Socorro - Quadra C1, Setor Habitacional Tororó, nesta cidade, registrada sob os nºs R.3 e R.4, na matrícula nº 170.049. Os Devedores Fiduciários não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificados, CONSTITUÍDOS EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade da Unidade Autônoma nº 21, do Conjunto nº 02, destinada ao uso Residencial Multifamiliar (casas) (RE 2), do Conjunto Condominial "Le Premier Residence" - Lote nº 03, do Loteamento Urbano Maria do Socorro - Quadra C1, Setor Habitacional Tororó, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 05 (quatro) dias do mês de dezembro de 2025. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a ITARARÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA SPE, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelos requerimentos de 07/08/2025 e 26/09/2025, requereu a este Serviço Registral as intimações de MARCOS BATISTA SILVA, empresário, e sua mulher, ELISANGELA DE SOUSA SILVA, do lar, brasileiros, inscritos no CPF sob os nºs 822.933.681-49 e 905.763.901-78, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Unidade Autônoma nº 24, do Conjunto nº 02, destinada ao uso Residencial Multifamiliar (casas) (RE 2), do Conjunto Condominial "Le Premier Residence" - Lote nº 03, do Loteamento Urbano Maria do Socorro - Quadra C1, Setor Habitacional Tororó, nesta cidade, registrada sob os nºs R.2 e R.3, na matrícula nº 170.052. Os Devedores Fiduciários não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificados, CONSTITUÍDOS EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade da Unidade Autônoma nº 24, do Conjunto nº 02, destinada ao uso Residencial Multifamiliar (casas) (RE 2), do Conjunto Condominial "Le Premier Residence" - Lote nº 03, do Loteamento Urbano Maria do Socorro - Quadra C1, Setor Habitacional Tororó, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro de 2025. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Brasileiro**.

Pequenos anúncios

(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

E-mail:

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 BI 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



@classificadoscb



@classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE